

# CAR

CENTRO DE ACOLHIMENTO RESSIGNIFICAR



Bruna Petter



Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de conclusão de Curso – Etapa I, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Arq. Me. Augusto Alves

Lajeado, junho de 2020.

Aos meus pais, os quais me deram o privilégio e a oportunidade de realizar meu sonho.

“Resignificar (v). É olhar de dentro para fora. É encontrar novidade no que a gente vê todo dia. É saber que as coisas mudam tanto quanto pessoas. É recriar o que um dia foi criado. É a própria regra. É saber lidar com o novo. É perceber que tem um pouco da gente em tudo o que a gente faz. É um exercício de autoconhecimento. É um ato de extrema liberdade em que a gente pinta o mundo à nossa volta do jeito que a gente vê.”

João Doederlein

## RESUMO

O presente estudo, que se tornará base para a segunda etapa do Trabalho de Conclusão de Curso, tem como objetivo compreender e analisar os importantes aspectos para a proposta de um Centro de Acolhimento para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade na cidade de Lajeado, localizada no Rio Grande do Sul, visando a promoção de necessidades básicas do ser humano e a reintegração social, com potencial de pertencimento e convívio a sociedade. A pesquisa visa compreender a vida desses usuários dentro das cidades atualmente, buscando referências no passado, uma vez que, por questões culturais, são bastante questionadas e debatidas na sociedade. Além disso, o trabalho surge como uma tentativa de resposta as deficiências encontradas, de forma a humanizar o assunto e contrariar o senso comum. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa (entrevistas e formulários), com a intenção de atingir um diagnóstico mais preciso sobre a realidade da cidade, na qual se identificou a principal necessidade desses a integração ao local. Com isso, buscou-se um local de inserção da proposta que já apresentasse algum elemento que servisse de conexão para os públicos-alvo. Não obstante, além da proposta de inserção do Centro de Acolhimento Resignificar, se propõe a requalificação de uma pré-existência residencial de grande valor arquitetônico modernista, a fim de atender o objetivo proposto.

**Palavras-chave:** Projeto de Arquitetura. Centro de acolhimento. Vulnerabilidade Social. Reintegração Social.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Movimentos migratórios antigos na América .....	21
Figura 2 - Descobrimto do Brasil.....	22
Figura 3 - Imigrantes alemães desembarcando no Rio de Janeiro.....	25
Figura 4 - Passaporte Nansen. ....	27
Figura 5 - Marcha do Movimento Nacional da População de Rua. ....	32
Figura 6 - Tafu.....	34
Figura 7 - Aldino. ....	34
Figura 8 - A rota terrestre pela qual a maioria dos imigrantes entram no Brasil.....	44
Figura 9 - Imigrantes e refugiados por região do Brasil (2011 a 2018). ....	46
Figura 10 - Programa de Extensão Arte, Estética e Linguagem.....	54
Figura 11 – Sede da Associação Abrigo São Chico.....	66
Figura 12 - Fluxograma.....	78
Figura 13 - Viabilidade da proposta. ....	79
Figura 14 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé (em metros). ....	87
Figura 15 - Deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas (em metros).....	87
Figura 16 - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento (em metros).....	88
Figura 17 - Área para manobra de cadeira de rodas com deslocamento (em metros). ....	88
Figura 18 - Circulação mínima em dormitórios (em metros).....	89
Figura 19 - Exemplo de cozinha. ....	90
Figura 20 - Espaços para cadeirantes.....	90
Figura 21 - Esquema de funcionamento de um albergue alemão.....	91
Figura 22 - Mapas do Brasil, Rio Grande do Sul, Vale do Taquari e Lajeado .....	93
Figura 23 - Mapa de acessos e cidades vizinhas.....	94
Figura 24 - Mapa de vias do bairro Centro. ....	95
Figura 25 - Planta de localização do terreno.....	96
Figura 26 - Pré-existência a ser mantida.....	97
Figura 27 – Mapa do levantamento fotográfico.....	97
Figura 28 – Levantamento fotográfico do terreno.....	98
Figura 29 - Construção da residência.....	100
Figura 30 - Construção da residência, vista da fachada principal.....	100
Figura 31 - Arquitetônico atual da residência: planta baixa térrea.....	101
Figura 32 - Arquitetônico atual da residência: subsolo.....	102
Figura 33 - Arquitetônico atual da residência: planta de cobertura.....	103
Figura 34 - Arquitetônico atual da residência: cortes.....	104
Figura 35 – Microclima. ....	105
Figura 36 - Topografia e cota de cheia.....	106
Figura 37 - Entorno imediato .....	107
Figura 38 - Usos do entorno imediato.....	108
Figura 39 - Imagens do entorno imediato ao terreno. ....	108

Figura 40 - Alturas do entorno imediato.....	109
Figura 41 - Imagens do entorno imediato ao terreno. ....	109
Figura 42 - Mapa fundo-figura. ....	110
Figura 43 - Matriz FOFA .....	112
Figura 44 - <i>Shelter Home for Homeless</i> .....	116
Figura 45 - Acessos e circulações do primeiro pavimento do <i>Shelter Home</i> .....	117
Figura 46 - Circulações do segundo pavimento do <i>Shelter Home</i> . ....	117
Figura 47 - Análise setorial do primeiro pavimento <i>Shelter Home</i> . ....	118
Figura 48 – Análise setorial do segundo pavimento <i>Shelter Home</i> . ....	118
Figura 49 - Materialidade <i>Shelter Home</i> .....	119
Figura 50 – Interior da sala de oficinas do <i>Shelter Home</i> .....	119
Figura 51 - <i>Hidden Homeless</i> .....	120
Figura 52 - Infográfico dos dormitórios modulares.....	121
Figura 53 – Acessos e circulações do térreo do <i>Hidden Homeless</i> .....	122
Figura 54 - Corte AA mostrando a escada de acesso ao <i>co-living</i> .....	122
Figura 55 - Análise setorial do pavimento térreo do <i>Hidden Homeless</i> .....	123
Figura 56 – Análise setorial do pavimento tipo do <i>Hidden Homeless</i> .....	124
Figura 57 - Análise setorial do último pavimento do <i>Hidden Homeless</i> .....	125
Figura 58 - <i>Capslo Homeless Center</i> . ....	126
Figura 59 - Acessos e circulações do <i>Capslo Homeless Center</i> . ....	127
Figura 60 - Recepção <i>Capslo Homeless Center</i> .....	127
Figura 61 - Análise setorial do térreo do <i>Capslo Homeless Center</i> . ....	128
Figura 62 - Análise setorial do segundo pavimento do <i>Capslo Homeless Center</i> . ....	129
Figura 63 - <i>La Casa</i> .....	130
Figura 64 - Interior do <i>La Casa</i> .....	131
Figura 65 - Acessos e circulações do térreo do <i>La Casa</i> . ....	132
Figura 66 - Análise setorial do térreo do <i>La Casa</i> . ....	133
Figura 67 - Análise setorial do segundo pavimento do <i>La Casa</i> . ....	133
Figura 68 - Análise setorial do pavimento tipo do <i>La Casa</i> .....	134
Figura 69 - Fachada <i>La Casa</i> . ....	135
Figura 70 - <i>The Peak</i> .....	136
Figura 71 - Planta baixa <i>The Peak</i> .....	137
Figura 72 - Interior do <i>The Peak</i> , com vista da cozinha e sala de estar.....	138
Figura 73 - Interior do <i>The Peak</i> , com vista da sala de estar e dormitório.....	138

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percepção dos entrevistados em relação a quantia de pessoas em situação de rua nas cidades.....	38
Gráfico 2 - Percepção dos entrevistados em relação aos motivos que levam as pessoas a situação de rua.....	39
Gráfico 3 - Ajuda a pessoas em situação de rua.....	39
Gráfico 4 - Percepção dos entrevistados em relação aos motivos que levam as pessoas a migrarem de seu país.....	40
Gráfico 5 - Quantos entrevistados empregariam imigrantes ou refugiados.....	40
Gráfico 6 - Solicitações de refúgio concedidos a sírios entre 2011 e 2015.....	42
Gráfico 7 – Principais origens dos refugiados.....	42
Gráfico 8 - Principais motivos de pedido de refúgio.....	43
Gráfico 9 - Pessoas refugiadas atualmente no Brasil.....	45
Gráfico 10 - Novos imigrantes no Rio Grande do Sul a partir de 2014.....	51
Gráfico 11 - Principais motivos para viver na rua.....	59
Gráfico 12 - Trabalhos com atividade remunerada.....	59
Gráfico 13 - Escolaridade.....	60
Gráfico 14 - Saúde das pessoas em situação de rua em Lajeado.....	68
Gráfico 15 - Escolaridade das pessoas em situação de rua em Lajeado.....	68
Gráfico 16 - Motivos de acolhimento na Associação Abrigo São Chico.....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programa de necessidades e dimensionamento .....	76
Tabela 2 - Classificação da edificação conforme ocupação/uso.....	83
Tabela 3 - Classificação das edificações quanto à sua ocupação. ....	84
Tabela 4 - Classificação das edificações quanto à altura. ....	84
Tabela 5 - Classificação das edificações quanto às suas dimensões em planta.....	85
Tabela 6 - Classificação das edificações quanto às características construtivas. ....	85
Tabela 7 - Dados para o dimensionamento das saídas.....	85
Tabela 8 - Distâncias máximas a serem percorridas. ....	86
Tabela 9 - Número de saídas e tipos de escadas.....	86
Tabela 10 - Condicionantes Legais do terreno .....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Imigração no Brasil.....	46
Quadro 2 - Identificação e classificação da população em situação de Rua. ....	58
Quadro 3 - Matriz padronizada para serviços socioassistenciais.....	81

## LISTA DE SIGLAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- ANUAR - Nações Unidas para o Auxílio e Reestabelecimento
- BPC - Benefício de Prestação Continuada
- CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
- CAR - Centro de Acolhimento Resignificar
- Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CICV - Comitê Nacional da Cruz Vermelha
- CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
- CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LEED - *Leadership in Energy Environmental Design*
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
- LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
- MNPR - Movimento Nacional da População de Rua
- NBR - Norma Brasileira
- OIR - Organização Internacional para os Refugiados
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PNAS - Política Nacional de Assistência Social
- PNPR - Política Nacional para a População em Situação de Rua
- SUAS - Sistema Único de Assistência Social
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 O TEMA.....	18
2.1 Apresentação do tema .....	18
2.2 Contextualização histórica.....	20
2.2.1 O mundo e a imigração.....	20
2.2.1.1 A imigração no Brasil.....	22
2.2.1.2 A imigração no Rio Grande do Sul.....	24
2.2.2 Processo migratório do refugiado.....	26
2.2.3 Histórico da população de rua .....	29
2.2.3.1 Origem do processo social e acolhimento da população de rua no Brasil .....	30
2.2.3.2 Histórico do acolhimento em Lajeado.....	33
2.3 Estado da arte do tema .....	35
2.3.1 As diferenças entre imigrante e refugiados .....	36
2.3.2 Pesquisa de percepção: o quanto as pessoas sabem e pensam sobre o tema.....	37
2.3.3 Imigração e refúgio contemporâneo: panorama internacional e o brasileiro.....	41
2.3.3.1 Lei da Migração (Lei 13.445/2017) .....	47
2.3.3.2 Lei do Refúgio (Lei 9.474/1997).....	48
2.3.3.3 Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) .....	49

2.3.3.4 ACNUR: Agência da ONU para Refugiados .....	50
2.3.4 Imigração e refúgio no Rio Grande do Sul .....	51
2.3.4.1 A imigração e o refúgio em Lajeado .....	53
2.3.5 Os desafios do refugiado e o mito da hospitalidade brasileira .....	55
2.3.6 População de rua e o espaço urbano .....	56
2.3.6.1 Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/93) .....	62
2.3.6.2 SUAS – Sistema Único de Assistência Social .....	63
2.3.6.3 CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social .....	64
2.3.6.4 Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7053) .....	65
2.3.7 A situação da população de rua em Lajeado .....	66
2.4 Justificativa do tema .....	69
3 PROGRAMA.....	73
3.1 Apresentação do programa.....	73
3.1.1 Tabela de áreas .....	76
3.1.2 Fluxograma.....	78
3.1.3 Viabilidade e agentes de intervenção .....	79
3.2 Condicionantes legais e parâmetros básicos de infraestrutura.....	80
3.2.1 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais .....	80
3.2.2 Código de Edificações de Lajeado .....	83
3.2.3 NBR 9077/2001 – Saídas de Emergência .....	84
3.2.4 NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.....	86
3.2.5 Neufert – Arte de Projetar em Arquitetura .....	90
4 O TERRENO .....	93
4.1 A cidade e o bairro Centro .....	93
4.2 Apresentação do terreno.....	95
4.2.1 A pré-existência .....	99
4.2.2 Microclima.....	105

4.2.3 Topografia e cota de cheia.....	106
4.2.4 Relação com o entorno imediato.....	107
4.3 Condicionantes legais do terreno.....	110
4.4 Potencialidades e limitações da área.....	111
4.5 Justificativa do local de implantação.....	112
5 REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS.....	115
5.1.1 <i>Shelter Home for the Homeless</i> .....	115
5.2 <i>Hidden Homeless</i> .....	120
5.3 <i>Capslo Homeless Center</i> .....	125
5.4 <i>La casa</i> Habitação de Apoio.....	129
5.5 <i>The Peak</i> .....	135
6 REFERÊNCIAS.....	139
7 APÊNDICES.....	145

**1**



## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste na primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, tendo como objetivo entender, apresentar e desenvolver as etapas necessárias para compreensão e andamento, além de referência e apoio, para a segunda etapa denominada como Trabalho de Conclusão de Curso II, na qual será desenvolvida a proposta arquitetônica.

O estudo apresentará a justificativa da escolha do tema, um Centro de Acolhimento para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (CAR), mostrando a importância e necessidade de sua implantação na cidade de Lajeado/RS. O projeto atenderá imigrantes, refugiados e indivíduos em situação de rua, buscando ofertar uma oportunidade de (re)começo, além de ressignificar a vida das pessoas acolhidas.

Dessa forma, propõe-se, por meio de pesquisas e análises que aqui serão desenvolvidas, a criação complexa que ofereça necessidades básicas aos usuários, como provimento de documentações, disponibilidade à saúde, educação e moradia, atendendo a diferentes etnias e solicitações.

Perante a lei, todos são iguais, no entanto, a população carrega consigo a dificuldade de lidar com a diferença e com o novo, levando a considerar que a exclusão é a melhor forma de se lidar com determinadas situações. Assim, o objetivo deste trabalho é de encontrar meios de (re)inserir as pessoas em situação de vulnerabilidade na sociedade, proporcionando o sentimento de inclusão na cidade, tornando mais eficiente o que diz respeito a recepção e abrigo social.

O propósito desta etapa, é de apresentar informações que sejam pertinentes ao tema, ao local de implantação, ao terreno e ao programa de necessidades. O local de instalação do centro de acolhimento se dará entre a Avenida Benjamin Constant e rua João Batista de Mello,

em um lote de esquina, no bairro Centro da cidade de Lajeado. O local de implantação em uma região central é de extrema importância, pois, quando muito isolado, menos efetivo se torna o programa, como será demonstrado nas pesquisas apresentadas.

Tendo em vista os condicionantes acima citados, a proposta para o complexo é apresentada a partir de capítulos, divididos por: tema, programa de necessidades, área de intervenção e referenciais arquitetônicos. O tema será abordado no segundo capítulo e trará informações pertinentes ao assunto e sua justificativa, apontando sua relevância e relação com o cenário atual de imigração e índices de desabrigados e também contextualizará imigrações passadas e as imigrações contemporâneas, além de trazer um panorama dos motivos, desde antigamente aos dias de hoje, de haver tantas pessoas em situação de rua.

O programa de necessidades será apresentado no terceiro capítulo, o qual se desenvolve em cinco setores que serão explicados no decorrer da pesquisa. Os setores são: acolhimento, acompanhamento, lazer e convivência, profissionalização e administração. Todos desenvolvidos conforme os condicionantes legais pertinentes ao tema.

O quarto capítulo abrange informações referentes ao terreno escolhido, que engloba uma pré-existência modernista, a qual atualmente possui caráter privado e de uso residencial. Primeiramente, será apresentado a área em macro escala, após em meso e micro escala, com análises mais próximas ao entorno. Será também explanada a legislação vigente, onde se destacará os índices urbanísticos extraídos do Código de Edificações da cidade de Lajeado.

Por fim, o quinto capítulo se destinará para exibição de referenciais arquitetônicos, com análises referentes a zoneamento, forma, implantações e estratégias adotadas, as quais embasarão a construção da proposta do projeto arquitetônico que será desenvolvido na etapa seguinte, o Trabalho de Conclusão de Curso II.

2



## 2 O TEMA

O tema a ser desenvolvido no trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo é um Centro de Acolhimento para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, denominado Centro de Acolhimento Resignificar (CAR), na cidade de Lajeado/RS.

O CAR visa atender indivíduos que se encontram vulneráveis na sociedade, como pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados. Atualmente, o sistema de acolhimento no Brasil não acontece de forma eficiente e organizada, nos quais centros de apoio a pessoas em situação de rua não recebem incentivos e casas especializadas em receber imigrantes e refugiados nem sempre existem nas cidades com altos índices de migração e, quando existem, não necessariamente atendem o público alvo em questão. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo a apresentação da real importância da existência de centros de acolhimento, principalmente em cidades onde há um alto índice de crescimento, por meio de um único equipamento, onde seja possível a (re)inserção desses indivíduos na sociedade.

Neste capítulo, pesquisas de conceituação, referente a temática escolhida, serão abordadas, juntamente com princípios e fundamentos que resultaram no desenvolvimento da proposta, através de apresentações, contextualizações e justificativas.

### 2.1 Apresentação do tema

O Centro de Acolhimento Resignificar, ou apenas CAR, possui como objetivo principal o acolhimento e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade social – pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados – através de um único equipamento de importância que traga não só o abrigo ao dormir, mas também ressignifique a vida desses indivíduos, tornando-os parte

da sociedade, ressocializando aqueles que há muito perderam essa capacidade e fazer com que aqueles que vieram de fora sintam-se abraçados e acolhidos.

A proposta do CAR é diferenciada dos atuais abrigos da cidade de Lajeado e do restante do Rio Grande do Sul, pois não prevê apenas o abrigo, mas também como a profissionalização desses indivíduos e a inclusão produtiva, além de incentivar ao lazer e o reestabelecimento de vínculos de convivência, fazendo com que sintam-se pertencentes a um lugar e capazes de começar de novo, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia dessas pessoas. O local tem o propósito de oferecer ambientes acolhedores com salas de ensino e oficinas, juntamente com apoio psicológico, dentário, médico e jurídico, além da assistência social, que já lhe são ofertadas atualmente, mas não são efetivas no modo que é instaurado.

Abrigos existentes costumam ser rigorosos com os seus integrantes, estabelecendo regras e horários, os quais pessoas em situação de rua não costumam seguir por não serem acostumados. Na rua, não existe horário e nem regra, dessa forma, os centros de acolhimento acabam por não conseguirem cumprir seu papel social, pois os moradores abandonam estes locais antes mesmo de assistentes sociais conseguirem auxiliá-los. É importante frisar também que o sistema de acolhimento no Brasil acontece de forma improvisada, a maneira que se encontram poucas casas especializadas em receber imigrantes e refugiados. A locação desses equipamentos deve considerar aspectos da região em que está sendo inserido, além de oferecer amparo e instrumentos de qualidade e quantidade necessárias para essa demanda.

A junção de todos os fatores citados, em conjunto com a realização das atividades propostas, evidenciará as diferentes culturas, de diferentes pessoas, locais ou não, e servirá como um instrumento de transformação social de uma parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade. Objetiva-se a criação de uma edificação que seja de fácil acesso a esses indivíduos, oferecendo as necessidades básicas essenciais de todo ser humano. Dessa forma, o tema pretende-se integrar ao espaço urbano já existente na cidade de Lajeado, encaixando-se na malha do município, por meio de duas dimensões de conectividade. A primeira, é sua inserção no espaço em relação a cidade, e, a segunda, é em relação ao seu entorno imediato, que interliga todos pontos chaves da proposta.

A unidade definida para esta proposta de projeto será a de centro de acolhimento, a qual deverá oferecer uma estrutura necessária à moradia temporária e a todos os serviços que serão prestados, de forma que atenda aos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Abrigos possuem a grande responsabilidade social de construção de uma sociedade mais



justa, igualitária e humana, capazes de proporcionar proteção e integridade às pessoas e famílias expostas a vulnerabilidades, reduzindo riscos de violência e abandono social.

## **2.2 Contextualização histórica**

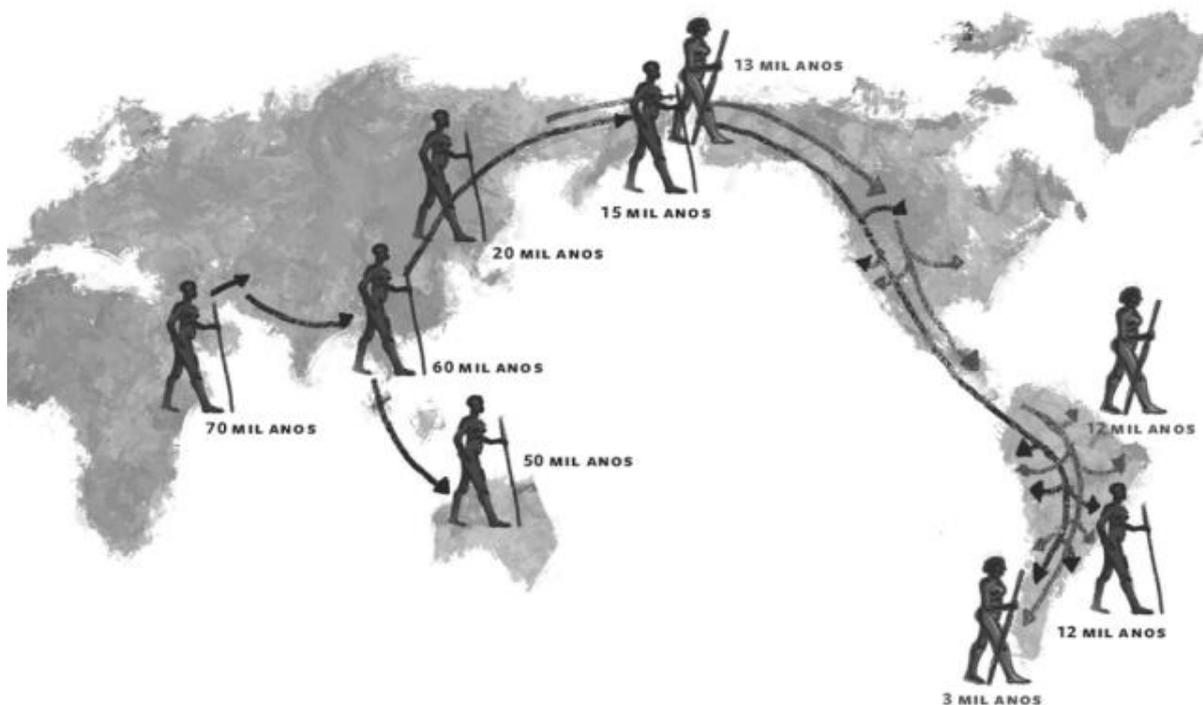
Para uma melhor compreensão da temática escolhida e sobre o conceito de vulnerabilidade social e serviços de acolhimento a essa população, é necessário que se busque no contexto histórico o surgimento e os motivos que geraram esta condição, assim como as primeiras práticas e ações assistencialistas. Na mesma via, é preciso conhecer o público-alvo e seu perfil, a quantidade de pessoas nessa condição e os serviços de acolhimento institucionais oferecidos no país e, principalmente, na cidade de Lajeado, município escolhido para a implantação da proposta.

### **2.2.1 O mundo e a imigração**

O processo de migração faz parte da história da humanidade. De acordo com Enricone (2017), historiadores do mundo todo concordam que o estilo de vida migratório e o sedentário coexistiram durante a construção da história mundial. De acordo com o dicionário Houaiss, o termo migração é o “movimento de entrada ou saída de indivíduos em países diferentes ou dentro de um mesmo país”. (HOUAISS, 2008, p. 504).

Historiadores relatam, segundo Enricone (2017), que muitas migrações ocorreram ainda no período da pré-história graças as mudanças climáticas que aconteciam na época. Sousa (2020) ainda salienta que a chegada dos primeiros povos à América, como se observa na Figura 1, aconteceu graças ao congelamento do Estreito de Bering, o qual separava o continente asiático de uma porção da América. No entanto, apesar do início da civilização ter ocorrido há mais de mil anos, a grande maioria dos especialistas concordam que os séculos XIV e XV foram decisivos para a mudança do padrão migratório, pois foram as épocas das grandes descobertas pelos países europeus, os quais, graças as grandes navegações, começaram a povoar as Américas, Áfricas e partes da Ásia. A história da humanidade é baseada em um ciclo migratório.

Figura 1 - Movimentos migratórios antigos na América



Fonte: Revista Super Interessante (2018)<sup>1</sup>.

Com o início da colonização do jeito que é conhecido, iniciou-se um novo tipo de migração, porém, não voluntário, como destaca Enricone (2017). Era o conhecido tráfico de escravos, trazidos da África para trabalhar nas Américas. Com a abolição da escravatura, que no Brasil datou-se pelo ano de 1888, através da Lei Áurea, iniciou-se um outro modelo de migração, o qual também era relacionado ao trabalho, no entanto, era de caráter voluntário e, grande parte desta grupo, era de trabalhadores originários de regiões menos favorecidas na Europa. A imigração de italianos e alemães foi bastante marcante nesta época, principalmente na região Sul do Brasil.

A imigração moderna, como se conhece hoje, teve seu início apenas com a Revolução Industrial, onde novas tecnologias e máquinas fizeram com que muitas pessoas ficassem desempregadas. Enricone (2017) diz que, em função disso, ocorreram migrações em massa, tanto para as Américas como para outros países europeus. Com a onda de migrações aumentando exponencialmente, os países passaram a estabelecer critérios de entrada e os Estados Unidos, em 1882, criou o Estatuto Geral da Imigração.

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/luzia-a-vitima-mais-preciosa-do-incendio-no-museu-nacional/>>. Acesso em 21 abr. 2020.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou a crescer o número de refugiados nos países, devido ao aumento exponencial de migrações, e, também, graças às perseguições que inúmeros grupos sofriam. (ENRICONE, 2017).

### 2.2.1.1 A imigração no Brasil

De acordo com Ramos (2019), o início da imigração no Brasil datou-se no ano de 1530 com a chegada dos povos portugueses, que tinham como intenção dar início a colonização dessa nova terra. Nesse período, conhecido como período colonial e monárquico, a imigração portuguesa foi a mais expressiva. Posteriormente, conforme Vasconcelos (2020), quando a notícia do descobrimento das Américas espalhou-se pela Europa, outras pessoas começaram a migrar para o Brasil e, a tendência de migração, passou a se acentuar a partir de 1534, quando o território foi dividido em capitanias hereditárias e núcleos sociais de importância se formaram, como, por exemplo, São Vicente e Pernambuco. Esse movimento foi o que contribuiu para a formação da população que se tornaria brasileira, ocorrendo a miscigenação de portugueses, negros e indígenas.

Figura 2 - Descobrimto do Brasil



Fonte: Brasil Escola<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/descobrimtobrasil.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Com a criação do governo-geral em 1549, o Brasil tornou-se atrativo para a população portuguesa, levando-os a migrar para o país e se estabelecerem na Bahia. Conforme Vasconcelos (2020), foi a partir desse momento em que a imigração se tornou mais constante, crescendo principalmente após os cem anos seguintes, atingindo números expressivos durante o século XVIII. Além disso, no mesmo século, foi registrado o movimento imigratório de açorianos para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Amazônia, estados em que fundaram núcleos que, mais tarde, tornam-se cidades prósperas.

Apesar de no período colonial a entrada de estrangeiros fosse proibida pela legislação portuguesa, essa regra não impediu que chegassem espanhóis entre os anos de 1580 e 1640, quando as duas coroas estiveram unidas. Fora os espanhóis, Vasconcelos (2020) diz que judeus, ingleses, franceses e holandeses também vieram para o Brasil no período de colonização portuguesa. Não obstante, esses povos não foram os únicos a migrarem, pois em decorrência do tráfico negreiro, entre 4 e 5 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil na condição de escravos, o que tornou o país em aquele que mais recebeu africanos em toda a história.

Nas primeiras décadas do século XIX, outros imigrantes europeus vieram ao Brasil em busca de melhores condições de vida, pois, de acordo com Vasconcelos (2020), o país era visto como um local de muitas oportunidades. Ramos (2019) diz que, no começo da década de 1820, povos oriundos da Alemanha começaram a chegar ao Brasil com destino ao Sul do país, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses imigrantes viviam com atividades ligadas a agricultura e à pecuária. Outro povo que migrou em grande quantidade ao país, foram os italianos, mas seu destino era principalmente a cidade de São Paulo, e, posteriormente, o Rio Grande do Sul.

Como dito anteriormente, após a promulgação da Lei Áurea, em 1888, muitos fazendeiros não quiseram empregar e pagar salários a ex-escravos, preferindo o imigrante europeu, o qual vinha de forma voluntária, como mão de obra. Assim, Vasconcelos (2020) diz que governo brasileiro passou a incentivar e criar campanhas para trazer imigrantes europeus ao Brasil, sendo os povos italianos como maior exemplo, pois recebiam incentivos, como propriedade de terra e cidadania. Os imigrantes italianos foram os primeiros trabalhadores das fábricas de São Paulo.

Vasconcelos (2020) salienta que há autores que dizem que o incentivo da imigração de imigrantes europeus foi uma maneira do governo querer esconder a herança da escravidão brasileira, com o objetivo de promover o “branqueamento” da população. De acordo com Santos (2019), essa política de branqueamento se devia ao fato de que as elites econômicas e



até mesmo o próprio Estado, defendiam que os não-brancos representavam um fator de atraso para a nação brasileira e, portanto, não era interessante promover sua integração.

A partir do ano de 1908, japoneses começaram a chegar ao país, principalmente em São Paulo, para trabalhar nas lavouras de café, que, após alguns anos, passaram a se estabelecer também em regiões do Paraná e Minas Gerais, inovando as técnicas de cultivo de café conhecidas no Brasil (VASCONCELOS, 2020).

### **2.2.1.2 A imigração no Rio Grande do Sul**

O território do Rio Grande do Sul, durante o século XVI e início do século XVII, foi uma região em que os colonizadores estavam poucos interessados. Era habitado, principalmente, por grupos indígenas Jê, Pampiano e Guarani. De acordo com Flores (2003), esses povos foram descobertos por bandeirantes que chegaram ao local buscando mão de obra escrava, para levar à trabalho em áreas de cultivo no centro do país. No entanto, a partir do século XVII, a situação alterou-se. O governo espanhol, preocupado com o avanço português sobre o território sulista, ordenou a fundação de povoados a partir do Rio Uruguai, ocupando com estâncias e lavouras (FLORES, 2003, p.32).

A partir da Independência, a questão de definições de fronteira, segundo Ahlert e Gedoz (2001), passou a envolver relações do Império do Brasil com os países da região da Prata e não mais ficou ligada a questão de disputas entre Portugal e Espanha. Assim, visando fortalecer a defesa militar do Rio Grande do Sul, o governo central desenvolveu um projeto de colonização para o território. Dessa forma, em 1822, o major Jorge Antônio von Schaeffer, foi enviado para a corte de Viena e demais cortes alemãs com a intenção de angariar colonos e soldados para o Corpo de Estrangeiros, situado no estado de Rio de Janeiro. No meio disto tudo, emigrações alemãs e italianas passaram a acontecer e permanecer no país.

De acordo com Ahlert e Gedoz (2001), havia uma preferência por alemães e italianos pelo fato de que Portugal encontrava-se em estado de guerra em suas relações entre países como Espanha, Holanda e França. O início da colonização do Estado, iniciou-se em 1824, quando chegou a primeira leva de imigrantes alemães na colônia de São Leopoldo. A leva inicial era composta por trinta e nove pessoas de nove famílias, que, seguidamente de outras, resultaram num total de 5.350 alemães.

Figura 3 - Imigrantes alemães desembarcando no Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo Digital do Memorial do Imigrante.<sup>3</sup>

A colonização do Rio Grande do Sul foi feita essencialmente por açorianos, alemães e, mais tardiamente, italianos. O programa inicial de colonização foi nomeado como *Walkerfield*, o qual constituía no pagamento de passagens as populações que quisessem vir ao Brasil, na distribuição de lote de terra, ferramentas, animais e de sementes aos agricultores e no pagamento de subsídios para alimentação (HERÉDIA, 2001). Porém, por conflitos com a Alemanha e devido a Guerra dos Farrapos, a imigração foi interrompida entre os anos de 1830 e 1844. Durante este período, de acordo com Ahlert e Gedoz (2001), a existência de terras devolutas na região do Vale do Taquari proporcionou que muitos colonos se aventurassem nas matas, para iniciarem atividades agrícolas como posseiros.

Após a volta da imigração alemã, a região do Vale passou a interessar ao projeto de colonização baseada na pequena propriedade rural e, o governo, incluiu o Vale do Taquari em suas pretensões, resultando nas fazendas dos Conventos, Lajeado e Boa Esperança.

Posteriormente, a região estabeleceu-se como um setor expressivo de negócios imobiliários privados, mediante transferência de terras dos antigos proprietários para empreendedores, os quais organizavam os loteamentos e as vendas das terras aos colonos. Um dos precursores desses negócios foi Antônio Fialho de Vargas, o qual adquiriu fazendas que a

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/nossa-gente/alemaes/>>. Acesso em 15 mai. 2020.

Câmara Municipal recomendara ao governo provincial. O primeiro porto da Fazenda e Colônia de Conventos estava situado na foz de um Arroio denominado Arroio dos Conventos. A cem metros deste porto, avistava-se ao longe o percurso do Rio Taquari, responsável por ramificar dezenas de linhas coloniais e povoações. (AHLERT, GEDOZ, 2001).

Em 1875, quando os primeiros colonos italianos chegaram ao Rio Grande do Sul, não se estimava que os 84 mil italianos vindos, sobretudo, da Lombardia, Vêneto e Tirol, se instalariam nas regiões do Vale do Taquari, Vale do Caí e Serra Gaúcha. Esses povos, juntamente com o povo alemão e açoriano, são os principais responsáveis da caracterização do Estado de como ele é conhecido hoje, além de ter um papel fundamental para determinar a dinamicidade da economia do Estado.

### **2.2.2 Processo imigratório do refugiado**

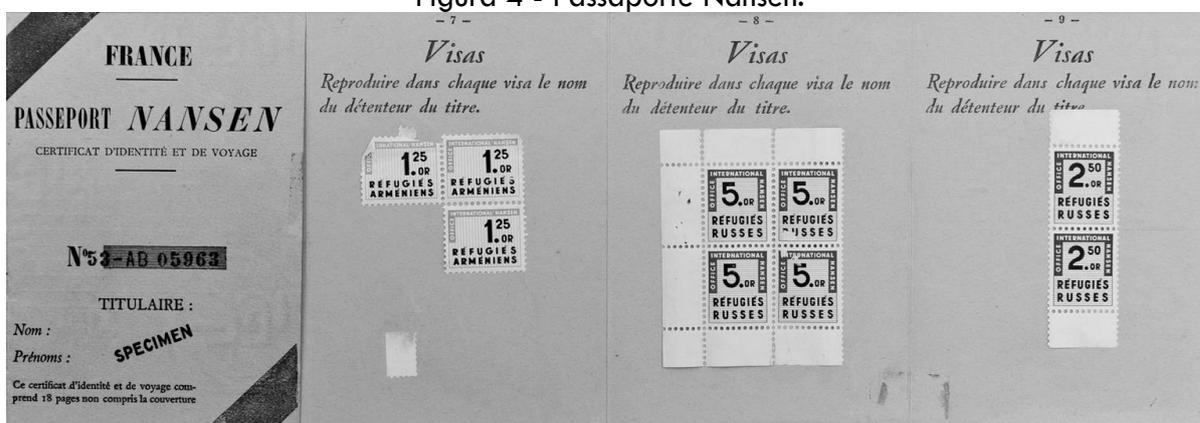
Falar sobre a situação de refúgio é falar de um fenômeno que não surgiu apenas agora na atualidade, mas sim, em um período que se desmonta há muito antigamente. A ideia de refúgio, segundo Milhomem (2019), tem relação direta com a existência de sociedades organizadas, com poderes políticos e instituições capaz de atender às necessidades e desejos da população. Dessa forma, é possível encontrar refugiados no período antigo da História, pois foi na Antiguidade que surgiram as primeiras sociedades soberanas com organizações políticas e limites territoriais, como, por exemplo, o império egípcio e as cidades-estados gregas.

Existem referências à prática de acolhimento e proteção do estrangeiro em textos escritos há 3.500 anos. Além disso, durante a Idade Grega e Romana, e ainda na Idade Média, o acolhimento das vítimas de migração forçada ganhou contornos religiosos. Dessa forma, o asilo concedido tinha como objetivo mostrar um processo de arrependimento perante a divindade, onde os deuses protegeriam as pessoas da violência de perseguidores, governos e militares. As pessoas entravam nesses lugares sagrados e seus perseguidores, os governos e exércitos não podiam entrar. O respeito e o temor aos templos e divindades faziam dos locais sagrados o refúgio contra violências e perseguições

De 1919 a 1939, com os violentos conflitos e tumultos políticos, em especial o fim da Primeira Guerra Mundial, a Guerra Civil Russa e a ruína do império Otomano, além do estabelecimento da Liga das Nações em 1919, foi concentrado esforços para a criação de uma definição jurídica e internacional para o refúgio. Formalmente, os processos de assistência aos

refugiados iniciaram-se apenas em 1921, quando o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) organizou uma conferência internacional para discutir o caso dos refugiados russos, que haviam sido deslocados devido a Guerra Civil Russa e a fome de 1921. No entanto, apenas em 1922, por causa dos refugiados russos que haviam sido desnacionalizados e se encontravam sem documentos, que foi feito o “Ajuste Relativo à Expedição de Certificados de Identidade para os Refugiados Russos”, mais conhecido como “Passaporte Nansen”, que lhes devolveu a personalidade jurídica, sendo o primeiro documento internacional destinado à refugiados (IKMR, 2020).

Figura 4 - Passaporte Nansen.



Fonte: Biblioteca Digital Mundial (2017)<sup>4</sup>.

Em 1933, foi realizado uma convenção que serviu de instrumento internacional para não obrigarem refugiados a retornarem a seu país de origem e, em 1938, em Londres, foi criado o Comitê Intergovernamental para os Refugiados, a fim de efetuar reassentamentos. Os anos de 1939 a 1945, marcados pela Segunda Guerra Mundial, além do período imediato pós-guerra, foram marcados pelos maiores deslocamentos populacionais forçados da história moderna. Essas movimentações, através do continente europeu devastado, passaram a preocupar as potências aliadas e, em 1943, foi criada a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Reestabelecimento (ANUAR), a qual, em 1947, foi substituída pela Organização Internacional para os Refugiados (OIR), antecessoras da ACNUR (IKMR, 2020).

Após a consolidação da ONU, aprovou-se, em 1948, a Declaração Nacional dos Direitos Humanos, a qual assegurava ao indivíduo o direito de procurar e se beneficiar de asilo em outros países, caso fosse vítima de perseguição. Em dezembro de 1949, a Assembleia Geral da ONU decidiu criar o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), a qual iniciou suas

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/11576/view/1/1/>>. Acesso em 15 mai. 2020.



atividades em 1951. Conforme Milhomem (2019), após a criação da ACNUR, em 1951, foi realizada a Convenção Relativa do Estatuto dos Refugiados, que definiu em seu texto o termo “refugiado”:

(...) em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 02).

Porém, com o passar do tempo, a Convenção de 1951 acabou por se mostrar ineficaz. Na década de 1960, os novos fluxos de refugiados na África e na Ásia, marcados pela descolonização desses países, conforme Milhomem (2019), foram um forte exemplo disso. A antiga Convenção possuía limites temporais e geográficos. Assim, foi criado em 1967, o Protocolo Sobre o Estatuto dos Refugiados, com a intenção de sanar os problemas surgidos devido a essa Convenção.

Moreira e Rocha (2010), afirmam que os direitos dos refugiados estão intimamente ligados ao regime internacional dos Direitos Humanos, devidos aos atos desumanos cometidos por regimes totalitários do século XX, o qual começou a ser debatida em cenário internacional, visto que começou a se considerar o Estado como potencial violador dos direitos dos cidadãos.

A partir da década de 1970, devido à crise econômica de 1973 derivada dos choques do petróleo e que atingiu fortemente o mundo, países começam a entrar em um forte período de recessão. Conforme Moreira e Rocha (2010), principalmente países da Europa Ocidental, passam a se ressentir cada vez mais com a presença estrangeira, refletindo no tratamento dado a refugiados. Esses passaram a serem vistos como encargos econômicos e sociais ao país de acolhimento, e, não obstante, soma-se a isso o choque cultural entre a massa de refugiados às sociedades acolhedoras, aumentando o nível de intolerância a eles, por meio da discriminação e xenofobia.

Dessa forma, neste contexto, Moreira e Rocha (2010) salientam que começou a se questionar a efetividade do regime internacional de refúgio, cogitando-se uma crise. Além disso, o número de imigrantes ilegais aumentou e, na tentativa de controle de entrada, países

passaram a adotar políticas cada vez mais restritivas, dificultando o acesso e o pedido de refúgio, além de estabelecer categorias que iam contra o que havia sido estabelecido na Convenção de 1951 em relação a proteção de refugiados.

Moreira e Rocha (2010) também demonstram que, as tendências de oportunidade ao refúgio, foram estreitadas, sobretudo, após os ataques de 11 de setembro de 2001, gerando associações cada vez mais fortes entre fluxos migratórios e questões de segurança internacional. Refugiados passam a ser vistos como potenciais perigos e ameaças. Assim, tornou-se cada vez mais difícil a aplicação dos termos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 a situações contemporâneas.

### **2.2.3 Histórico da população de rua**

A origem da população de rua provém de muitos séculos atrás. Conforme Nascimento apud Stofells (2017), os primeiros indivíduos em situação de rua encontrados remontam ao período da Grécia Antiga, decorrentes do início das construções das cidades e das organizações das propriedades de terras e desapropriações.

De acordo com Cerqueira (2011), nos séculos XVI e XVII, o número de mendigos registrados eram alarmantes. Durante a década de 1630, um quarto da população de Paris era formada por desabrigados, que não só ocupavam as áreas urbanas, mas também as zonas rurais da cidade. Não só a França, mas também como Holanda, Inglaterra e Suíça, sendo que, este último, já buscava métodos para combater esses indivíduos, classificados como uma doença. Os desabrigados eram perseguidos pelos chamados “homens de bem”, quando esses não eram expulsos por outros meios (CERQUEIRA apud HUBERMAN, 2011).

Silva (2006) diz que, com a transição do feudalismo para o capitalismo e, com o início da Revolução Industrial, o homem do campo perdeu sua propriedade e seus meios de produção e se viu obrigado a buscar emprego nas indústrias da cidade. No entanto, de acordo com Queiroz (2009), com o sistema regido por Ford como meio de produção, ficou cada vez menos necessário o trabalho braçal humano. Por consequência, foram sendo extintas muitas profissões e, dessa forma, muitas pessoas ficaram desempregadas e sem condições de sobrevivência. Assim, sem muita escolha, muitos indivíduos passaram a viver nas ruas.

Houve um crescimento urbano muito acelerado devido à migração de pessoas em busca de oportunidades e melhores condições de vida. Este movimento ficou conhecido como êxodo



rural. Esse processo, de acordo com Queiroz (2009), resultou por um excesso de pessoas nas cidades, que culminou em severas crises. Com a globalização, indústrias precisavam encontrar um meio de acelerar as suas produções, procurando, então, por terceirizar grande parte de seus serviços e fazer uso de estruturas mecanizadas, reduzindo custos. Assim, conforme Klaumann (2016), os trabalhadores descartados acabaram se tornando uma fonte de mão de obra reserva, a qual ficou à mercê de toda injustiça disposta a falta de postos de trabalho. Portanto, pode-se afirmar que a situação de rua é fruto da extrema pobreza e desigualdades de um país e não uma opção do indivíduo, tornando-se, dessa forma, responsabilidade do poder público.

### **2.2.3.1 Origem do processo social e acolhimento da população de rua no Brasil**

Na sociedade pré-industrial brasileira, Cerqueira (2011) diz que o primeiro regime de trabalho foi a escravidão. Neste, o escravo não era um sujeito concebido de direitos e não podia nem responder por si, pois era proprietário do seu senhorio. A escravidão, por muitos anos, foi o único sistema capaz de garantir produção econômica em larga escala.

Mesmo naquela época, já havia a questão social sobre a vigência do trabalho escravo, conforme relata Cerqueira (2011), pois refletia as diferenças econômicas, políticas e culturais que envolviam as classes sociais e grupos. Com a Lei Áurea, houve um contingente expressivo de escravos livres, que, em sua maioria, estavam inseridos no setor da subsistência. Isso explica o porquê, durante o processo lento de industrialização do Brasil, evitou-se utilizar essa força de trabalho, visto que acreditavam que eles não se adaptariam ao trabalho assalariado regular.

Dessa forma, compreende-se que a abolição da escravidão lançou às ruas milhares de ex-escravos que se encontravam sem emprego, moradia e nem com condições de manter sua sobrevivência. Vagavam pelas ruas como mendigos, cometendo pequenos furtos e submetendo-se à deploráveis condições de trabalho. O fim da escravidão refletiu, portanto, de forma significativa nos primeiros movimentos de pessoa em direção às ruas no Brasil (CERQUEIRA, 2011).

O sistema escravista foi superado através de um incompleto processo de abolição da escravatura, conforme ressalta Santos (2019), o qual não procurou estabelecer um projeto de inserção social e econômica aos ex-escravos na nova ordem que se estabeleceu após 13 de maio de 1888. Uma das razões centrais para esse abandono aos negros após o fim da



escravidão, foi o pensamento racista e preconceituoso fortemente marcado entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com raízes existentes até os dias atuais.

Outro aspecto que se deve levar em consideração é a questão sanitária-higienista. Este discurso, da mesma forma como ocorreu na Europa, despertou a atenção para as formas de condição de vida precárias da população que viviam nos recém criados centros urbanos. O Rio de Janeiro era conhecido como a capital das epidemias, visto que faltava saneamento básico na cidade. As condições habitacionais e de insalubridade remetia o Rio às cidades da Inglaterra vitoriana (CERQUEIRA apud VALLADARES, 2011, p. 70). Assim, visando o combate das doenças e estabelecer normas e hábitos que conservassem a saúde, médicos passaram a atuar com políticas públicas e de saneamentos e, o cortiço, tornou-se principal alvo da campanha, pois era a maior expressão de insalubridade e de pobreza.

Em consequência, estourou na cidade a Revolta da Vacina, que ficou conhecida como prova de descontentamento da população em relação a truculência e imposição das campanhas governamentais. A população se revoltou e preparou-se com armas para enfrentar o governo, transformando as ruas do Rio em um cenário de guerra por vários dias. Grande parcela dos revolucionários, conforme aponta Cerqueira apud Maricatto (2011, p. 71), eram desempregados, pedintes e pessoas sem identificação, e foram banidas para outros estados sem perspectivas de moradia e sustento.

É só a partir do final da década de 1980 que o país inicia lentamente seu processo de assistência social, a partir da sua redemocratização feita com a Constituição Federal de 1988. Essa, torna-se a força impulsionadora para as políticas públicas sociais, como também a política pública direcionada à população de rua.

Conforme cita Klaumann (2016), nos anos 90, algumas manifestações de maior destaque, em âmbito nacional, em respeito à população de rua, começaram a partir do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, que desencadeou outras manifestações como o grito dos excluídos, seminários nacionais e a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. No início do século XXI, ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua e, em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribuiu proteção social especial ao atendimento da população em situação de rua. No ano de 2005, cria-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Figura 5 - Marcha do Movimento Nacional da População de Rua.



Fonte: Bancários DF (2019).<sup>5</sup>

Klaumann (2016) diz que todas essas manifestações e políticas públicas foram resultados de protestos e cobranças frente à tragédia do ano de 2004, em São Paulo, onde 15 moradores de rua sofreram violência e sete morreram. Em decorrência disso, realiza-se o 1º Encontro Nacional de População de Rua, o qual propicia o início da formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e inclui atendimento especializado para a população em situação de rua.

No ano de 2009, promulga-se, na resolução CNAS nº 109, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e, alguns meses depois, é lançado oficialmente a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a qual buscava compreender as necessidades desses indivíduos e criar leis que os beneficiassem. Além disso, em 2010, o governo faz parceria com a UNESCO com o objetivo de formação, organização e articulação da população de rua, além de contribuir para a consolidação do MNPR. Em 2010, cria-se uma cartilha que inclui pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal. Por fim, até 2013, o governo federal juntamente com as prefeituras municipais, abriram 2.469 unidades de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que, somados aos já existentes, totalizam 7.968 unidades no país. Além disso, foram abertas outras 175 unidades de Centro de

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://bancariosdf.com.br/portal/na-tv-comunitaria-marcha-nacional-do-movimento-da-populacao-de-rua-e-tema-do-tv-bancarios-desta-sexta-23/>>. Acesso em 06 jun. 2020.

Referência Especializados para População em Situação de Rua, mais conhecidas como Centro POP.

É importante frisar que, apesar de todas essas políticas públicas de assistência social, conforme o guia de atuação ministerial do Brasil de 2015, a condição de rua continua sendo um sério problema, visto que ainda existem muitas desigualdades e exclusão social. A sociedade tem tendência a passar por essa parcela nas ruas sem enxergá-los e com total desinteresse a problemática. A população de rua, normalmente, possui a grande luta interna frente a decisão de dormir e ter suas liberdades na rua ou de receber o conforto dos centros de acolhimento. Muitos deles ainda consideram ser melhor permanecer na via pública, dormindo em caixotes e papelão. A situação não é um fato recente, assim como também sempre houve pessoas dispostas a ajudar ou oferecer alguma oportunidade.

Ogg (2014) diz que antigamente existiram algumas instituições que lançaram suas primeiras iniciativas a fim de auxiliar essa parcela da população, tais como foram feitas pela Pastoral do Povo da Rua (1970 a 1980), em entidades da Igreja Católica nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. As iniciativas possuíam cunho religioso e implantavam casas de assistência para acolher quem precisava, além de organizarem movimentos populares em prol desse povo.

### **2.2.3.2 Histórico do acolhimento em Lajeado**

O município de Lajeado, inicialmente, não contava com equipamentos de acolhimento para pessoas em situação de rua visto que o número desses indivíduos eram baixos, poucos consideráveis. Porém, assim como em muitas cidades, possui histórias de pessoas nesta situação, que são quase anônimas, por vezes esquecidas, pelo restante da sociedade. No entanto, apesar dos tempos modernos tomarem conta do cotidiano das pessoas, há algumas, de mais idade, que ainda se lembram de algumas figuras históricas municipais e possuem história para contar sobre elas. Em relato de um morador de Lajeado, em uma publicação de rede social, foi possível conhecer um pouco da história de um antigo morador de Lajeado, apelidado de Tafu.

Tafu (Figura 6) era uma pessoa em situação de rua da cidade de Lajeado, conforme escreveu Luís Fernando Dexheimer, que tocava violão, com duas ou três cordas, cantando pela cidade a fora. Era albino e, por isso, apenas andava pelas ruas apenas durante a noite. Era um morador de rua andarilho, pois migrava para outras cidades da região, como Estrela e

Encantado, onde era conhecido por “negro do aço”, devido a sua condição física. Por comentário, outra pessoa relatou que Tafu se chamava, por nome de batismo, Adão da Rosa e era oriundo do antigo quilombo Cupido/Nova Real. Outra figura memorável da cidade, foi Aldino, conforme pode ser visto na Figura 7. Por relatos de comentários desta mesma publicação citada anteriormente, estava frequentemente no antigo supermercado Dresch, no centro da cidade, com seu carrinho de mão, costumando pedir esmolas e cigarros para as pessoas, contando piadas e histórias.

Figura 6 - Tafu.



Fonte: Acervo Luis Fernando Dexheimer.

Figura 7 - Aldino.



Fonte: Acervo Luis Fernando Dexheimer.

No dia 24 de setembro de 2001, foi fundado o Abrigo São Chico, uma entidade não governamental, criada com o objetivo de combater a problemática social envolvendo as pessoas em situação de rua, as quais se abrigavam na escadaria da Paróquia São Cristóvão. Durante os dias mais frios de inverno, os indivíduos que não recorriam ao abrigo, eram recebidos para pernoitarem no Ginásio Nelson Brancher, integrante do Parque Professor Theobaldo Dick.

Em reportagem do Jornal A Hora (2016), Franciele Schmitz, voluntária, relata que a situação saiu do controle quando um desabrigado veio a óbito devido ao frio. Assim, em 2016, foi fundada a Casa da Acolhida, locada em uma residência já existente na Rua Júlio de Castilhos. Assim sendo, o local passou a complementar o serviço do Abrigo São Chico, que, em



2014, adquiriu a razão social de Associação Abrigo São Chico, oferecendo acolhimento temporário ou permanente.

Durante os 40 dias de funcionamento da Casa da Acolhida, 20 pessoas foram encaminhadas para tratamento. A administração pública municipal gastava cerca de R\$26.500,00 mensais com a casa e, mesmo assim, a problemática não estava sendo resolvida. Seu funcionamento era das 19h às 07h, dessa forma, períodos fora deste horário os moradores continuavam com suas atividades costumeiras, muitos deles, inclusive, usavam drogas e embriagavam-se. Dessa forma, o local fechou suas portas e a verba foi repassada ao Abrigo São Chico.

Por 13 anos o Abrigo São Chico manteve suas atividades através de duas entidades assistenciais, fazendo uso de seus CNPJ para receber auxílio financeiro. Após obter sua razão social, passou a oferecer atendimento 24h com abrigo ao dormir, alimentação, higiene, vestuário, atendimento psicossocial e encaminhamento para redes de políticas públicas do município. Hoje, mantém-se uma parceria público-privada com a Prefeitura Municipal de Lajeado como único serviço de acolhimento a esses indivíduos.

### **2.3 Estado da arte do tema**

O tema em questão, como pôde ser visto, trata-se de uma situação histórica antiga, porém, ainda muito recorrente na atualidade, cuja problemática envolve não somente questões econômicas, políticas, sociais, psicológicas, mas como também urbanísticas. Todos esses fatores associados a estas condições, pode-se considerar a crise habitacional das cidades, a mercantilização do espaço urbano, a vulnerabilidade das políticas públicas, o problema de vício, a exclusão social, a xenofobia e indiferença por parte da sociedade, resultado da privação dos direitos básicos a esses cidadãos.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 203, a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, além de que deve ser prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social. Essa política tem como objetivo proteger cidadãos de todas as idades, amparar carências, promover a integração ao mercado de trabalho, habilitar e reabilitar pessoas portadoras de deficiências e sua inserção na comunidade, além de garantir recebimento de um salário mínimo mensal a quem comprovar não possuir meios de manutenção e sobrevivência.

Portanto, com a regularização da Assistência Social, as práticas assistencialistas passaram a dar lugar às políticas de Assistência Social do Governo, promovendo mudanças e avanços na área. Mesmo assim, muito ainda se discute sobre essas políticas, se são realmente necessárias e efetivas, visto que a exclusão social é uma característica muito presente na sociedade brasileira.

### **2.3.1 As diferenças entre imigrante e refugiados**

O conceito de imigrante e refugiado é bastante confundido entre as pessoas e, apesar desses indivíduos terem semelhança, todos não podem ou não querem viver em seu país de origem e as razões disso se devem a motivos completamente diferentes. Para melhor compreensão do presente trabalho, é necessária a explicação desta diferença.

Conforme Enricone (2020), o imigrante é caracterizado como uma pessoa que se desloca de forma voluntária de seu país de origem, com o intuito de se estabelecer por algum tempo no Estado de acolhida. São vários os motivos que levam um indivíduo a tomar a decisão de migrar, no entanto, a principal é a econômica, visto que quando o indivíduo parte para outro país é com a esperança de obter melhores condições de vida. No Brasil, o processo de imigração é regido pela Lei 13.445/2017, que determina que há dois tipos de imigrantes: o de caráter temporário ou definitivo.

Enricone (2016) diz que refugiados são frequentemente confundidos com asilados políticos, visto que os dois envolvem algum tipo de perseguição. Porém, diferente da situação de asilo, em que a perseguição é somente política, o refúgio pode ter relação com os mais diferentes tipos de perseguição. Pode ser de etnia, religião, nacionalidade, grupo social, convicção política, entre outros. O refúgio pode ser solicitado quando o país de origem está em situação de guerra ou conflito interno.

No Brasil, o solicitante de refúgio precisa já se encontrar em território nacional ou em região de fronteira para conseguir este direito. O indivíduo precisa se deslocar até a sede da Polícia Federal, ou autoridade migratória, para preenchimento do Termo de Solicitação de Refúgio. Após, a pessoa recebe imediatamente um protocolo provisório com validade de um ano e, com possibilidade de renovação, até que o CONARE se posicione de modo definitivo quando a seu pedido. Com seu protocolo em mãos, o refugiado passa a ter os mesmos direitos individuais e sociais que os cidadãos do país de acolhida, ganhando permissão para emissão



de documentos como Carteira de Trabalho, CPF e acesso a serviços públicos. Estas questões, estão previstas na Lei 9.474/1994.

O visto humanitário, concedido pelo Brasil, pode ser aplicado as mesmas situações dos motivos da condição de refúgio, mas também a vítimas de crises econômicas e ambientais - categorias não contempladas no pedido de refúgio.

### **2.3.2 Pesquisa de percepção: o quanto as pessoas sabem e pensam sobre o tema.**

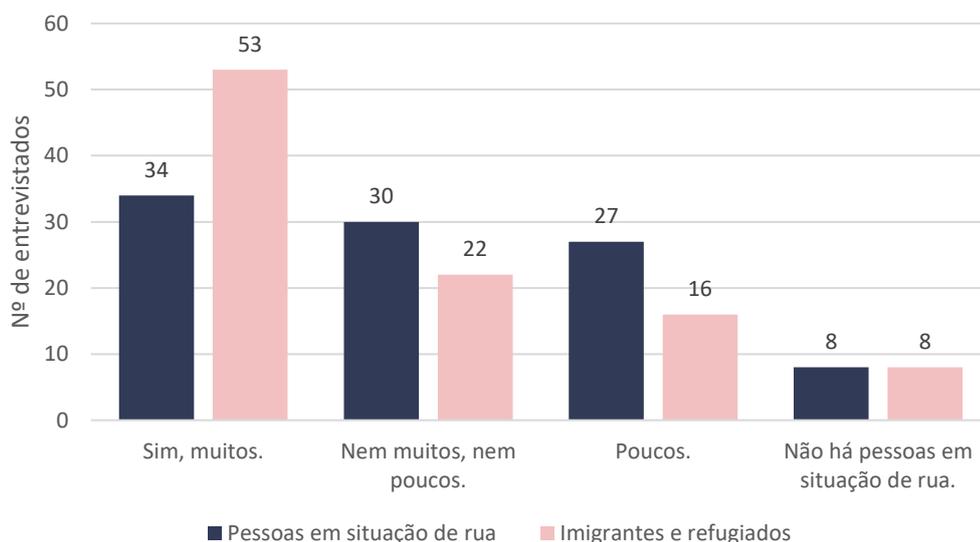
A fim de conhecer melhor a opinião e percepção das pessoas em relação a temática, para melhor entendimento do assunto e para conhecimento de dados e informações a respeito da situação em relação ao tema nas cidades, foi elaborado um questionário estruturado como forma de pesquisa para desenvolvimento do presente trabalho.

O questionário foi dividido em cinco partes, sendo que a primeira procura identificar o perfil da pessoa que o responde, com perguntas sobre a idade e onde mora. Após, a segunda parte, destina-se a perguntas sobre a percepção do entrevistado em relação a cidade de onde reside, se há pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados, e se o entrevistado conhece alguma política pública de assistência social e o que pensa dela. A terceira parte é composta por perguntas destinadas ao sentimento das pessoas em relação a população de rua, com questionamento do porquê elas acreditam que leva uma pessoa a viver nas ruas, se ajudam essa população e se conhecem algum abrigo. A quarta parte, relaciona os imigrantes e refugiados ao entrevistado, também questionando o sentimento das pessoas em relação aos mesmos, se concordam com sua vinda ao Brasil, os motivos e se algum dia empregariam um deles em sua empresa. A quinta e última parte questiona o entrevistado o quão importante ele considera existir um equipamento voltado para pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados. Para mensuração utilizou-se a escala *Likert* de cinco pontos (discordo totalmente – concordo totalmente).

Participaram do questionário 103 entrevistados, sendo a maioria deles moradores da região do Vale do Taquari (73,78%), com predominância da cidade de Lajeado. Os demais entrevistados eram de regiões variadas, como da Região Metropolitana (4,85%), Serra Gaúcha (3,88%), do Vale dos Sinos (1,94%), Região da Campanha (0,97%), Alto Jacuí (0,97%) e de fora do Estado do Rio Grande do Sul (7,76%). A média de idades do público era de jovens de 21 a 25 anos (45%), vindo, em seguida, entrevistados com 41 a 50 anos (13%), de 31 a 40

anos (12%) e de 51 a 60 anos (9%). Quanto a percepção desses públicos em relação a pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados em suas cidades, pode ser observado nos Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Percepção dos entrevistados em relação a quantia de pessoas em situação de rua nas cidades.



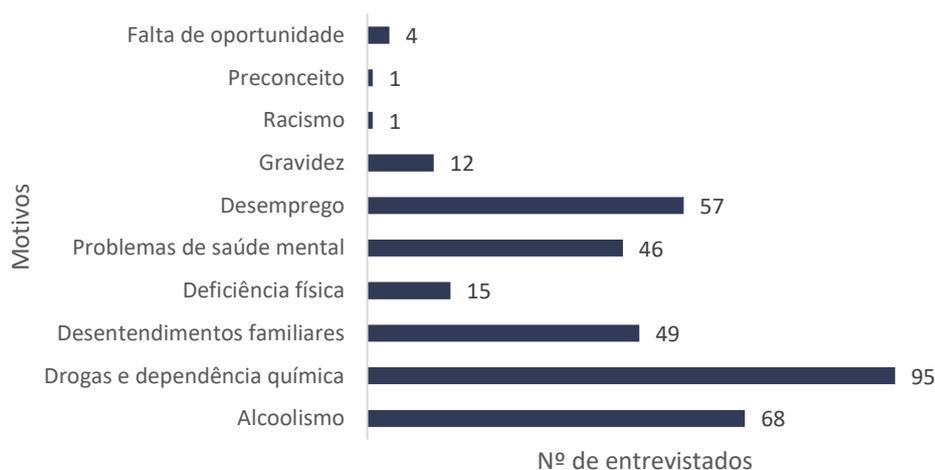
Fonte: autora (2020).

Em relação ao conhecimento dos entrevistados sobre políticas de assistência social, apenas 83 pessoas responderam, sendo que 42 das respostas dizem que não conhecem nenhuma política de assistência social. Outros, responderam que conhecem, principalmente em relação ao CRAS, mas que são pouco eficientes e não abrangem a maioria dos vulneráveis, sendo necessário mudanças. Alguns entrevistados responderam que as políticas dos governos são má geridas, mas que as ações de grupos não governamentais atendem muito bem e ainda prestam auxílio e acompanhamento a longo prazo. Há ainda respostas mais conservadoras, que consideram as políticas desnecessárias e que levam ao comodismo da população.

Sobre a parte três do questionário, mencionada acima, relacionado a população de rua, 46 dos entrevistados não conhecem ou nunca ouviram falar sobre abrigos de acolhimento. Alguns destes, apesar de desconhecer, acham que seja importante a sua existência e que deveria haver algum em todas as cidades. As outras 57 respostas, possuem opiniões variadas a respeito: enquanto alguns conhecem e acham o serviço bom e necessário, outros reconhecem que são existentes, mas com pouca eficiência devido as regras rígidas e com por pouca falta de incentivo público e infraestrutura, prestando auxílio, mas não resolvendo os problemas em sua totalidade e com oferta de poucas vagas. Assim como nas respostas de políticas

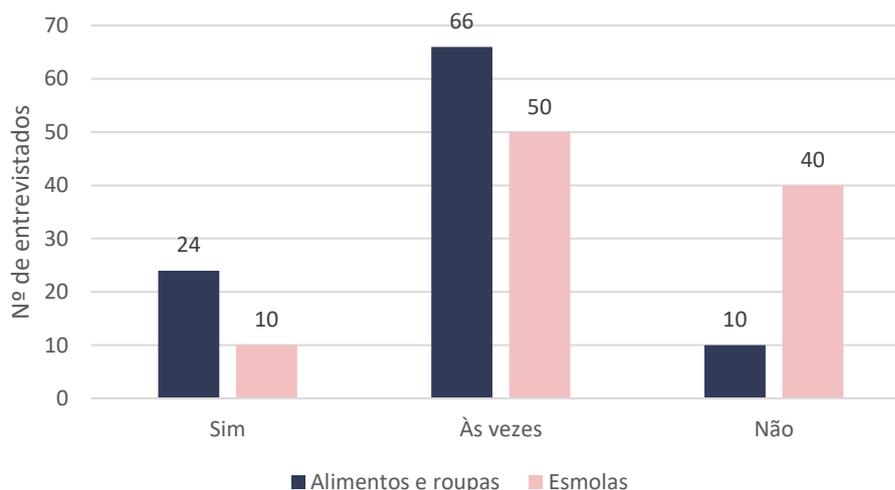
assistenciais, houve respostas mais conservadoras, acreditando que deveria ser uma questão resolvida entre a família ou que são locais “bons até demais” para essa população, necessitando de regras mais rígidas e abrangentes para o usuário, o qual não se esforça para a reabilitação. As outras respostas para as perguntas feitas podem ser visualizadas nos gráficos abaixo.

**Gráfico 2 - Percepção dos entrevistados em relação aos motivos que levam as pessoas a situação de rua.**



Fonte: autora (2020).

**Gráfico 3 - Ajuda a pessoas em situação de rua.**

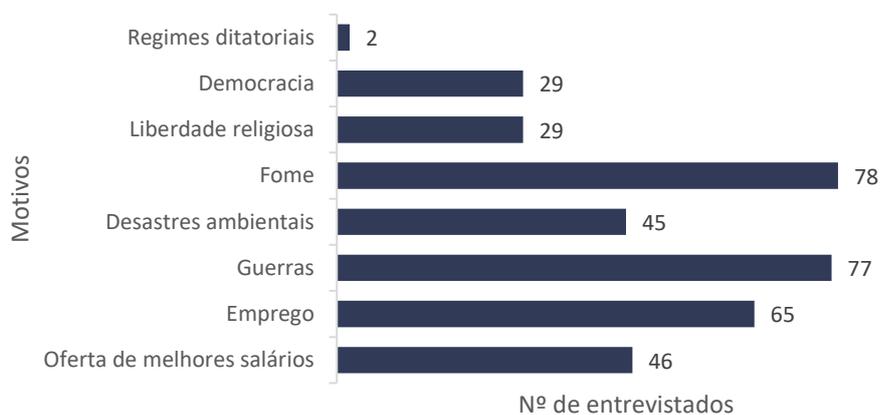


Fonte: autora (2020).

Em relação a etapa quatro do questionário, que se refere a imigrantes e refugiados, os entrevistados deram respostas mais divididas entre si, sendo que a maioria (43%) considera importante que o país receba os imigrantes/refugiados para acolher quem necessita de ajuda

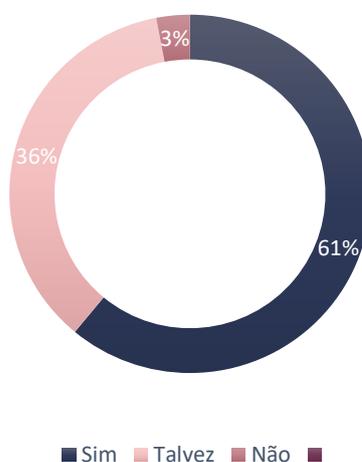
humanitária. Outros 31% acham que os imigrantes/refugiados precisam de ajuda humanitária e devem migrar para o Brasil, porém, consideram o Brasil um país pobre e com muitos problemas sociais, então o governo deveria limitar sua ajuda a eles. Vinte e dois por cento são a favor da entrada de imigrantes/refugiados no país, contando que seja estabelecido um número limite máximo de imigrações e que as regras sejam mais rígidas. Apenas 4% são contra a entrada de imigrantes/refugiados no Brasil, pois consideram que cada país deve resolver os problemas de suas populações. Quanto a percepção dos entrevistados em relação aos motivos que levam alguém a migrar de seu país e se empregariam um imigrante ou refugiado em sua empresa, podem ser observados no Gráfico 4 e Gráfico 5.

Gráfico 4 - Percepção dos entrevistados em relação aos motivos que levam as pessoas a migrarem de seu país.



Fonte: autora (2020).

Gráfico 5 - Quantos entrevistados empregariam imigrantes ou refugiados.



Fonte: autora (2020).

E, por fim, o resultado da última etapa trouxe que 81,4% dos participantes do questionário, que representa 83 pessoas, votaram o número 5 da escala *Likert*, que diz que concordam totalmente, ou seja, consideram importante que exista um equipamento de acolhimento destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Houveram 11 votos na categoria 4 e 9 na categoria 3. Não houve nenhum voto nas categorias de 0 a 2.

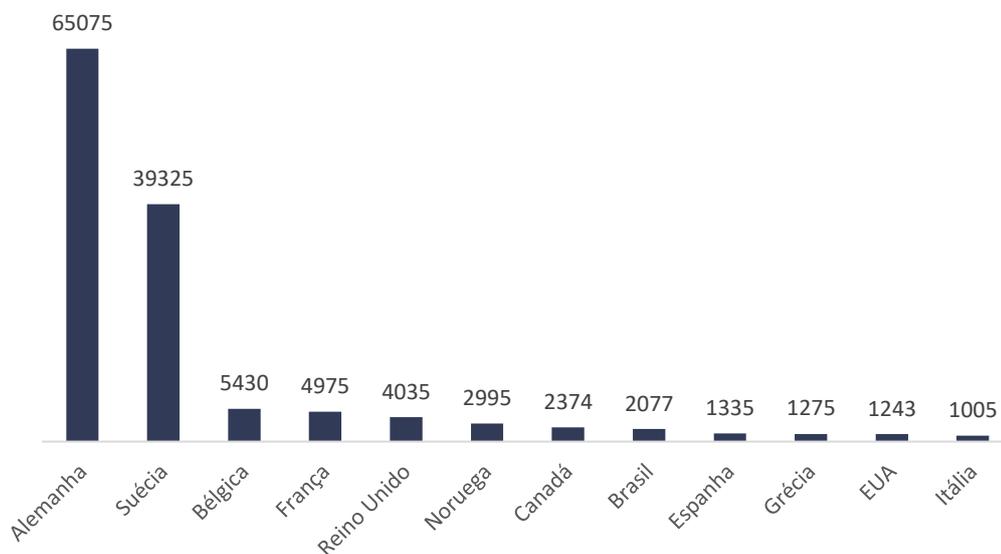
### **2.3.3 Imigração e refúgio contemporâneo: panorama internacional e o brasileiro**

Países desenvolvidos, geralmente, são destinos tradicionais de imigração, onde estrangeiros representam um percentual de, pelo menos, dois dígitos entre a população local. Hernandez (2016) cita exemplos de países como Estados Unidos, onde o percentual é de mais de 10%, Canadá e Austrália com 20% e países da Europa, com uma taxa percentual que varia de 7 a 20%. Nestes países, os imigrantes têm contribuído para impulsionar a inovação, o empreendedorismo e o crescimento econômico interno. No entanto, tem crescido políticas de restrições à entrada de estrangeiros em tais países, devido ao deslocamento de refugiados, que tendem a adentrar-se de forma ilegal, reconfigurando o fluxo migratório em escala mundial. Dessa forma, o eixo de migração deixa de ser Sul-Norte e passa a ser direção Sul-Sul.

De acordo com Melissa Fleming, porta-voz da ACNUR, quase 85% dos refugiados vivem em países em desenvolvimento. Assim, o Brasil torna-se destaque nesta discussão, pois, apesar de sua população ser composta apenas por nem 1% de imigrantes, é o país que mais concedeu asilo a refugiados sírios na América Latina e, além disso, o Brasil recebe destaque mundial porque defende, em tese, que os assuntos migratórios sejam tratados de maneira absolutamente vinculada aos direitos humanos. Os motivos pelos quais o país possui essa importância podem ser explicados, de acordo com Hernandez (2016), devido a história de formação da sociedade brasileira, a qual possui a herança de aculturação e a miscigenação.

Conforme cita Hernandez (2016), os atuais eventos de refúgio vêm sendo desencadeados pela chamada Primavera Árabe iniciada em 2010. De acordo com Pena (2020), este movimento trata-se de uma onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte da África, em que a população foi às ruas derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições de vida. Entre os países que já passaram e ainda estão passando por suas revoluções, está a Síria, Argélia, Bahrein, Omã e Jordânia.

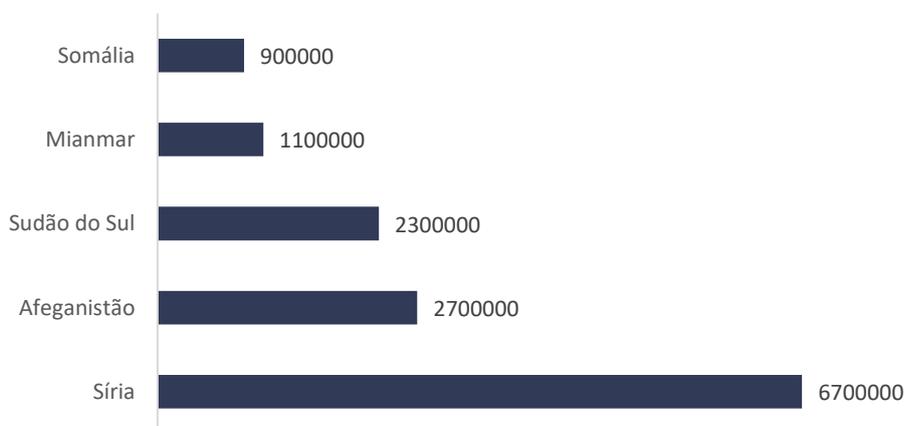
Gráfico 6 - Solicitações de refúgio concedidos a sírios entre 2011 e 2015.



Fonte: BBC Brasil (2015).

Dessa forma, devido a estes movimentos de revolução, a crise dos refugiados agravou-se ao longo do tempo. De acordo com dados divulgados no relatório de Tendências Globais, publicação anual da ACNUR, em 2019, houve um total de 70,8 milhões de imigrantes fazendo deslocamento forçado por consequência de guerras e conflitos. Destes 70,8 milhões, existem três grupos distintos. O primeiro é de refugiados. Em 2018, o número de refugiados chegou a 25,9 milhões de pessoas em todo o mundo. De acordo com a publicação da ACNUR, mais de dois terços de todos os refugiados vêm de apenas cinco países, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Principais origens dos refugiados.

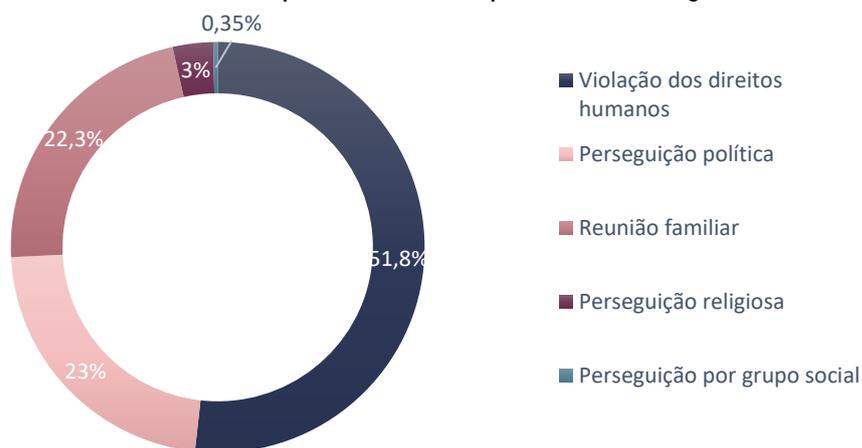


Fonte: Nações Unidas (2019).

O segundo grupo é composto pelos solicitantes de refúgios, que são pessoas que encontram-se fora de seus países de origem e que estão recebendo proteção internacional enquanto aguardam a decisão sobre seus pedidos de refúgio. Até o final de 2018, havia 3,5 milhões de solicitantes. O terceiro e último grupo, é composto por 41,3 milhões de pessoas que foram forçadas a sair de suas casas, mas permanecem dentro de seus próprios países.

Estes 70,8 milhões é o maior número registrado desde o ano de 1992, quando se iniciou a guerra da Bósnia e Herzegovina, a qual culminou em quase 900 mil pedidos de asilo em países desenvolvidos. Ainda assim, organizações como a Anistia Internacional e a Comissão Europeia alegam que, atualmente, está sendo enfrentada a pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial.

Gráfico 8 - Principais motivos de pedido de refúgio.



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2013).

Beto Vasconcelos, secretário nacional de Justiça e presidente do CONARE, afirma que o Brasil tem sido o país protagonista no debate sobre a imigração e refúgio, além de ter recebido elogios da comunidade internacional por suas políticas públicas assistenciais ao imigrante e refugiado. Os motivos pelos quais o Brasil tem esse destaque pode ser explicado, em parte, pela sua própria história de formação da sociedade brasileira, que tem como herança a aculturação e miscigenação.

Em 2010, não só a Primavera Árabe contribuiu para os fluxos migratórios globais, mas também como outro evento, desta vez, climático. Um forte terremoto devastou parte do Haiti e levou mais de 38,5 mil pessoas a entrarem ilegalmente no Brasil pelo Acre, em busca de melhores condições de vida para poder ajudar seus familiares que ficaram no país de origem.

Figura 8 - A rota terrestre pela qual a maioria dos imigrantes entram no Brasil.



Fonte: Jornal Zero Hora (2014)<sup>6</sup>.

Hernandes (2016) diz que o Conselho Nacional da Imigração decretou uma Resolução Normativa que concedeu vistos de caráter humanitário à população imigrante haitiana. Assim, seguindo este exemplo, o CONARE colocou em prática outra resolução que facilitou a concessão de vistos para todos os sírios que procurassem o Brasil. Para o presidente do CONARE, a política de concessão de visto humanitário do Brasil alivia o drama vivido por aqueles que são afetados pelos conflitos.

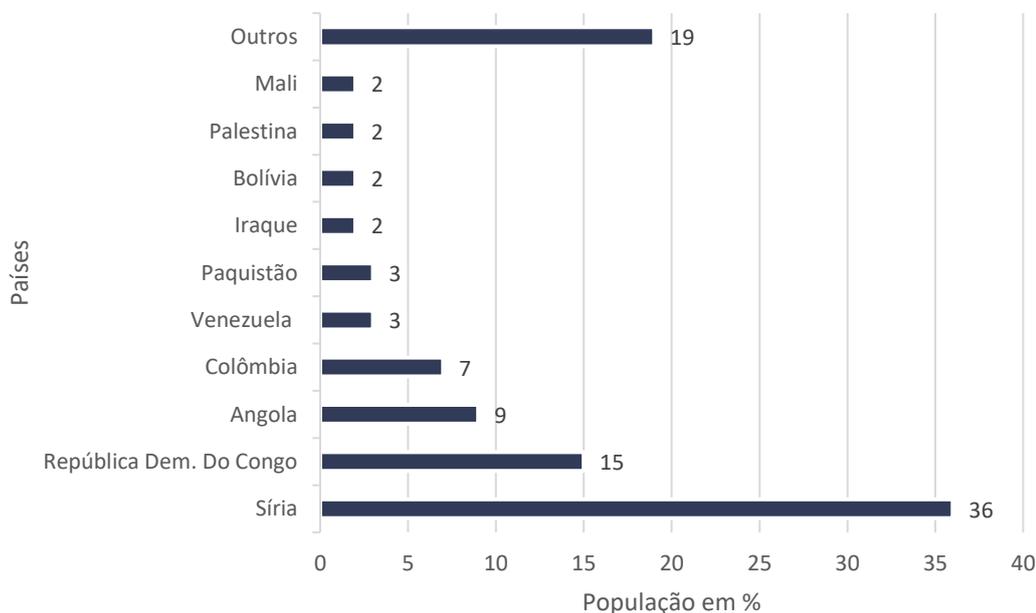
Em 2014, os abrigos do estado do Acre já não comportavam a demanda de pessoas que vinham migrando por rota terrestre, que eram em torno de três mil haitianos e africanos

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/08/Os-novos-imigrantes-sob-a-ameaca-dos-coiotes-4577705.html>>. Acesso em 15 mai. 2020.

por mês (HERNANDES, 2016). Assim, o governo acreano conveniou ônibus fretados com a finalidade de levar os imigrantes para as capitais de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principais destinos escolhidos pelos próprios imigrantes. No entanto, estas capitais não se encontravam preparadas para o recebimento deste alto fluxo migratório e, somente depois de meses, que entidades não governamentais conseguiram tornar o fluxo mais organizado. Em São Paulo, foram inaugurados abrigos voltados a imigrantes, com vagas de 50 a 150 pessoas, ao mesmo tempo que fechou outros abrigos provisórios com atendimento a cerca de 300 pessoas.

Em 2018, segundo dados divulgados pelo CONARE, o Brasil reconheceu um total de 1.086 refugiados de diversas nacionalidades. No total, em território brasileiro, o país já atingiu a marca de mais de dez mil pessoas em situação de refúgio, com 11.231. Desse total, sírios representam 36% da população refugiada, seguido de congolezes, com 15%, e angolanos, com 9%. Também foi o ano com maior número de solicitações de reconhecimento de condição de refugiado, visto que o fluxo venezuelano de deslocamento aumentou exponencialmente. No total, foram cerca de 80 mil solicitações, sendo 61.681 de venezuelanos.

Gráfico 9 - Pessoas refugiadas atualmente no Brasil

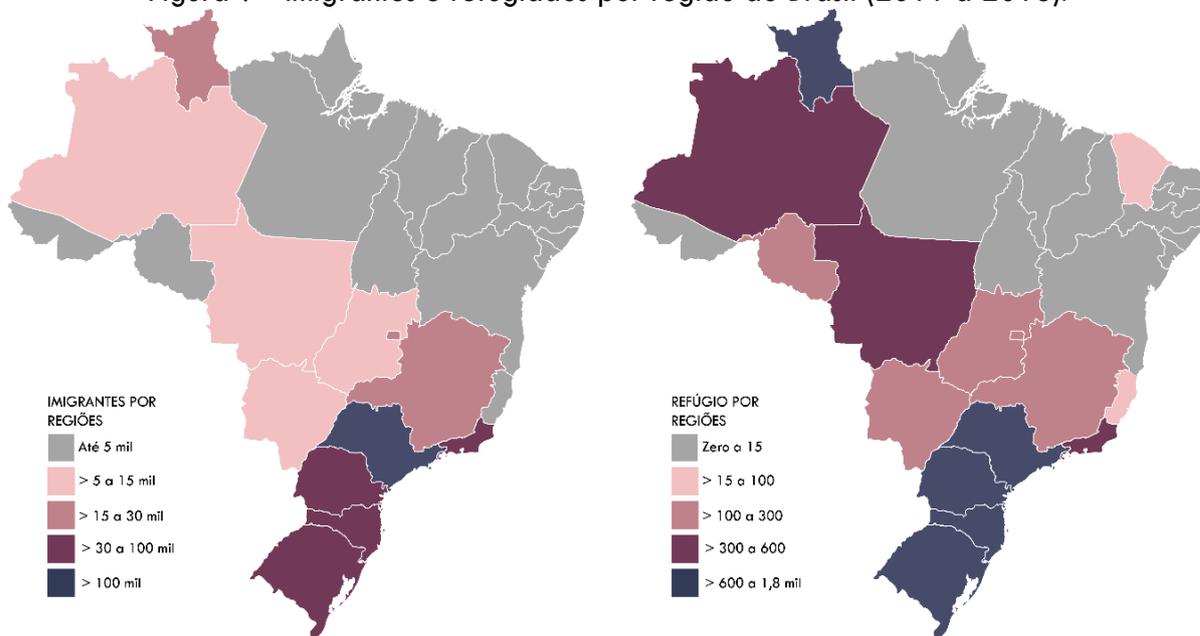


Fonte: CONARE (2019).

Em relatório divulgado pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, de 2011 à 2018, foram registrados no Brasil 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos legais. Entre

esses anos, também foram registrados 492,7 imigrantes de longo termo<sup>7</sup>, com haitianos representando 21,5%. Deste total, 61,4% são homens.

Figura 9 - Imigrantes e refugiados por região do Brasil (2011 a 2018).



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública com edições da autora (2019).

Haitianos figuram como a principal nacionalidade registrada no Brasil e no mercado de trabalho brasileiro. Venezuelanos, obtiveram primeiro lugar de registro no ano de 2018 e outras nacionalidades do hemisfério sul também se destacaram, como bolivianos, colombianos, argentinos, chineses e peruanos.

Quadro 1 - Imigração no Brasil.

PRINCIPAIS NACIONALIDADES ENTRE 2010 E 2018	
1° - Haitianos	5° - Argentinos
2° - Bolivianos	6° - Chineses
3° - Venezuelanos	7° - Portugueses
4° - Colombianos	8° - Peruanos
PRINCIPAIS NACIONALIDADES A PARTIR DE 2018	
1° Venezuelanos	4° - Bolivianos
2° Haitianos	5° - Uruguaios
3° - Colombianos	

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019).

<sup>7</sup> De acordo com o Ministério de Justiça e Segurança pública, imigrantes de longo-termo são aqueles imigrantes que permanecem no país por um período superior a um ano.

### **2.3.3.1 Lei da Migração (Lei 13.445/2017)**

Em 24 de maio de 2017 foi sancionada a nova Lei de Migração, proposta pelo Projeto de Lei PLS 288/2013, pelo senador Aloysio Nunes Ferreira, entrando em vigor apenas em novembro do mesmo ano. A Lei garante ao migrante, em condição de igualdade aos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, igualdade, a segurança e a propriedade.

A nova lei substitui o antigo Estatuto do Estrangeiro, promulgado em 1980 durante o regime militar (1964-1984). O Estatuto era uma legislação retrógrada e em contradição com o inquestionável processo de redemocratização do país. Com a formulação e aprovação presidencial da nova lei de migração, o Brasil conquista um processo significativo no que se refere a política de imigração. A proposta abandona a ideia de que o imigrante é uma ameaça à segurança nacional e passa a tratar a temática sob a visão dos direitos humanos.

Com a Lei de Migração, imigrantes passaram a ter facilitação na hora de obtenção de documentos que legalizam sua permanência no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos. Além disso, imigrantes não podem mais serem presos por estarem de modo irregular no território nacional e permite que eles se manifestem politicamente, associando-se a reuniões políticas e sindicatos.

O texto estabelece direito e deveres do imigrante e do visitante ao país, regula a entrada e estadia no Brasil, estabelece princípios e diretrizes sobre as políticas públicas direcionada a esse público. Também abrange a situação de brasileiros que saem de forma temporária ou definitiva do Brasil, dos residentes fronteiriços e dos apátridas. Além disso, estabelece cinco tipos de visto humanitário para ingressar ou permanecer no país. Antes, os vistos eram apenas provisórios e aplicados somente a sírios e haitianos. A medida permite que as pessoas em situação de risco consigam chegar ao país de forma segura e logo possam pedir proteção humanitária.

A nova legislação, também traz um caráter inclusivo, pois proíbe distinções discricionárias entre brasileiros e estrangeiros e entende que migrações são um fenômeno da humanidade e não uma consequência de situações, como deslocamento forçado ou migração puramente econômica.

### 2.3.3.2 Lei do Refúgio (Lei 9.474/1997)

O refúgio no Brasil é regulado pela Lei 9.474/1997 e resultou do Programa Nacional de Direitos Humanos de 1996, elaborada em conjunto por representantes da ACNUR e do governo brasileiro. O projeto de lei a esta legislação foi enviado ao Congresso Nacional no final do ano de 1996 e passou pela Comissão dos Direitos Humanos, de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

Em 1997, quando sancionada, a Lei instituiu em âmbito nacional a natureza jurídica do refugiado, bem como a implementação da Convenção de 1951 e criação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Além do dispositivo legal, um conjunto com instruções normativas foi elaborado para garantir a vigência e eficácia. O artigo 1º da Lei do Refúgio define três hipóteses para reconhecimento da condição de refugiado:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997, texto digital).

No Brasil, a situação de refúgio pode ser requerida a qualquer momento de entrada em território nacional, sendo garantido o direito a identidade civil, carteira de trabalho e documentação de viagem. Além disso, garante também a integração local (arts. 43 e 44), os quais consistem em mecanismos que facilitem e flexibilizem algumas questões relacionadas a documentação e educação, como a revalidação de diploma estrangeiro, em função da própria condição de refúgio. Além disso, prevê ao refugiado os mesmos direitos que qualquer cidadão brasileiro.

A Lei 9.474/1997 é inovadora e atua como um marco no tratamento de solicitações de refúgio e na busca de soluções duráveis para refugiados que buscam proteção internacional. De acordo com a ONU, é uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do



mundo, apesar de pouco conhecida. No entanto, devido a realidade social do Brasil, somente esta lei é insuficiente para garantir proteção necessária, de modo que a falta de implementação de políticas públicas que viabilizem o acolhimento de refugiados ainda é um desafio.

### **2.3.3.3 Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)**

O CONARE, de acordo com informações obtidas na plataforma digital do Ministério da Justiça e Segurança Pública, é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que recebe as solicitações de refúgio e sentencia sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Foi instituído através da Lei 9.474/97 e definida por ela como uma instituição caracterizada por guiar-se, na tomada de suas decisões e em suas atuações, pela prevalência de um caráter democrático e humanitário. Além disso, cabe ao comitê a promoção e coordenação de políticas e ações necessárias para uma eficiente proteção e assistência aos refugiados, fora o apoio legal.

O comitê é constituído por representantes governamentais e não-governamentais, com sua base de êxito institucional centrada na relação tripartite estabelecida entre a sociedade civil, a comunidade internacional e o Estado brasileiro, todos cúmplices no trabalho em prol dos refugiados. Pela parte do governo, fazem parte o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Economia e a Polícia Federal. Os representantes da sociedade civil atualmente são ocupados pela Caritas Arquidiocesananas do estado do Rio de Janeiro e São Paulo e, na comunidade internacional, está a ACNUR, que possui participação, mas não direito ao voto.

O CONARE utiliza princípios normativos e doutrinários mais contemporâneos do Direito Internacional dos Refugiados em suas decisões. Agrega ainda um olhar crítico e fincado nas premissas da convergência das três vertentes da proteção internacional da pessoa humana, baseada nos Direito dos Conflitos Armados, Direitos Humanos e Direito dos Refugiados.

Reuniões periódicas são realizadas pelo CONARE, cujo quórum mínimo é de quatro membros votantes. Cada caso é instruído com um parecer feito pelo servidor público do Ministério da Justiça e Segurança Pública, baseado em entrevista realizada com o solicitante de reconhecimento da condição de refugiado, pesquisa no país de origem e demais elementos apresentados para a comprovação de temor de perseguição do país de origem.



#### **2.3.3.4 ACNUR: Agência da ONU para Refugiados**

Conforme informações disponibilizadas na plataforma digital da ACNUR, o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados foi criado em dezembro de 1950, por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de ajudar milhões de europeus que fugiram ou perderam suas casas. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre refugiados.

Após sucessivas crises humanitárias das décadas seguintes, percebeu-se que havia necessidade de ampliar seu mandato e expandir sua atuação para outros países. Em 1955, a Assembleia Geral designou o ACNUR como responsável pela proteção e assistência dos apátridas de todo o mundo e não só apenas a população europeia. Hoje, cerca de 63,9 milhões de pessoas estão sob seu mandato, entre elas solicitantes de asilo, refugiados, apátridas, deslocados internos e retornados.

O ACNUR trabalha para assegurar que qualquer pessoa, caso esteja necessitando, possa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país e, caso deseje, regressar ao seu país de origem. Por seu trabalho humanitário, recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz nos anos de 1954 e 1981. Atualmente, a agência conta com quase 12 mil funcionários e está presente em cerca de 130 países com mais de 460 escritórios. A organização se mantém por meio de contribuições voluntárias, além de doações arrecadadas junto ao setor privado e a doadores individuais. O orçamento anual ultrapassa a casa dos 7,5 bilhões de dólares.

No Brasil, o trabalho do ACNUR é pautado pelos mesmos princípios e funções que em qualquer outro país de atuação, com o objetivo de proteção ao refugiado e promoção de soluções duradouras para seus problemas. Além disso, contribui para a formulação de políticas sobre o refúgio e das normas que esclarecem os termos da legislação nacional sobre o assunto.

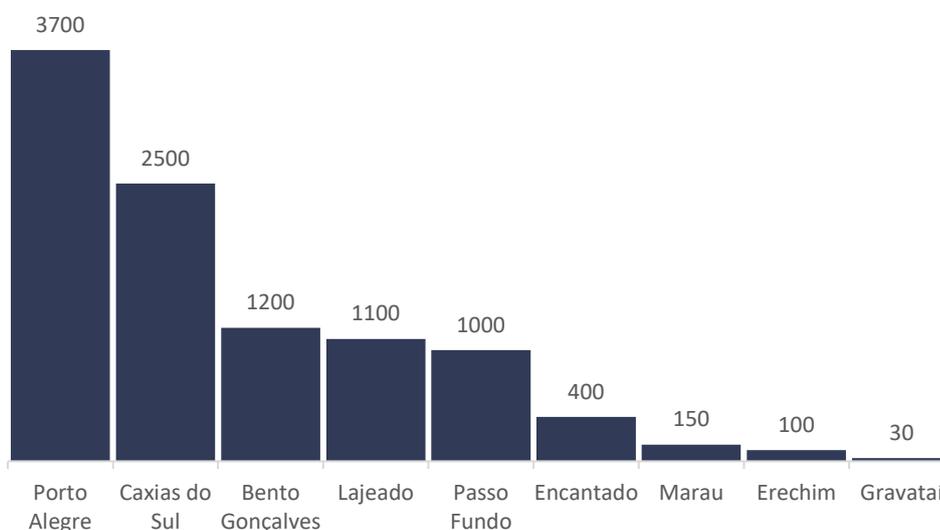
Para garantir a integração e a assistência humanitária, o ACNUR implementa projetos com organizações da sociedade civil em diferentes cidades do país, contando com parcerias do setor privado. Atua em cooperação com o CONARE e em coordenação com o governo federal, estaduais e municipais, além de outras instâncias do Poder Público. Seu escritório central localiza-se em Brasília, mas possui unidades descentralizadas em São Paulo, Manaus e Boa Vista.

### 2.3.4 Imigração e refúgio no Rio Grande do Sul

Com a análise do contexto das imigrações na esfera mundial e do Brasil, explanando as legislações e agências vigentes no assunto, é possível reduzir a escala de pesquisa e chegar os parâmetros que se apresentam no Rio Grande do Sul. O Estado é um dos que mais recebe refugiados provenientes da África, Oriente Médio e América Central. Normalmente, os imigrantes são encaminhados a cidades de médio porte, onde há oferta de emprego com baixas qualificações, facilitando a integração econômica e social.

De acordo com o jornal Correio do Povo, em matéria publicada no ano de 2017, o Rio Grande do Sul possui cerca de 50 mil imigrantes, onde destes 8,5 mil são haitianos e 4,2 mil são senegaleses. No entanto, o Estado ainda possui imigrantes indianos, chineses, ganeses, dominicanos, senegaleses, gambianos, bengaleses e de Guiné-Bissau. A capital, Porto Alegre, é a terceira cidade do Brasil que mais recebe imigrantes e refugiados em busca de melhores condições de vida, seguindo das cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Lajeado. De acordo com dados do G1 (2018), a prefeitura da capital estima cerca de 3.700 imigrantes vivendo na cidade, onde a maioria é proveniente do Haiti, Senegal e Venezuela. Muito deles são vistos trabalhando de maneira informal pelas ruas. Em contra partida, o Ministério do Trabalho (2018), estima que 1.706 estrangeiros possuem trabalho formal na capital riograndense, tornando, assim, a cidade que mais oferece oportunidades de emprego a essas pessoas, perdendo apenas para São Paulo e Boa Vista.

Gráfico 10 - Novos imigrantes no Rio Grande do Sul a partir de 2014.



Fonte: Zero Hora (2014) e G1 (2018).



O Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (CIBAI), criado em 1958 e ligado à Igreja Católica, auxilia imigrantes, refugiados, vítimas de tráfico de pessoas e estudantes internacionais em Porto Alegre. No ano de 2015, mais de 3.054 pessoas foram atendidas. No entanto, a Igreja não possui moradias para oferecer, dessa forma, os indivíduos são encaminhados para albergues. De acordo com o padre João Marcos Cimadon, muitos migram para cá com falta de moradia, sendo em sua maioria jovens, crianças, idosos e inclusive, doentes. Além disso, chegam com a intenção de, em caso de êxito, trazer o restante de seus familiares.

Além da capital, cidades do interior do Estado, como Caxias do Sul, Lajeado e Passo Fundo tornaram-se influentes polos industriais e são a ponta de lançamento do ciclo encabeçado por 11,5 mil estrangeiros negros, migrantes do meio urbano e com pelo menos Ensino Médio completo em seu histórico escolar. Muitos fogem da pobreza, visto que, no Brasil, possuem chance de ganhar até seis vezes mais que no seu país de origem (ZERO HORA, 2014).

Se no sudeste os haitianos e africanos tem ingressado no setor de serviços, no Sul, eles preenchem vagas na indústria, principalmente a de alimentos. A escassez da força de trabalho nas indústrias do interior gaúcho foi um fator determinante para que empresários buscassem por mão de obra imigrante, visto que a população local, focada em melhores empregos, possui desinteresse no ramo. Assim, com a mão de obra vinda de fora, as linhas de produção não correm riscos de parar.

Com a crise política na Venezuela, causada pelo governo de Nicolás Maduro, muitos venezuelanos têm cruzado a fronteira com o Brasil em busca de melhores condições de vida. Estes cruzam a fronteira no Estado de Roraima e possuem o direito de permanecer no país com visto de turista por 60 dias até receberem sua permissão permanente de moradia. No entanto, o governo de Roraima não estava preparada para receber este contingente populacional e, para desafogar o Estado e aliviar a crise migratória, foi proposta a interiorização destes venezuelanos para outros Estados através do Ministério de Desenvolvimento Social.

Hoje, estima-se que o Rio Grande do Sul possua mais de 1.700 venezuelanos vivendo em seu território (G1, 2019). Conforme dados da Operação Acolhida, do Exército, divulgados no jornal Zero Hora (2019), o Rio Grande do Sul é o terceiro Estado que mais recebeu venezuelanos via processo de interiorização. Os custos da primeira viagem são bancadas pela ACNUR. Em geral, eles são enviados para cidades do interior e da região Metropolitana, principalmente Canoas e Esteio.

### 2.3.4.1 A imigração e o refúgio em Lajeado

Em Lajeado, a situação dos imigrantes e refugiados não é diferente que a vista no Estado do Rio Grande do Sul. Em conversa<sup>8</sup> com a coordenadora do CRAS do município, Luciane relata que a maioria que escolhe a cidade como sua nova casa já possui emprego garantido em indústrias do ramo alimentício ou na construção civil. No entanto, ainda assim, há muitos que migram sem perspectivas de emprego ou moradia, sendo auxiliados, quando existe, por conhecidos. Em geral, sua imigração acontece sozinha e em busca de melhor qualidade de vida e, apenas quando possível, pretendem trazer a família para cá.

Não há informação exata de quantos imigrantes ou refugiados existem na cidade, mas a instituição trabalha com a média de 800 a 900 imigrantes, vindos dos mais diversos países, como Haiti, Bangladesh, Senegal, Índia, Colômbia e Venezuela. A permanência deles no país acontece através do visto humanitário e pelo visto de refugiado, que em sua maioria pertence aos colombianos. A moradia é, em geral, precária e feita em pensões e até mesmo em peças de outras residenciais, junto de outras três a quatro pessoas.

De acordo com Spinelli, Braga e Sheibe (2018), os imigrantes haitianos escolhem a área mais antiga do bairro Centro, próximo ao rio, como preferência de moradia. Essas regiões, que pode ser considerada como a periferia da cidade, atraindo para o seu entorno a localização de equipamentos simbólicos para este grupo étnico, tais como a Igreja Evangélica Haitiana, a casa de Câmbio e o CRAS. Além disso, há também o Parque dos Dick, que serve como uma rota de ligação entre o bairro Centro e o bairro Moinhos, local que abriga a maior concentração de indústrias que empregam imigrantes haitianos.

A assistente social do CRAS, Fátima Machado, em entrevista<sup>9</sup>, conta que a maior dificuldade enfrentada pelos imigrantes é a língua portuguesa e que ela é, em geral, a causadora de dificuldades de encontrar emprego no município. Com essas informações, é possível compreender os motivos de haver tantos trabalhadores ambulante nas cidades, que em geral são senegaleses, buscando seu sustento através do trabalho informal (SPINELLI; BRAGA; SCHEIBE, 2018). Além disso, quando os imigrantes ou refugiados não conseguem falar o português, eles costumam recorrer a conhecidos para que esses os ajudem, seja ao realizar uma consulta médica, seja abrir uma conta no banco, por exemplo. Uma das coisas que mais pode se observar é que os imigrantes são muito unidos, procurando ficar mais perto dos seus. Isso

---

<sup>8</sup> Ver apêndice A.

<sup>9</sup> Ver apêndice B.

leva ao questionamento se isso não acontece não só por proximidade, mas porque a sociedade Lajeadense não os estão incluindo na dinâmica da cidade.

A Universidade do Vale do Taquari, percebendo a dificuldade desses imigrantes e refugiados, criou um projeto de extensão chamado Veredas da Linguagem da Univates, agora chamado de Programa de Extensão Arte, Estética e Linguagem, sendo essa iniciativa a única proposta de ensino da língua portuguesa aos imigrantes atuantes no município. Por meio desse projeto de extensão, os imigrantes possuem melhores condições de acessar os seus direitos fundamentais, como trabalho, saúde e educação e, além de aprender o português, o imigrante ou refugiado também recebe ajuda em tarefas básicas do dia a dia, como, por exemplo, o preenchimento de currículo profissional, a simulação de uma consulta médica e a ida ao mercado.

Figura 10 - Programa de Extensão Arte, Estética e Linguagem.



Fonte: UNIVATES (2019).<sup>10</sup>

Natália Neves analisou, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, as políticas públicas de acolhimento aos imigrantes no município de Lajeado. Em entrevistas realizadas para a

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.univates.br/noticia/25248-aluna-da-univates-pesquisa-politicas-publicas-de-acolhimento-aos-imigrantes-de-lajeado>> Acesso em 08 jun. 2020.



pesquisa, é informado que alguns imigrantes possuem ensino superior completo, mas o processo de validação do diploma é extremamente burocrático e requer conhecimento técnico e, que até então, nenhum imigrante do município conseguiu a validação. Essa constatação mais uma vez afirma o porquê de haver tantos imigrantes trabalhando de forma ambulante na cidade.

### **2.3.5 Os desafios do refugiado e o mito da hospitalidade brasileira**

Segunda Hernandez apud Baeninger (2016), é possível observar nos dias de hoje um tipo de imigração diferente dos fluxos migratórios dos séculos XIX e XX, que era, em sua maioria, predominantemente de pessoas brancas. Atualmente, o fluxo migratório tem sido não-branco, abrangendo diferentes etnias e raças. Assim, esta imigração contemporânea ganha uma visibilidade muito maior do que é de fato e não recebe a devida assistência para retomar suas vidas de forma independente, criando barreiras contra a reintegração a sociedade brasileira, causando estranhamento com a população local.

Um grande aliado frente a exclusão, de acordo com Hernandez (2016), tem sido a imprensa, pois trabalha com o mito de que o Brasil é um país pobre e em desenvolvimento, incapaz de receber imigrantes que necessitam de ajuda humanitária. No entanto, imigrantes de países desenvolvidos, em geral europeus, a procura de ocupar altos cargos em grandes empresas são valorizados por sua cultura e contribuição ao Brasil, enquanto imigrantes refugiados estão atrelados a problemas, crises, marginalizações e invasões.

O preconceito de brasileiros contra refugiados sírios e africanos que chegam ao país tem mais a ver com o fato de essas pessoas virem de países pobres do que por estarem fugindo de conflitos. (...) Ninguém diz que eles [imigrantes vindos de países desenvolvidos] estão vindo para cá roubar nossos empregos, porque os europeus e os norte-americanos têm imagem atrelada a desenvolvimento, cultura e acredita-se que eles vão contribuir para o crescimento do país. Aos refugiados resta a imagem de pobreza e doença. Os refugiados não chegam a 9 mil pessoas contra os 300 mil europeus. Por que os europeus não incomodam? (HERNANDES apud HAYDU, 2016, p. 17).

A discriminação ainda é superada, de acordo com Hernandez (2016), por outras dificuldades, como o idioma, a privação de validar o diploma e de conseguir fiador para alugar uma casa. Muitos procuram moradia, em primeiro momento, em abrigos públicos, hotéis



baratos, comunidades e ONGs, no entanto, a partir do momento que conseguem emprego fixo, são obrigados a deixarem suas vagas para outros recém-chegados. Dessa forma, como muitos não possuem renda suficiente para pagar o aluguel, recorrem a outras famílias ou ocupam imóveis abandonados, formando cortiços.

O cotidiano do imigrante no Brasil, país internacionalmente conhecido como um país acolhedor, enfrenta severas dificuldades decorrentes de serviços burocráticos, do preconceito, do despreparo dos serviços e servidores públicos responsáveis pela garantia de seus direitos, além do desconhecimento da sociedade em geral.

A ACNUR, em encontro realizado no ano de 2015 na cidade de São Paulo, consciente dos problemas enfrentados pelos imigrantes refugiados, criou um documento mencionando recomendações para solucionar estas questões. São explicitados seis pontos de enfoque para que o refugiado recém chegado na cidade tenha uma recepção digna.

O primeiro deles refere-se à documentação, que deveria ser de fácil acesso e válida para instituições de ensino e empregos. O segundo fala sobre a saúde e a dificuldade de imigrantes conseguirem este serviço devido ao idioma e a falta de intérpretes em hospitais. O terceiro ponto é referente a educação, que também enfrenta a dificuldade do idioma e a falta de regularização de acesso à educação por parte de refugiados. O quarto fala sobre a moradia e de como os refugiados deveriam ser abrigados, desde a sua chegada, de maneira digna, promovendo interação e integração social. A quinta refere-se ao trabalho, com políticas de conscientização que mostrem os talentos e habilidades que os refugiados aportam, além de garantir o direito trabalhista. O último item, trata-se da cultura, que solicita uma conscientização dos brasileiros sobre o conceito refugiado e de como eles são diferentes dos imigrantes, além de promover iniciativas de aprendizado da língua portuguesa.

### **2.3.6 População de rua e o espaço urbano**

A existência da população que vive nas ruas é uma condição global, entretanto, o perfil desses indivíduos pode se diferenciar de acordo com a cidade ou até mesmo em uma escala menor, em consequência de peculiaridades e condições de cada contexto. A condição principal que engloba esses indivíduos dentro de um mesmo grupo acontece por diversas razões, tal como a de não possuir moradia fixa dentro dos padrões formais socialmente aceitos e então utilizar a rua como seu espaço de sobrevivência. Portanto, a fim de obter compreensão do contexto no

qual estão inseridos, é fundamental entender as relações especiais que eles estabelecem com o espaço urbano.

Miaguti (2016) diz que os conceitos de público e privado se misturam ao ocuparem a rua, a qual é considerada um espaço público, realizando atividades de caráter privado. Essa ocupação se torna conflitante visto que ao tornar público o que é privado, também se privatiza o que é público. Esse conflito advém da concepção de rua e casa estabelecida na sociedade porque vai além de uma definição espacial e funcional. A casa representa um espaço íntimo, privativo, de acolhimento e segurança enquanto, a rua, remete a impessoalidade, movimentação e instabilidade (MIAGUTI apud MATTOS, 2016, p. 28).

Assim sendo, existe uma diferença entre os termos “moradores de rua” e “população em situação de rua”, embora poucos indivíduos possuam conhecimento deste fato. O segundo termo foi adotado por um movimento social formado por pessoas que vivem ou viveram em situação de rua, chamado de Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Usualmente, a sociedade se refere ao grupo simplesmente como “moradores de rua”, no entanto, o termo expressa uma ideia de situação fixa, conformada e muitas vezes sem possibilidade de alteração. Expressa que a rua é sua morada e rua, sendo espaço público, não deveria ser casa de ninguém. Já o termo população em situação de rua evita uma conotação pejorativa, carregando sentido de altivez, sujeito de direito e de transformação, de condição mutável, visto que é utilizado por órgãos de representantes e assistenciais, além de espaços institucionais como o Ministério Público e o Ministério da Cidadania (OGG, 2014).

Essa população é um dos principais símbolos da desigualdade social e de um sistema excludente, que dispensam esses indivíduos de uma vida produtiva na sociedade. Com dificuldades de oportunidades de reintegração e ao mercado de trabalho, os indivíduos acabam por se tornar desesperançosos e tendo poucas perspectivas de reintegração a sociedade. De acordo com Taveira e Almeida (2002), nem todos que se encontram nessa situação conseguem se reerguer devido a exclusão econômica, social, cultural e política, que são tranquilamente taxadas como uma forma de violência.

Em 2011, uma pesquisa realizada pela Casa de Convivência da cidade de São Paulo, concluiu que as pessoas em situação de rua podem ser identificadas e classificadas por estágios de tempo em que se encontram em tal situação. O Quadro 2 relaciona a classificação acima citada.

Quadro 2 - Identificação e classificação da população em situação de Rua.

ESTÁGIO	CLASSIFICAÇÃO
Recém-deslocados	São aqueles que iniciaram o processo de adaptação as ruas, demonstrando o comportamento de quem há muito vive em tal situação. São os que mais procuram por locais de acolhimento e, na grande maioria dos casos, surge o desejo de retorno, com planos de sair das ruas.
Vacilantes	Classificados como aqueles que pensam em mudar de situação, mas não consideram necessário. Estão na fase crítica de virada, com um pé no passado e outro presente na liberdade das ruas. É nesta fase que vão perdendo o medo de viver em situação de rua.
<i>Outsider</i>	Se consideram parte das ruas e se concentram mais em sobreviver do que mudar sua situação. Dentro deste grupo, ocorre uma subdivisão, obtendo-se então os andarilhos, mendigos e doentes mentais,
Andarilhos	Considerado um trabalhador migrante, com viagens padronizadas e não aleatórias. São aqueles que vivem de esmolas e aceitam ajuda de serviços sociais.
Mendigos	Classificado como aquele que não trabalha e nem migra, fragilizados pelos vícios em drogas ou alcoolismo. São pedintes e vivem de doações.
Doentes mentais	Reclusos e isolados, sobrevivem principalmente de doações e pegam comida do chão.

Fonte: Autora (2020), com base nos dados disponibilizados pela Casa de Convivência da cidade de São Paulo.

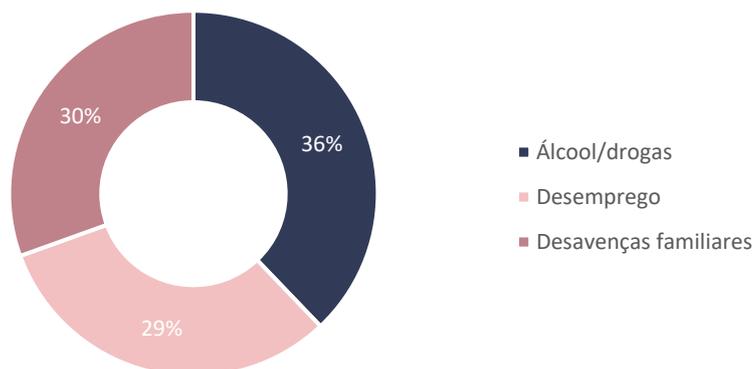
Em junho de 2019, o Ministério da Cidadania realizou uma pesquisa em busca de dados para formular iniciativas aderentes à realidade das pessoas em situação de rua. Reuniram informações com questões básicas, como: quantas pessoas vivem em situação de rua no Brasil, qual o gênero e a faixa etária predominante, em que cidades e estados estão concentrados, qual a composição familiar frequente e qual a escolaridade média. Essas perguntas foram respondidas pelo Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua (Censo POP Rua), o primeiro levantamento desta dimensão realizado no Brasil no ano de 2008. Assim, o Censo elaborou um diagnóstico que subsidiou a formulação da Política Nacional para a População de Rua, trazendo uma série de avanços para o atendimento desse público.

O Censo POP Rua abrangeu 71 cidades brasileiras, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. A pesquisa precisou ser realizada a noite, devido à alta mobilidade dessa população, dessa forma, o levantamento de informações precisou ser realizado no menor período possível, para minimizar a dupla contagem. Além disso, foi necessário um amplo esforço para localizar os diversos lugares que esta população vive, como calçadas, praças, marquises, pontes, becos, rodoviárias, portos, galerias subterrâneas, túneis e prédios abandonados.

Assim, foi identificado um total de 31.922 adultos em situação de rua nos municípios pesquisados. Se considerassem resultados de pesquisas realizadas em quatro capitais que não participaram do Censo, o número seria superior a 45 mil. Do perfil, 82% das pessoas eram

homens e mais da metade, 53%, possuíam entre 25 e 44 anos e 67% das pessoas se declararam pardas ou negras e 52% possuíam algum parente na mesma cidade em que estavam vivendo. As razões de se encontrarem nas ruas podem ser observadas no Gráfico 11.

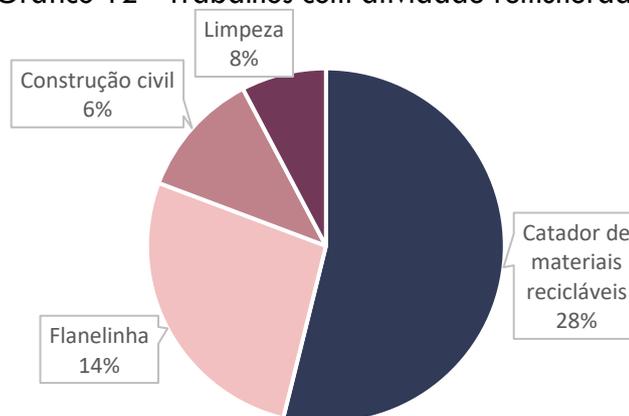
Gráfico 11 - Principais motivos para viver na rua.



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

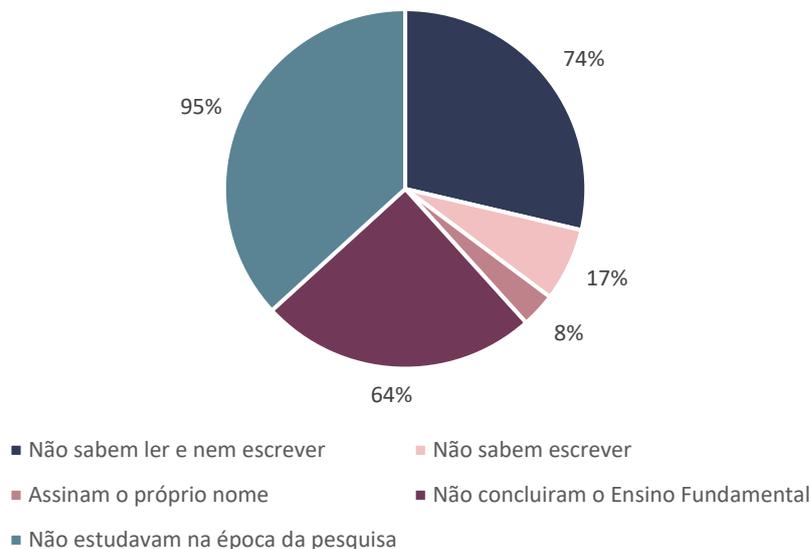
Contradizendo o senso comum, que acredita que as pessoas em situação de rua são oriundas de outros estados ou regiões, a pesquisa mostrou que 76% sempre viveram no município em que moravam ou em cidades próximas e 80% disseram conseguir realizar ao menos uma refeição ao dia. Quanto ao trabalho, 71% eram trabalhadores com alguma atividade remunerada (Gráfico 12), no entanto, apenas 2% estavam trabalhando de carteira assinada. Apenas 16% era pedinte e 25% não possuíam documentos de identificação. Quanto a escolaridade, os dados podem ser vistos no Gráfico 13.

Gráfico 12 - Trabalhos com atividade remunerada.



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Gráfico 13 - Escolaridade



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Com a pesquisa realizada, o Censo compôs um quadro objetivo e detalhado da população em situação de rua no Brasil, contribuindo efetivamente para a formulação de estratégias e políticas assistenciais voltadas a esse grupo. Após a divulgação dos resultados, foi publicado o Decreto nº 7.053/2009, instituindo a Política Nacional para a População de Rua, objetivando iniciativas a esse segmento com destaques para acesso amplo a políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer trabalho e renda. Este decreto também implementou centros de referência especializados para atendimento da população de rua, no âmbito de proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Além do decreto, os resultados do Censo POP Rua foram utilizados para aprimorar o Cadastro Único, ferramenta estratégica para identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. Além do Bolsa Família, quase trinta programas sociais federais utilizam o Cadastro Único para selecionar beneficiários. Para o aperfeiçoamento, o Governo Federal lançou em 2009 um formulário específico para a inclusão deste público, chamado de Formulário Suplementar 2. Dos cadastrados, quase 70% são oriundos da região Sudeste, região com maior adensamento populacional do Brasil, 89% são homens e 87% dormem nas ruas ou em albergues e 67% são pardos ou negros.

Nos últimos sete anos, a quantidade de famílias em situação de rua que são beneficiadas pelo programa do Bolsa Família cresceu quase 20 vezes. Em 2012, existiam 4.789 famílias



beneficiárias e, em 2019, o número aumentou para 93.092. Das famílias cadastradas no Cadastro Único, 76% recebem Bolsa Família. A população de rua também tem direito ao BPC, Benefício de Prestação Continuada, o qual assegura um salário mensal mínimo a idosos e pessoas com deficiência de qualquer idade. De acordo com dados do Cadastro Único de fevereiro de 2019, havia quase 7 mil pessoas em situação de rua beneficiadas pelo BPC. No entanto, conseguir o benefício não é fácil devido as condições precárias de quem vive nas ruas, onde muitos aparentam ser mais velhos do que realmente são.

É importante destacar que, através do Guia de Atuação Ministerial de 2015, em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, foram definidas regras partidas da Resolução nº 109, do ano de 2009, pelo CNAS, frisando que existem alguns serviços que compõem a proteção social básica e especial. Estes serviços aplicáveis às pessoas em situação de rua se caracterizam como serviço especializado em abordagem social, serviço especializado a pessoas em situação de rua, serviço de acolhimento institucional e serviço de acolhimento em república.

Os equipamentos sociais disponíveis para adultos em situação de rua são classificados da seguinte forma: albergue, casas de convivência/centro POP e acolhimento institucional. O primeiro deles oferece pernoite, possibilidade banho e alimentação, com café da manhã e janta a seus usuários. O segundo, são locais de referência diurna, oferecendo atendimento psicossocial, local para higiene e alimentação, ficando abertos em turnos diurnos. O terceiro oferece atendimento integral, proporcionando estadia, convívio e endereço de referência. Este, apresenta três sub-modalidades que são classificadas em abrigo, casas de passagem e repúblicas.

O abrigo se classifica como uma moradia temporária para até 50 pessoas de ambos os sexos. A casa de passagem oferece acolhimento emergencial para as pessoas do mesmo sexo e recebe usuários em qualquer horário do dia, realizando devidos encaminhamentos, através de profissionais especializados e preparados. As repúblicas são moradias subsidiadas em sistemas de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual independência dos moradores. O Guia de Atuação Ministerial frisa que este serviço é destinado apenas a adultos, com capacidade de atendimento até 10 pessoas do mesmo sexo, com pessoas em fase de reinserção social ou profissional.

Flávio Costa, trabalhando para o UOL em 2016, realizou uma pesquisa na capital paulista para entender as razões, das pessoas em situação de rua, de buscar ou não um lugar para se abrigar. Em geral, os motivos listados foram o de se abrigar do frio e em busca de alimentação, visto que ganham café da manhã e janta. Já os motivos de não buscar os abrigos,

referem-se a falta de adequação as regras e falta de respeito por parte de alguns funcionários dessas instituições. Outro fato também levado em consideração é o de dormir ou tomar banho com pessoas estranhas. Há alguns relatos também de que não recorrem ao local devido ao fato de não aceitarem animais.

Nascimento (2018) ainda relata que de todas problemáticas que atingem as pessoas em situação de rua, há ainda as políticas higienistas a violência governamental, onde uma está vinculada a outra. As políticas higienistas são caracterizadas como ações de limpeza da cidade, onde retiram ou impedem acesso destes indivíduos a locais mais centrais, transferindo-as para locais periféricos.

### **2.3.6.1 Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/93)**

Em 1993, durante o mandato do ex-presidente da República Itamar Franco, foi promulgada a Lei 8.742/1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que tem como objetivo a assistência social amparando os direitos do cidadão e provendo recursos de garantia a vida, proteção a família, integração de pessoas com deficiência a sociedade e prestar vigilância assistencial para indivíduos. Em 2005, através da lei nº 11.258/2005, a LOAS foi alterada para se incluir a obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua.

De acordo com o art. 3º da Lei, entidades e organizações de assistência social são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e acompanhamento aos beneficiários abrangidos pela lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. No art. 5, é disposto a organização da assistência social, seguindo diretrizes de descentralização político-administrativas para os Estados, Distrito Federal e os municípios. Nesse contexto, a política pública de assistência social organiza-se de forma descentralizada e participativa, por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), instituído no ano 2005 e sancionado com a Lei nº 12.435/2011, devendo ser cofinanciada pelas três esferas de governo.

No artigo 16 da LOAS, determina-se a criação dos conselhos de assistência social nas três esferas governamentais, os quais devem funcionar dentro de um sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e com participação do governo e da sociedade civil. Entre esses conselhos, estão o CNAS, os Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os Conselhos Municipais de Assistência Social.

É a LOAS que regulamenta, através do art. 20, o Benefício de Prestação Continuada previsto na Constituição Federal de 1988, que garante um salário mínimo mensal a pessoas portadoras de deficiências, idosos que sejam capazes de comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la pela própria família.

### **2.3.6.2 SUAS – Sistema Único de Assistência Social**

A Assistência Social não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Ela é feita a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, com o objetivo de garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

Visando aos objetivos acima, é criado o SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, no ano de 2005 e sancionada pela Lei nº 12.435/2011, sendo vinculado a Política Nacional de Assistência Social. É uma política pública descentralizada e participativa, com a função de gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. O SUAS consolida o modo de gerenciamento compartilhado, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos (federal, estadual e municipal) que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.

São dois tipos de proteção social que o SUAS organiza em suas ações. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais através da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, que se destina a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por meio do abandono, de maus-tratos, abuso sexual e uso de drogas, além de outros aspectos. O Sistema também abrange a oferta de benefícios assistenciais prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços. Este contribui para a superação de situações de vulnerabilidade. Não obstante, gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social atualizado e concedendo certificação a entidades beneficentes quando preciso.

### **2.3.6.3 CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social**

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei no 8.742/1993, conhecida por LOAS. A composição deste conselho acontece por meio do governo e sociedade civil, vinculado ao Ministério da Cidadania. Tem como objetivo e missão a promoção do controle social da política pública de Assistência Social e contribuir para o seu aprimoramento constante, a partir das necessidades da população brasileira. Entre suas competências, estão a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), regulamento da prestação de serviços públicos e privados de assistência social, zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social e convocar ordinariamente a Conferência Nacional de Assistência Social.

O conselho é composto por um colegiado de dezoito membros titulares e respectivos suplentes, nomeados através do presidente da República, cujos nomes são indicados ao Ministério da Cidadania. Metade dos conselheiros representa o poder público, incluindo um representante estadual e outro municipal. A outra metade representa organizações de usuários da assistência social, entidades da assistência social e trabalhadores do setor da assistência social. O CNAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de um ano, permitida uma única recondução por igual período, e conta também com uma Secretaria Executiva, com sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo. Suas reuniões acontecem uma vez ao mês.

A partir da resolução nº 109, o CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Cada nível de complexidade estabelece parâmetros e diretrizes de funcionamento para locais que prestam serviços de assistência social para indivíduos em situação de vulnerabilidade.

O CNAS também é responsável pela aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a partir da resolução nº 145, pela aprovação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) pela resolução nº 130, e também, a partir da Resolução CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS). A primeira estabelece diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A segunda, NOB/SUAS, apresenta os eixos estruturantes

necessários para a implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. A terceira, possui o intuito de tratar exclusivamente dos recursos humanos da assistência social, normatizando questões como, gestão estratégica do trabalho, formação, planos de cargos, carreiras e salários.

#### **2.3.6.4 Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7053)**

Este decreto, publicado em 23 de dezembro de 2009, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institui a Política Nacional para População em Situação de Rua que possui como objetivo assegurar acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas desenvolvidas pelos ministérios.

A PNPR garante os processos de participação e controle social, possuindo, entre seus princípios, além da igualdade, o respeito à dignidade humana com direitos à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e cidadania, atendimento humanizado e universal, respeito às condições sociais e diferenças de origem e orientação sexual e religiosa, com atenção especial a pessoas portadoras de deficiência. Suas diretrizes se baseiam principalmente em promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais ao indivíduo em situação de rua; articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; integração das políticas públicas em cada nível de governo com esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; entre outras.

Sua estruturação conta com a instancia de discussão e deliberação sobre as políticas públicas para a população em situação de rua em âmbito nacional. Além disso, o decreto instituiu também o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua), que tem como atribuições elaborar planos de ação periódicos, acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. É neste decreto também que fica definido o conceito de população de rua:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizado se a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, texto digital).

### 2.3.7 A situação da população de rua em Lajeado

Ao longo dos anos, a cidade de Lajeado tem visto a sua população de rua crescer. Grupo heterogêneo, composto por indivíduos com diferentes histórias de vida e motivos que os levaram aquela situação e tendo em comum o fato de fazer das ruas o seu local de moradia. Não há, atualmente, números exatos sobre a população de rua no município, mas a Associação Abrigo São Chico estima que existam cerca de 80 pessoas nessas condições, descontando os chamados “andarilhos”. Desses 80, a maioria se encaixa, conforme a classificação da Casa de Convivência da cidade de São Paulo, na categoria de vacilantes e *outsiders*, dentro da subdivisão de mendigos.

Hoje, quem faz o acolhimento das pessoas em situação de rua é o Abrigo São Chico, em parceria público-privada com a Prefeitura de Lajeado. O valor total da parceria é de R\$ 769.644,00, sendo dívidas em 13 parcelas no valor de R\$59.203,45. Este dinheiro é destinado para a manutenção do abrigo e para pagamento da remuneração de funcionários, que contam com uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, duas cuidadoras, cinco monitores, uma cozinheira e uma faxineira de serviços gerais.

Figura 11 – Sede da Associação Abrigo São Chico



Fonte: Blog Associação Abrigo São Chico (2020).

O abrigo conta com 44 vagas atualmente, sendo 40 masculinas e 4 femininas. Em visita ao local, a coordenadora informou que a demanda por vagas femininas tem aumentado, assim como o pedido de acolhimento da população LGBT. Com poucas vagas disponíveis, todo mês são os pedidos de abrigo dos indivíduos, sendo que, em janeiro de 2020, foram negadas 18 vagas, sendo 14 masculinas e quatro femininas.

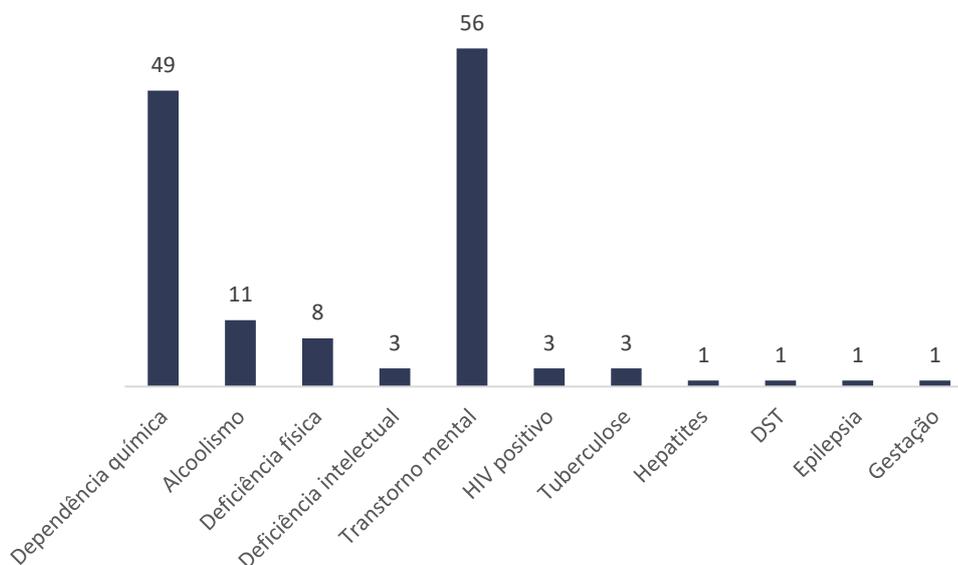
Em conversa durante a visita, a assistente social relatou que há bastante dificuldade de adaptação por parte dos moradores, visto que a instituição apresenta toques de recolher a partir das 19h. Muitos que recorrem uma vez acabam não retornando justamente devido a isso, pois, os chamados andarilhos, que vivem de esmolas das ruas, costumam faturar a partir deste horário, visto que é o horário de pico no trânsito no município. Estes, quando não pertencem ao município de Lajeado, possuem prazo máximo de permanência no local de até 7 dias. Quando são da cidade e preferem não retornar ao abrigo, possuem prazo máximo de retorno de até um mês, caso contrário, sua vaga é passada adiante.

Para serem aceitos, o local faz uma triagem com um monitor e com a assistente social. É feito uma revista e pertences são deixados por conta da assistente, que devolve quando o indivíduo deixa o abrigo. É verificado também se a pessoa possui passagem pela polícia ou é foragido – se for, é ligado imediatamente para a Delegacia de Polícia para recolhimento e prisão. Também é verificado a questão de documentos, se possui ou não, e, ainda, se são provenientes de outra cidade em que, nesses casos, se já tenha ocupado a vaga alguma vez, é feita a recusa para que a pessoa não crie um ciclo migratório no abrigo.

As assistentes sociais fazem um relatório de atendimento, todos os meses, que é enviado a Prefeitura de Lajeado para contabilização no sistema público. Neste relatório, é contabilizado quantas vagas foram ocupadas durante o mês e quantas foram recusadas, qual o gênero predominante, a cor, o nível de escolaridade, renda, os motivos de estarem na rua, questões de saúde, entre outros. Assim, através do relatório, é possível criar determinados parâmetros da real situação da população de rua no município.

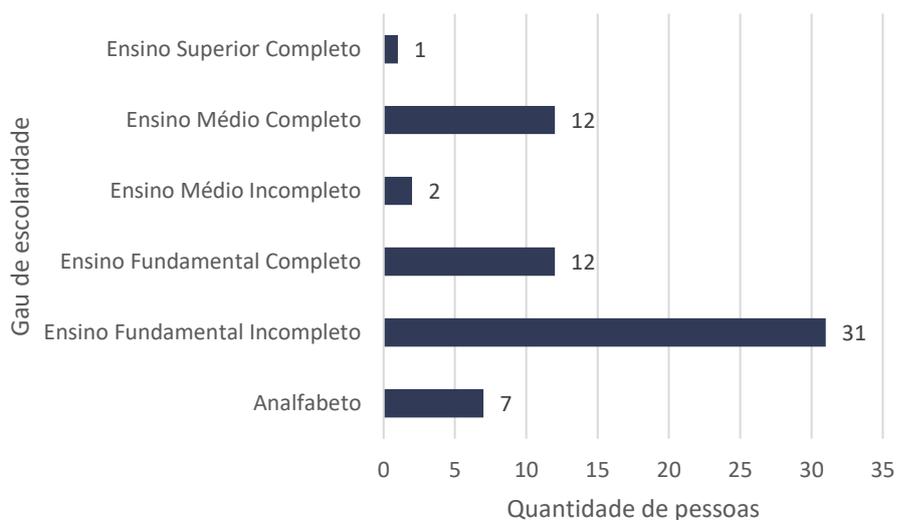
Em dados do relatório mensal de atendimentos referente a fevereiro de 2020, o Abrigo acolheu um total de 65 pessoas, sendo 60 homens e 5 mulheres. Desses, 36 eram cadastrados no Cadastro Único e 52 eram desempregados. Apenas cinco pessoas se desligaram do abrigo e não retornaram e cinco tiveram mais que sete acessos no mês. No Gráfico 14 é possível ver a questão de saúde desses 65 indivíduos e no Gráfico 15, o nível de escolaridade.

Gráfico 14 - Saúde das pessoas em situação de rua em Lajeado



Fonte: Associação Abrigo São Chico (2020).

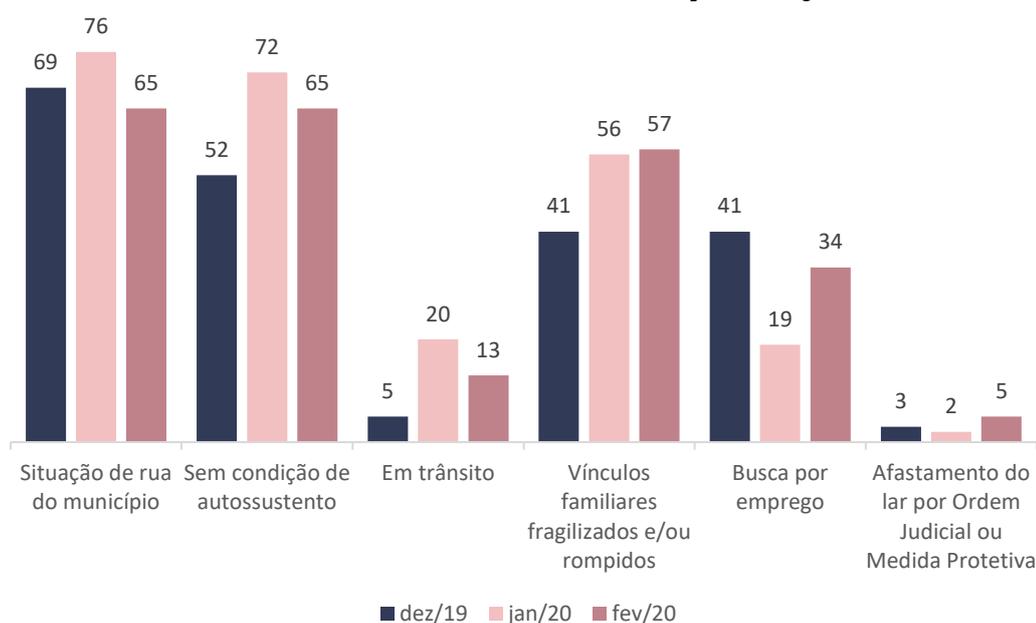
Gráfico 15 - Escolaridade das pessoas em situação de rua em Lajeado



Fonte: Associação Abrigo São Chico (2020).

O relatório ainda apresenta dados do impacto social esperado, com atualizações de cada indivíduo. No mês de Fevereiro, dos 65 atendidos, nenhum retornou ao convívio familiar, mas quatro conseguiram ingressar no mercado de trabalho formal e três, no informal. Já no mês anterior, com 77 atendimentos, houve um retorno ao convívio familiar e sete inserções no mercado de trabalho formal e seis no informal. Em dezembro de 2019, com 70 acolhidas, dois retornaram a suas famílias. No gráfico abaixo (Gráfico 16), é possível ver o comparativo entre os motivos de acolhimento do abrigo nos meses supracitados.

Gráfico 16 - Motivos de acolhimento na Associação Abrigo São Chico.



Fonte: Associação Abrigo São Chico (2020).

## 2.4 Justificativa do tema

O tema escolhido para o presente trabalho tem o intuito de propor um espaço para as necessidades e demandas daqueles que são ignorados pela sociedade. Tendo como objetivo promover o acolhimento e a reinserção desses indivíduos na sociedade, ofertando melhor qualidade de vida e de recomeço.

É inegável que as constantes migrações constituem em um importante fator de mudança social, realidade que se comprova na história da humanidade, a ser contada através da migração. O deslocamento desses grupos gera historicamente transformações econômicas, demográficas, políticas e sociais. Sendo que, não só o país de origem sente as mudanças da migração, como o país que acolhe os imigrantes também às percebe.

Porém, apesar dessas migrações ocorrerem sempre em busca de melhores condições de vida, seja ela qual for, na realidade esse objetivo pode não ser alcançado. Normalmente, o grupo de migrantes é composto por populações negras e islâmicas, que sofrem com muito preconceito, tanto racial como cultural e xenofóbico. O resultado disso é a dificuldade de sua inserção na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho formal, mesmo que possuam formação acadêmica, obrigando-os a buscarem sustento através do mercado informal.



Dessa forma, por consequência, uma das principais dificuldades enfrentadas por imigrantes é obtenção de moradia, pois não conseguem ter acesso a renda, recurso principal para a conquista da propriedade e exercício do seu direito de moradia, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, o resultado são milhares de imigrantes em condições precárias de sobrevivência, habitando submoradias, dividindo aluguel de pequenas habitações com outras pessoas, ou, ainda, em situações mais desfavoráveis, ocupando terrenos e edificações de forma irregular. Essa problemática é real, atual e expressiva, para a qual não se pode fechar os olhos.

No mesmo contexto, encontram-se os refugiados. Segundo a ACNUR, o abrigo significa mais que um teto e, para o refugiado, ter um abrigo e uma moradia representa segurança, dignidade e a oportunidade de um novo recomeço. A ACNUR também prevê que, no Brasil, os refugiados pagam por aluguéis muito altos porque não conhecem bem as regiões e as culturas locais, não atendem todas as exigências das imobiliárias e sofrem preconceito justamente por sua situação de refúgio. Por esses motivos, a moradia é uma das principais preocupações de refugiados. Atualmente a maioria dos refugiados pelo mundo estão sendo abrigados em habitações temporárias, como acampamentos de emergência, algo que não ocorre no Brasil, mas que ainda é uma grande problemática devido a submoradia. Dessa forma, diante de uma crise de refugiados sem precedentes, são necessárias respostas também sem precedentes.

O refugiado é sempre negativo, um problema grave a ser discutido. O imigrante é uma questão a ser avaliada, pode ser algo positivo ou negativo, mas em geral a visão é de algo problemático. Já o estrangeiro é sempre positivo, inclusive melhor do que o brasileiro. É alguém com quem podemos aprender (Gustavo Barreto de Campos, 2015, para a imprensa).

Do outro lado, mas ainda na mesmo contexto e com um problemática ainda maior, estão os indivíduos em situação de rua, que geralmente encontram-se ao relento, expostos a todos os tipos de perigo e desprezo da sociedade. É uma população que ainda é invisível aos olhos da grande maioria das pessoas e que se encontra nessa situação, não por escolha, mas por estar submetido a sistemas desiguais ou por falta de tratamento e atenção mental. A ida e permanência das pessoas nas ruas não está ligada ao déficit habitacional e tampouco vinculada a oferta de moradia. Em grandes cidades ou em locais que estão em desenvolvimento constante, o descaso social e a falta de visibilidade de certos grupos de indivíduos é uma problemática que cresce a cada ano, cuja responsabilidade não só recai nos órgãos públicos, mas também



em todo cidadão. O fato de passar por esses indivíduos nas ruas e os ignorar, inegavelmente contribui para sua exclusão social. Dito isso, torna-se hipocrisia cobrar os serviços públicos enquanto a sociedade em si não toma medidas para ajudar essa parcela, seja com apoio moral, agasalhos ou qualquer outro tipo de assistência.

Para além dos viadutos, o *Homeless* é empurrado para fora da cidade, não no sentido geográfico, e sim no de espaço desqualificado, destituído de humanidade, jogado cada vez mais para as bordas, para o lixo (coincidência?), para debaixo do tapete. Embora por diferentes motivos, e em diferentes contextos sociais e econômicos, sua presença, principalmente em locais inóspitos, acontece tanto aqui no Brasil como em outros países; trata-se, portanto, de um fenômeno global. Ora, essa não é apenas uma coincidência, mas diz respeito ao tipo de lugar da cidade que lhes é imposto, passível de ocupação silenciosa: por serem locais esquecidos, desprezados, são símbolos do abandono, do desamparo e da privação (BITENCOURT apud PAULA ROCHLITZ, 2008, p. 16).

Em Lajeado, a edificação em que hoje a Associação Abrigo São Chico está instalada, não atende mais a demanda e a quantia de pessoas em situação de rua, não possuindo uma infraestrutura adequada o suficiente para suprir a necessidade dos usuários e funcionários. Nesse sentido, faz-se necessária a existência de outro espaço que possa oferecer apoio a essa demanda que cresce a cada dia.

Visando a reinserção desses indivíduos na sociedade, para que se sintam acolhidos e pertencentes a cidade através da arquitetura, é proposto a criação de um complexo que contenha o mínimo das necessidades básicas e que seja capaz de oferecer um lar adequado à essa população. Com o objetivo de proporcionar uma qualidade de vida digna, preservando os direitos humanos. Para isso, o abrigo terá características de uma residência, com ambientes amplos, acessíveis, bem iluminados e ventilados. O acolhimento será não somente quanto ao espaço físico, mas também psicológico.

Os serviços de acolhimento devem, além de proporcionar abrigo, serem entendidos como a porta de retorno e inclusão a sociedade, proporcionando acesso às políticas públicas nas diversas áreas, como educação e saúde. O abrigo tem como função auxiliar estas pessoas a se estabilizarem e se sentir novamente pertencentes a um grupo. É importante que seja um local de referência e proteção a quem recorrer, onde as pessoas acolhidas tenham perspectivas para o futuro, o qual inclui-se a possibilidade de independência do serviço de acolhimento.

3

### **3 PROGRAMA**

A partir da pesquisa realizada no capítulo anterior, com a contextualização histórica e explanação da atual realidade da migração e situação de rua, neste capítulo será apresentado o programa de necessidades, com o objetivo de conectar e compreender todas as imposições que os três públicos de abrangência necessitam.

O programa será apresentado através de uma tabela contendo a proposta de ambientes e suas respectivas dimensões, além de um fluxograma para melhor entendimento do funcionamento da edificação. Serão mencionados também, condicionantes legais e diretrizes projetuais por meio de normas técnicas que deverão ser levadas em consideração na etapa de desenvolvimento do projeto, na segunda parte do trabalho de conclusão de curso, para que, assim, a edificação esteja de acordo com as leis estabelecidas.

#### **3.1 Apresentação do programa**

O programa de necessidades proposto para o CAR pretende abrigar três tipos de público distintos: pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados, oferecendo-lhes moradia provisória e ferramentas necessárias que possam amenizar as dificuldades de adaptação e sobrevivência no novo país que se encontram. Assim sendo, o projeto pretende reintegrar socialmente, culturalmente e economicamente os três públicos de abrangência na cidade de Lajeado, com o objetivo de suprir e reunir em um único espaço todas as necessidades básicas do ser humano, como documentação, saúde, educação, moradia, trabalho e cultura.

Dessa forma, o programa se dividirá em cinco áreas: acolhimento, acompanhamento, lazer e convivência, profissionalização e setor administrativo. O primeiro, será dedicado para

a recepção, permanência e suprimento das necessidades básicas às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Contará com uma área dedicada a regularização de documentos básicos ou de documentação de solicitação de entrada e pedido de refúgio. Visto que os públicos são distintos entre si, a parte de acolhida para pessoas em situação de rua terá um acesso separado dos outros dois públicos, os imigrantes e refugiados, visto que o primeiro contato do indivíduo em situação de rua com os abrigos, quando são dependentes químicos ou alcoólicos, não é muito amigável. A intenção ao abranger essas três parcelas é que, quando a pessoa em situação de rua estiver em melhores condições, ou até mesmo sejam pessoas que estão na rua por outros motivos, possam aprender a viver em sociedade novamente com um público que possui a mesma vulnerabilidade que ele, a sociedade em si, pois imigrantes e refugiados também são invisíveis aos olhos da população. Assim, cria-se uma política de assistência mútua, onde um ajuda o outro a se (re)inserir.

Ainda no setor de acolhimento, devido a pluralidade de perfis dos potenciais moradores, bem como a pluralidade de arranjos familiares que podem ser construídos por uma sociedade, será proposto tipologias que diferem tanto em área quanto na distribuição e arranjo de espaços. Dessa forma, pensa-se em duas tipologias: apartamentos sociais do tipo *studio* e alojamento, com até quatro pessoas por dormitório. O *studio* conterà apartamentos do estilo JK e de dois dormitórios, os quais serão destinados aos imigrantes e refugiados como forma de primeira morada, com baixo valor monetário de contribuição e permanência de até 18 meses, até encontrar uma residência fixa e condições de autossustento. Contarão com uma planta flexível, capaz de se adaptar conforme a necessidade dos indivíduos, com disponibilidade de uma pequena cozinha e banheiro individuais. Já o alojamento se destinará para os três públicos abrangentes na proposta, com mais enfoque para pessoas em situação de rua. Para os imigrantes e refugiados, funcionará como uma espécie de *hostel*, um acolhimento emergencial apenas de passagem. Para os indivíduos em situação de rua, será destinado ao abrigo, com quartos divididos em masculino, feminino e misto.

O segundo setor, o de acompanhamento, será dedicado para uma ala de atendimento médico, jurídico, psicológico, dentário e assistencial. Esses trabalharão em conjunto para que os indivíduos em situação de rua não voltem a situação inicial e que os imigrantes e refugiados tenham assistência para se adaptar ao novo país, novas culturas e realidades.

O setor profissionalização será direcionado para a formação técnica dos usuários, com o intuito de inseri-los no mercado de trabalho e auxiliar na formação da autonomia. Serão propostos espaços para aulas, laboratórios e biblioteca, buscando conhecimento. Um auditório

será proposto, com o intuito de promover conversas e palestras de aprendizado. Uma espécie de sala comercial será proposta para que os indivíduos possam vender suas mercadorias e artesanato de forma legal, além de promoção da cultura.

A área de lazer e convivência buscará a inserção social dos usuários através de espaços compartilhados, como salas de estar, cozinha, lavanderia e horta coletiva, área para manifestações culturais e religiosas, que contará com uma capela ecumênica. Também será proposto uma brinquedoteca para as famílias imigrantes que migraram com crianças. São nestes espaços que serão estimulados o convívio social e a procura da (re)inserção na sociedade, em busca do compartilhamento de experiências e apoio mútuo.

A quinta e última área, como o nome diz, será destinada ao setor administrativo do complexo. Será de caráter privada, contemplando toda parte básica de funcionamento do local. Tem a função de ser um apoio técnico para os trabalhadores, com salas de reunião, sala de coordenação, escritório administrativo, espaço de funcionários e monitores, depósitos, almoxarifados, sala multiuso, além de recepção, que controlará a entrada e saída. É classificado como um setor essencial, visto que será ela que desempenhará papéis fundamentais para o bom desempenho e qualidade de bem-estar dos usuários.

O centro de acolhimento proposto tem o intuito de funcionamento em horário integral, sete dias por semana, visto que o público alvo demanda horários flexíveis. É importante ressaltar que abrigos já existentes possuem horários de funcionamento, com entrada e saída em horas estabelecidas, o que geralmente afasta as pessoas em situação de rua, pois não são acostumados a seguir regras. Dessa forma, o CAR possuirá uma abordagem diferente, visando a mudança efetiva nestas pessoas, tentando aproximá-los do acompanhamento psicossocial. Além disso, imigrantes e refugiados não possuem horário estabelecido de chegada nas cidades, dessa forma, é necessário que se tenha um equipamento com atendimento de prontidão.

Os usuários e moradores farão parte do cotidiano do abrigo, sendo responsáveis por suas coisas, além de executarem tarefas cabíveis, visando uma rotina domiciliar que, conseqüentemente, é recorrente na sociedade. As refeições poderão ser feitas no coletivo, em refeitório proposto, no entanto, as cozinhas coletivas estarão disponíveis para desenvolvimento de autonomia própria. Haverá espaço destinado ao estacionamento de carrinho de coleta de recicláveis para esses indivíduos que possuem este meio de trabalho, além de um canil para os que possuem um amigo animal.

### 3.1.1 Tabela de áreas

A tabela abaixo apresenta a setorização do programa de necessidades desenvolvido, com seus respectivos ambientes e dimensionamentos estipulados para atender o tema proposto.

Tabela 1 - Programa de necessidades e dimensionamento

PROGRAMA	QTD.	MOBILIÁRIO	ÁREA PARCIAL (m <sup>2</sup> )	ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> )
<b>ACOLHIMENTO</b>				
Pessoas em situação de rua				
Recepção	01	Mesa, cadeira, computador e poltronas.	15 m <sup>2</sup>	15 m <sup>2</sup>
Triagem	01	Mesa, cadeira, computador.	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>
Sala de monitor/segurança	03		10m <sup>2</sup>	30m <sup>2</sup>
Alojamento masculino	15	Quatro camas de solteiro e armários com chaves.	15 m <sup>2</sup>	225 m <sup>2</sup>
Alojamento feminino	05	Quatro camas de solteiro e armários com chaves.	15 m <sup>2</sup>	75m <sup>2</sup>
Alojamento misto	05	Uma cama de casal, armário com chave.	10 m <sup>2</sup>	50 m <sup>2</sup>
Sala de estar	01	Sofás, poltronas, televisão.	40 m <sup>2</sup>	40 m <sup>2</sup>
Sanitário com vestiário feminino	02	Vaso sanitário, pia, chuveiro.	50 m <sup>2</sup>	80 m <sup>2</sup>
Sanitário com vestiário masculino	02	Vaso sanitário, pia, chuveiro.	50 m <sup>2</sup>	80m <sup>2</sup>
Imigrantes e refugiados				
Recepção	01	Mesa, cadeira, computador e poltronas.	15 m <sup>2</sup>	15 m <sup>2</sup>
Triagem	01	Mesa, cadeira, computador.	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>
Sala de monitor/segurança	02	Mesa, cadeira, computador.	10	20m <sup>2</sup>
Studio JK	05	Cama, armário, mesa, cadeira, pias, vaso sanitário, chuveiro, geladeira, micro-ondas, fogão, sofá, televisão.	30 m <sup>2</sup>	150 m <sup>2</sup>
Studio de dois dormitórios	05	Cama, armário, mesa, cadeira, pias, vaso sanitário, chuveiro, geladeira, micro-ondas, fogão, sofá, televisão.	40 m <sup>2</sup>	200 m <sup>2</sup>
Alojamento coletivo	05	Quatro camas de solteiro e armários com chaves.	15 m <sup>2</sup>	75 m <sup>2</sup>
Sala de estar	01	Sofás, poltronas, televisão.	40 m <sup>2</sup>	40 m <sup>2</sup>
Sanitário com vestiário feminino	01	Vaso sanitário, pia, chuveiro.	30 m <sup>2</sup>	40 m <sup>2</sup>
Sanitário com vestiário masculino	01	Vaso sanitário, pia, chuveiro.	30 m <sup>2</sup>	40 m <sup>2</sup>
<b>ACOMPANHAMENTO</b>				
Acompanhamento médico com ambulatório	01	Maca, mesa, cadeiras, computador.	15 m <sup>2</sup>	15 m <sup>2</sup>
Acompanhamento dentário	01	Maca, mesa, cadeiras, computador.	15 m <sup>2</sup>	15 m <sup>2</sup>
Acompanhamento psicológico	01	Mesa, cadeiras, computador.	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>
Acompanhamento jurídico	01	Mesa, cadeiras, computador.	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>
Sala de assistência social	0	Mesa, cadeiras, computador.	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>
<b>LAZER E CONVIVÊNCIA</b>				
Refeitório	01	Mesas, cadeiras, buffets.	80 m <sup>2</sup>	80 m <sup>2</sup>
Cozinha industrial	01	Fogão, coifa, pia, geladeira, freezer, forno, mesa de preparo.	50m <sup>2</sup>	50m <sup>2</sup>
Sala de estar coletiva	01	Sofás, poltronas, televisão.	50m <sup>2</sup>	50m <sup>2</sup>
Cozinha coletiva	01	Fogão, pia, geladeira, micro-ondas, bancada.	25 m <sup>2</sup>	25 m <sup>2</sup>

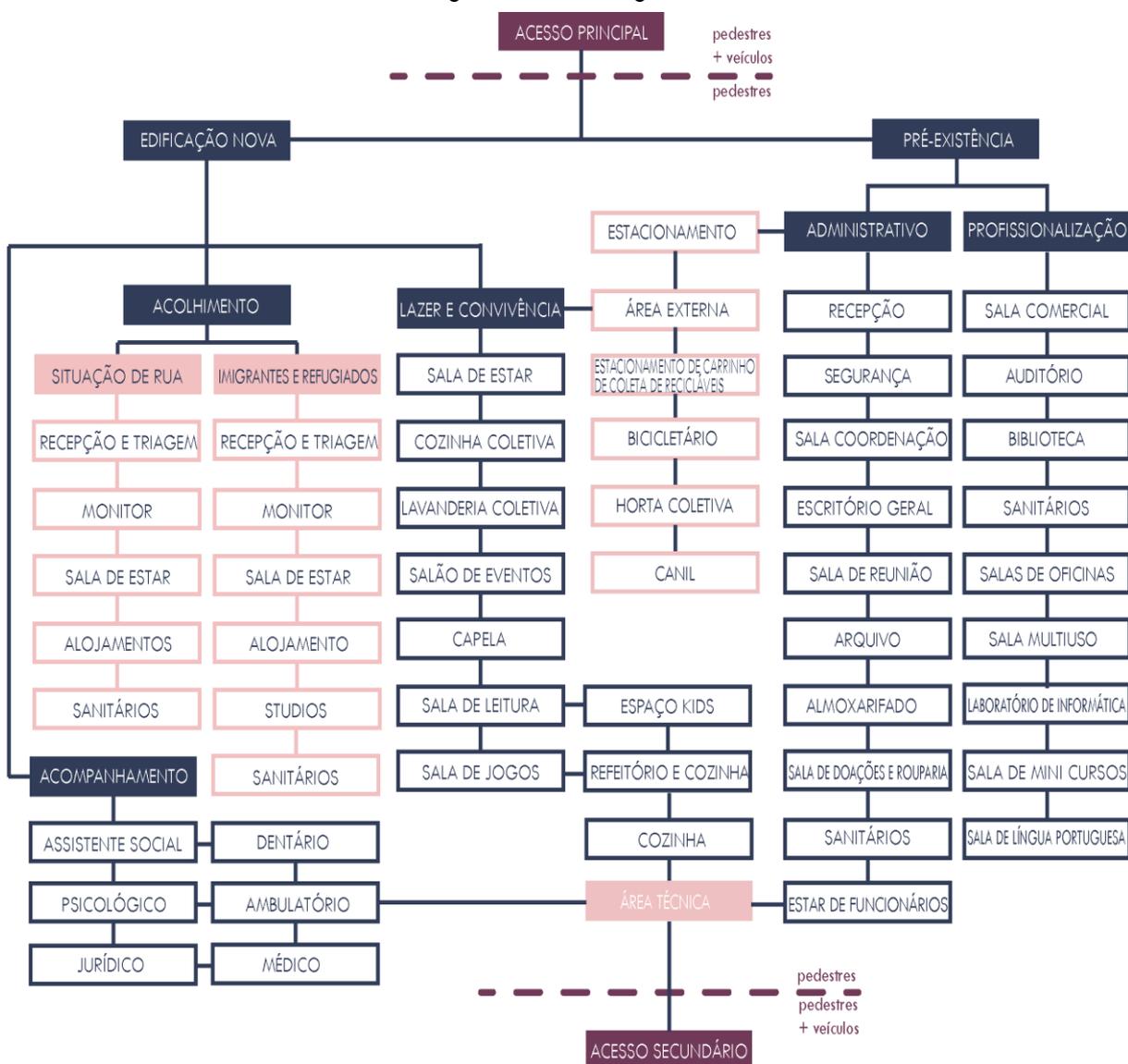
Lavanderia coletiva	01	Máquinas de lavar e secar roupas, tanques.	15m <sup>2</sup>	15m <sup>2</sup>
Capela ecumênica	01	Bancos, altar, mesas.	25 m <sup>2</sup>	25 m <sup>2</sup>
Brinquedoteca	01	Mesa, cadeiras, brinquedos, jogos.	30 m <sup>2</sup>	30 m <sup>2</sup>
Sala de jogos	01	Mesa, cadeira, jogos.	20 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
Salão de eventos	01	Mesa e cadeiras.	70 m <sup>2</sup>	70 m <sup>2</sup>
Sala de leitura	01	Mesa, cadeiras, poltronas.	20m <sup>2</sup>	20m <sup>2</sup>
Canil	10	-	4 m <sup>2</sup>	40 m <sup>2</sup>
Horta coletiva	01	-	20 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
Estacionamento de carrinhos de coleta de recicláveis	05	-	-	-
Bicicletário	01	-	-	-
Área externa	-	-	-	-
<b>PROFISSIONALIZAÇÃO</b>				
Sala comercial	01	-	60 m <sup>2</sup>	60 m <sup>2</sup>
Sala para oficinas em geral	02	Mesas, cadeiras, quadro negro, projetor.	50 m <sup>2</sup>	100 m <sup>2</sup>
Sala de mini cursos	01	Mesas, cadeiras, quadro negro, projetor.	40m <sup>2</sup>	40m <sup>2</sup>
Salas multiuso	01	Mesas, cadeiras, projetor.	40 m <sup>2</sup>	40 m <sup>2</sup>
Laboratório de informática	01	Mesas, cadeiras, computadores, quadro negro.	30 m <sup>2</sup>	30 m <sup>2</sup>
Sala de língua portuguesa	01	Classes, cadeira, quadro negro.	30m <sup>2</sup>	30m <sup>2</sup>
Biblioteca	01	Estantes, balões.	50 m <sup>2</sup>	50 m <sup>2</sup>
Auditório	01	Mobiliário flexível, projetor.	100 m <sup>2</sup>	100 m <sup>2</sup>
Sanitário coletivo	01	Pia, vaso sanitário.	20 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>				
Recepção	01	Mesa, cadeira, computador e poltronas.	20 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
Escritório geral	01	Mesas, cadeiras, computador.	20m <sup>2</sup>	20m <sup>2</sup>
Sala da coordenação	01	Mesa, cadeira, computador.	10m <sup>2</sup>	10m <sup>2</sup>
Estar de funcionários	01	Sofás, mesa, cadeiras, televisão, copa, armários.	20 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
Sala de monitor/segurança	01	Mesa, cadeira, computador.	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>
Sala de reunião	01	Mesa, cadeiras, projetor.	15 m <sup>2</sup>	15 m <sup>2</sup>
Sanitário com vestiário masculino	01	Vaso sanitário, pia, chuveiro.	20 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
Sanitário com vestiário feminino	01	Vaso sanitário, pia, chuveiro.	20 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
Sala de doações	01	Prateleiras.	10m <sup>2</sup>	10m <sup>2</sup>
Rouparia	01	Prateleiras.	10m <sup>2</sup>	10m <sup>2</sup>
Almoxarifado	01	Prateleiras.	5 m <sup>2</sup>	5m <sup>2</sup>
Arquivo	01	Arquivos.	5m <sup>2</sup>	5m <sup>2</sup>
Estacionamento	20 vagas	-	-	-
<b>Áreas técnicas</b>				
Sala de controle	01	-	10m <sup>2</sup>	10m <sup>2</sup>
Ar-condicionado	01	-	-	-
Depósitos	02	-	10m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>
Reservatórios	02	-	20m <sup>2</sup>	40 <sup>2</sup>
Depósito de lixo	01	-	5m <sup>2</sup>	5m <sup>2</sup>
<b>TOTAL (aproximado):</b>				<b>2.525 m<sup>2</sup></b>

Fonte: Autora (2020).

### 3.1.2 Fluxograma

Visto que o local da proposta consta com uma pré-existência, a ideia é unir uma edificação nova com a antiga, colocando determinados serviços em cada uma delas. Será proposto, se provar viável, o setor administrativo e profissionalizante na pré-existência e, os demais setores, na edificação nova. A seguir, a partir do programa de necessidades, é apresentado o fluxograma para melhor entendimento do funcionamento da edificação.

Figura 12 - Fluxograma



Fonte: Autora (2020).

### 3.1.3 Viabilidade e agentes de intervenção

É dever do Estado garantir uma vida digna a todas as pessoas e prover as necessidades básicas necessárias para sobrevivência. Para que isso ocorra, é necessário que este Estado, em suas diferentes esferas, crie mecanismos de acesso às políticas públicas existentes.

Atualmente, a entidade social responsável por prestar serviços aos imigrantes que chegam à cidade de Lajeado é o CRAS, que consiste em um órgão de serviços de proteção social para a comunidade em situação de vulnerabilidade, gerenciada pela prefeitura municipal. O governo municipal também gerencia, em uma parceria público-privada, a Associação Abrigo São Chico, responsável por oferecer acolhimento para pessoas em situação de rua e procurar oferecer uma ressocialização desses indivíduos.

Como forma de viabilizar o projeto, pensou-se em uma parceria público-privada baseada nas condições existentes. O terreno em que será feita a execução é de caráter privado, mas os investimentos para a concretização da proposta e manutenção dela será de ordem pública do município, com incentivo financeiro de instituições privadas e entidades não governamentais. Além disso, em 2017, a ACNUR informou ter interesse em construir parcerias com empresas que entendam a complexidade da atual crise de refugiados e que queiram assumir um compromisso compartilhado em relação a esta causa.

Estima-se também que muitas empresas da região possam demonstrar interesse na concretização de um complexo como o CAR, criando parcerias em troca de emprego. Hoje, a população não se interessa por empregos do ramo braçal ofertado pelas indústrias, costumam procurar por empregos menos insalubres, dessa forma, a mão de obra imigrante e das pessoas em situação de rua se faz presente para suprir essa demanda, gerando benefício mútuo.

Figura 13 - Viabilidade da proposta.



Fonte: Autora (2020).

Com a proposta da sala comercial e dos aluguéis dos apartamentos sociais, prevê-se que este valor poderá ser destinado a manutenção do complexo. Não obstante, com os espaços destinados a aprendizagem técnicas e de idiomas, junto com a sala multiuso, possam a vir gerar renda através da locação em turnos nos quais se identificar a ociosidade do espaço.

### **3.2 Condicionantes legais e parâmetros básicos de infraestrutura**

Para a elaboração do projeto de um centro de acolhimento é necessário o estudo e a compreensão de alguns parâmetros básicos definidos por normas técnicas, as quais devem ser consideradas e que regem exigências nas edificações. Assim sendo, serão abordados neste tópico, duas das principais normas da ABNT, a NBR 9077, sobre saídas de emergência, e a NBR 9050, sobre a acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Além destas, o Código de Edificações de Lajeado será abordado com informações pertinentes a construção e será explanado a matriz, prevista na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, reguladora dos serviços de acolhimento e, também, uma breve descrição de albergue segundo o livro “A arte de projetar arquitetura”, de Neufert.

#### **3.2.1 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**

A Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, conhecida como CNAS padronizou os serviços socioassistenciais disponíveis no Brasil, organizando-os por nível de complexidade do SUAS: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. Estabeleceu seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, consta também aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

Na proteção social básica estão os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família, de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Na média complexidade, são encaixados a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, Serviço Especializado em Abordagem Social, Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade

Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e os Serviços Especializados para Pessoas em Situação de Rua. Na alta complexidade estão os serviços de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, Casalar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; de Acolhimento em República, de Acolhimento em Família Acolhedora e de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Na resolução, existe uma matriz padronizada para ficha de serviços socioassistenciais a serem atendidos, com sua descrição, público alvo, objetivos, provisões e outras regras a serem cumpridas. Dentro dos serviços de proteção social de média complexidades, como dito acima, encontra-se o serviço especializado para pessoas em situação de rua e sua ficha matriz determina diretrizes específicas para este tipo de serviço. Todos esses requisitos estão exemplificados no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Matriz padronizada para serviços socioassistenciais.

<b>NOME DO SERVIÇO</b>	Serviço especializado para pessoas em situação de rua.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário. Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família,
<b>USUÁRIOS</b>	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.
<b>OBJETIVOS</b>	Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.
<b>PROVISÕES</b>	<p><b>AMBIENTE FÍSICO:</b> Espaço para a realização de atividades coletivas e/ou comunitárias, higiene pessoal, alimentação e espaço para guarda de pertences, conforme a realidade local, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT.</p> <p><b>RECURSOS MATERIAIS:</b> Materiais permanentes e materiais de consumo necessários para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, armários para guardar pertences, alimentação, artigos de higiene. Materiais pedagógicos, culturais e esportivos. Banco de Dados de usuários(as) de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais;</p>

	<p>Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.</p> <p>RECURSOS HUMANOS: De acordo com a NOB-RH/SUAS.</p> <p>TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO: Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contrarreferência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários.</p>
<b>AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS</b>	<p>SEGURANÇA E ACOLHIDA: Ser acolhido nos serviços em condições de dignidade; ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violências e abusos; ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados.</p> <p>SEGURANÇA DE CONVÍVIO OU VIVÊNCIA FAMILIAR, COMUNITÁRIA E SOCIAL: Ter assegurado o convívio familiar e/ou comunitário; ter acesso a serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais, conforme necessidades.</p> <p>SEGURANÇA DE DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA INDIVIDUAL, FAMILIAR E SOCIAL: Ter vivência pautada pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; construir projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima; ter acesso à documentação civil; alcançar autonomia e condições de bem estar; ser ouvido para expressar necessidades, interesses e possibilidades; ter acesso a serviços do sistema de proteção social e indicação de acesso a benefícios sociais e programas de transferência de renda; ser informado sobre direitos e como acessá-los; ter acesso a políticas públicas setoriais; fortalecer o convívio social e comunitário.</p>
<b>CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO</b>	<p>CONDIÇÕES: Famílias e indivíduos que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.</p> <p>FORMAS DE ACESSO: Encaminhamentos do Serviço Especializado em Abordagem Social, de outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos ou por demanda espontânea.</p>
<b>UNIDADE</b>	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.
<b>PERÍODO DE FUNCIONAMENTO</b>	Dias úteis, com possibilidade de funcionar em feriados, finais de semana e período noturno. Período mínimo de 5 dias por semana, 8 horas diárias.
<b>ABRANGÊNCIA</b>	Municipal.
<b>ARTICULAÇÃO EM REDE</b>	Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; serviços de políticas públicas setoriais; redes sociais locais; demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; sistema de Segurança Pública; instituições de Ensino e Pesquisa; serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.
<b>IMPACTO SOCIAL ESPERADO</b>	Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; proteção social às famílias e indivíduos; redução de danos provocados por situações violadoras de direitos; construção de novos projetos de vida.

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014).

### 3.2.2 Código de Edificações de Lajeado

O Código de Edificações do município de Lajeado, referente a Lei nº 5.848/1996, prevê uma série de normativas que serão consideradas de fundamental importância para o projeto e construção da edificação. Condicionantes legais frente a escadas, rampas, corredores, iluminação, ventilação, dutos, poços e pátios são alguns dos itens que serão analisados e levados em consideração no presente trabalho.

Conforme o Código, no que diz respeito às escadas, deverão ter largura de acordo com as exigências da NBR 9077, que regulamenta a prevenção contra incêndios. Elas devem permitir passagem livre com altura mínima de 2,10 m, com o dimensionamento dos degraus feito de acordo com a fórmula de Blondel. Ainda diz que, sempre que a altura a vencer for maior que três metros, será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de 80 cm. Quanto às rampas destinadas ao uso de pedestres, terão que ter passagem livre com altura mínima de 2,10 metros, largura mínima de 1,50 m para uso comuns em prédios comerciais e de serviços, com inclinação máxima de 10% e com piso antiderrapante. Os corredores deverão ter pé-direito de 2,40 m e obedecer às larguras mínimas de 1,50 m. Além disso, saguões de elevadores deverão ter dimensão mínima de 1,50 m, medida perpendicular à porta do elevador e largura igual à da caixa de corrida.

De acordo com a Lei nº 5.848/1996, o Centro de Acolhimento Resignificar encaixa-se no uso destinados à habitação coletiva (Tabela 2), por dar moradia e acolhimento a imigrantes e refugiados. Essas habitações deverão ter instalações sanitárias, quando coletivas, separadas por sexo na proporção de um conjunto de vaso e lavatório (e mictório, quando masculino) para cada cinco pessoas, e um local para chuveiro para cada 10 pessoas, calculados à razão de uma pessoa para cada 4,00 m<sup>2</sup> de área de um dormitório. Ainda se encaixa no uso de serviços de saúde e institucional por acolher pessoas em situação de rua.

Tabela 2 - Classificação da edificação conforme ocupação/uso.

OCUPAÇÃO/USO		DIV.	DESCRIÇÃO	EXEMPLO	TIPO EDIFÍCIO	*-*
A	Residencial	A-3	Habitações Coletivas (grupos sociais equivalentes à família)	Pensionatos, internatos, mosteiros, conventos, residenciais geriátricos.	Casa Ed. Residencial	1
H	Serviços de saúde e institucionais	H-2	Locais onde pessoas requerem cuidados especiais por limitações físicas ou mentais	Asilos, orfanatos, abrigos geriátricos, reformatórios sem celas, etc.	Tipologia específica	4

Fonte: Código de Edificações de Lajeado.

Ainda de acordo com o Código, disposto na Seção VII, que refere-se a asilos, orfanatos, creches e congêneres, devem seguir as condições de ter salas de aula ou recreação, pé-direito mínimo de três metros (em áreas superiores a 30 m<sup>2</sup>), terem dormitórios com área mínima de 6 m<sup>2</sup>, destinados a uma pessoa por leito, nos de uso coletivo. As instalações sanitárias devem ser separadas para cada sexo, prevendo a proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada 15 leitos, devendo conter instalação sanitária independente para o pessoal de serviço. Ainda diz que o local deve possuir um refeitório.

### 3.2.3 NBR 9077/2001 – Saídas de Emergência

A Norma Brasileira 9077 de 2011 estabelece normas para Saídas de Emergência em Edifícios e é aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT. Tem como objetivo conceder condições para que seja possível o abandono do prédio com segurança em casos de emergência, além de impor certas materialidades, afastamentos e outros pontos para segurar os ambientes de focos de sinistro.

A seguir serão apresentados fragmentos das tabelas retiradas da NBR que classificam o projeto aqui proposto. Primeiramente as edificações são classificadas quando à sua ocupação.

Tabela 3 - Classificação das edificações quanto à sua ocupação.

GRUPO	OCUPAÇÃO/USO	DIVISÃO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
A	RESIDENCIAL	A-3	Habitações Coletivas (grupos sociais equivalentes à família)	Pensionatos, internatos, mosteiros, conventos, residenciais geriátricos.
H	SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAIS	H-2	Locais onde pessoas requerem cuidados especiais por limitações físicas ou mentais	Asilos, orfanatos, abrigos geriátricos, reformatórios sem celas, etc.

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Após a definição do tipo de ocupação da edificação, a norma apresenta a classificação perante a altura do edifício. Segundo a análise, o projeto se enquadrará entre os códigos L e M, referentes às edificações baixas e de média altura, respectivamente, conforme a Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Classificação das edificações quanto à altura.

CÓDIGO	TIPO DE EDIFICAÇÃO	ALTURA (H)
M	Edificações de média altura	6,00 m < H ≤ 12,00 m
N	Edificação mediamente altas	12,00 m < H ≤ 30,00 m

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Com base no programa de necessidades proposto, é possível analisar a Tabela 5 a seguir e classificar a edificação como edificação grande, quando verificada a partir de suas dimensões no somatório das áreas de todos os pavimentos, sendo medida em planta e com relação a unidade de medida em metros quadrados. Ainda, pode ser verificada quanto as suas características construtivas.

Tabela 5 - Classificação das edificações quanto às suas dimensões em planta.

NATUREZA DO ENFOQUE		CÓDIGO	CLASSE DA EDIFICAÇÃO	PARAMETROS DA ÁREA
γ	Quanto à área total St (soma das áreas de todos os pavimentos da edificação)	V	Edificações grandes	$1500 \text{ m}^2 \leq St < 5000 \text{ m}^2$

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Tabela 6 - Classificação das edificações quanto às características construtivas.

CÓDIGO	TIPO	ESPECIFICAÇÃO	EXEMPLOS
Z	Edificações em que a propagação do fogo é difícil	Prédio com estrutura resistente ao fogo e isolamento entre pavimentos	Prédios com concreto armado calculado para resistir ao fogo, com divisórias incombustíveis, sem divisórias leves, com parapeitos de alvenaria sob as janelas ou com abas prolongando os entrepisos e outros.

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Por fim, a norma estabelece relações correspondentes as dimensões e capacidade da unidade de passagem para o dimensionamento das saídas, como acessos e descargas, escadas e rampas, e portas, além da distância máxima a ser percorrida para atingir um local seguro (espaço livre exterior, área de refúgio, escada protegida ou à prova de fumaça), a qual varia conforme o número de saídas e a colocação ou não de chuveiros automáticos na edificação.

Tabela 7 - Dados para o dimensionamento das saídas.

OCUPAÇÃO		POPULAÇÃO	CAPACIDADE DA UNIDADE DE PASSAGEM		
GRUPO	DIVISÃO		ACESSOS E DESCARGAS	ESCADAS E RAMPAS	PORTAS
A	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m <sup>2</sup> de área de alojamento.	60	45	100
H	H-2	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m <sup>2</sup> de área de alojamento.	30	22	30

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Tabela 8 - Distâncias máximas a serem percorridas.

TIPO DE EDIFICAÇÃO	GRUPO E DIVISÃO DA OCUPAÇÃO	SEM CHUVEIROS AUTOMÁTICOS		COM CHUVEIROS AUTOMÁTICOS	
		SAÍDA ÚNICA	MAIS DE UMA SAÍDA	SAÍDA ÚNICA	MAIS DE UMA SAÍDA
Z	C, D, E, F, G-3, G-4, G-5, H, I	30,00 m	40,00 m	45,00 m	55,00 m
	A, B, G-1, G-2, J	40,00 m	50,00 m	55,00 m	65,00 m

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

A norma ainda indica o número de saídas de emergência necessárias, o tipo de escada e a exigência quando a colocação de alarme, que ainda não é possível ter essas definições concretas, mas podem já ser observadas na Tabela 9 abaixo conforme a classificação do tipo de ocupação da edificação.

Tabela 9 - Número de saídas e tipos de escadas.

DIMENSÃO		P (área do pavimento ≤ 750 m <sup>2</sup> )				Q (área do pavimento > 750m <sup>2</sup> )			
ALTURA		M		N		M		N	
OCUPAÇÃO		N <sup>o</sup>	Tipo esc.	N <sup>o</sup>	Tipo esc.	N <sup>o</sup>	Tipo esc.	N <sup>o</sup>	Tipo esc.
GRUPO	DIV.								
A	A-3	1	NE	1	EP	2	NE	2	EP
H	H-2	1	EP	1	PF	2	EP	2	PF

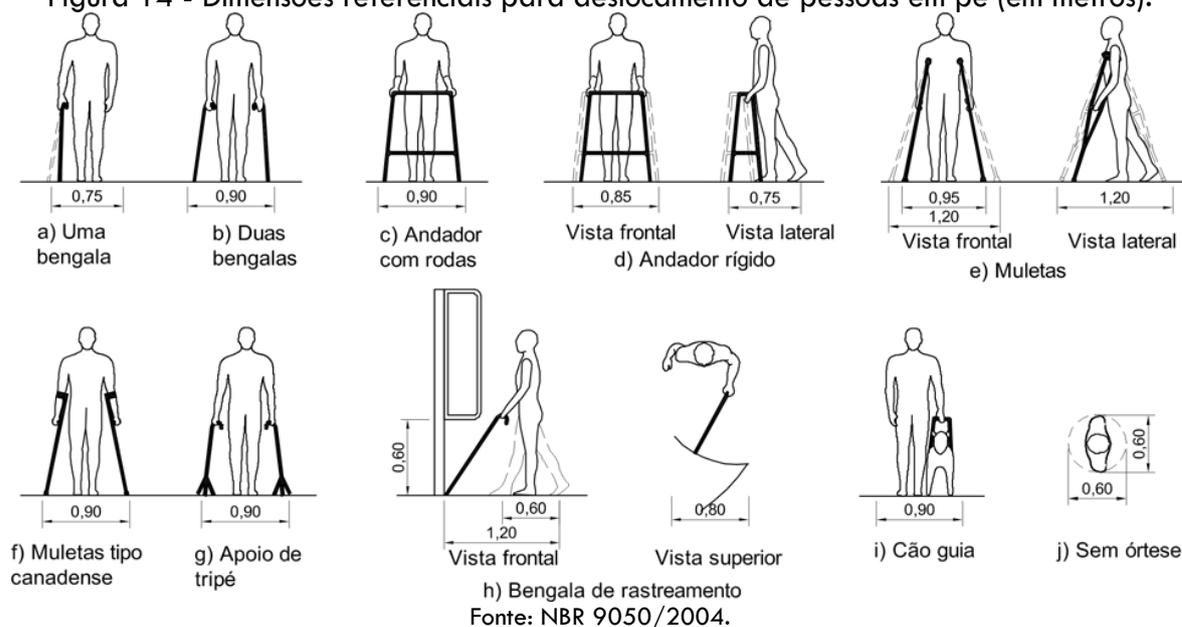
Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

### 3.2.4 NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

A Norma Brasileira 9050 de 2004, que se refere a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, tem como objetivo proporcionar a utilização de ambientes ou equipamentos de maneira autônoma e com segurança, independente quais sejam as dificuldades de mobilidade, percepção ou idade. Dessa forma, estabelece parâmetros e define critérios antropométricos de referência para uma mobilidade mais acessível por meio de definições e destaques quanto a elementos importantes relacionados a acessibilidade, os quais podem ser aplicados a projeto, construção, instalação e adaptações de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

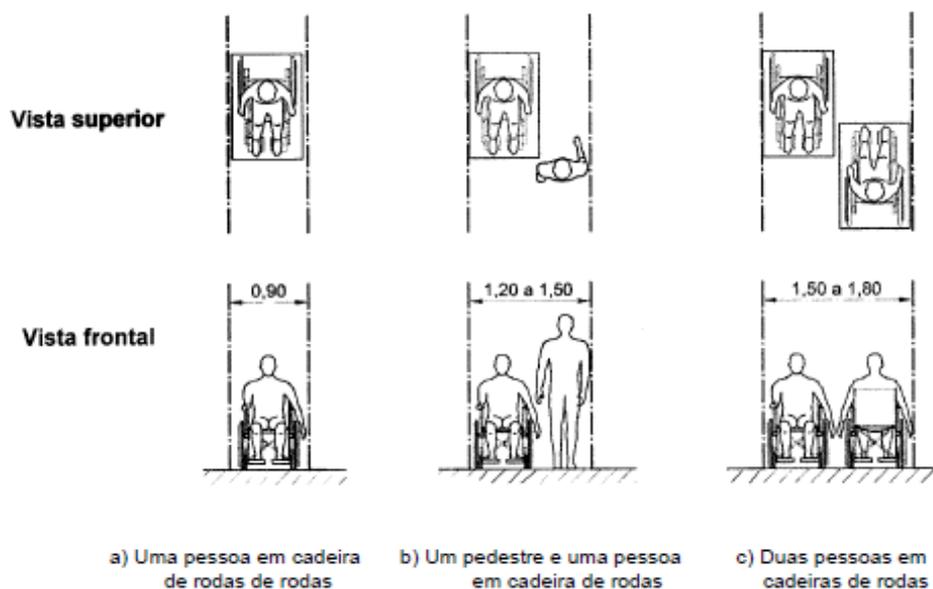
Neste item, será mostrado alguns dos elementos mais importantes relacionado a proposta. Na figura abaixo, Figura 14, estão apresentadas dimensões adequadas para o deslocamento de uma pessoa em pé.

Figura 14 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé (em metros).



A norma considera a projeção de 0,80m por 1,20m no piso como módulo de referência para uma pessoa que utiliza cadeira de rodas, seja ela motorizada ou não. Além disso, são estabelecidas dimensões mínimas para o deslocamento em linha reta de um cadeirante, um pedestre com um cadeirante e dois cadeirantes, vistos na Figura 15.

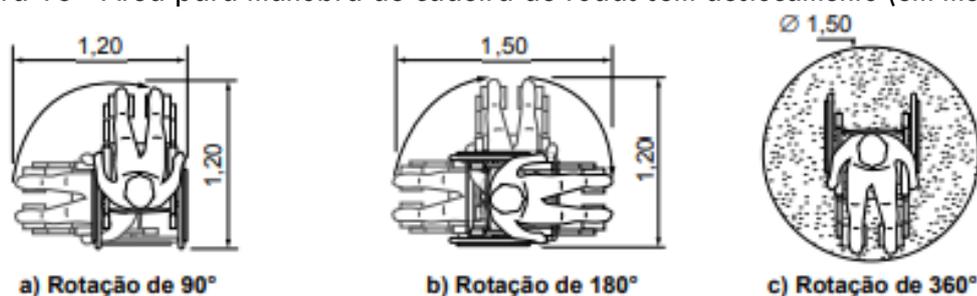
Figura 15 - Deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas (em metros).



Fonte: NBR 9050/2004.

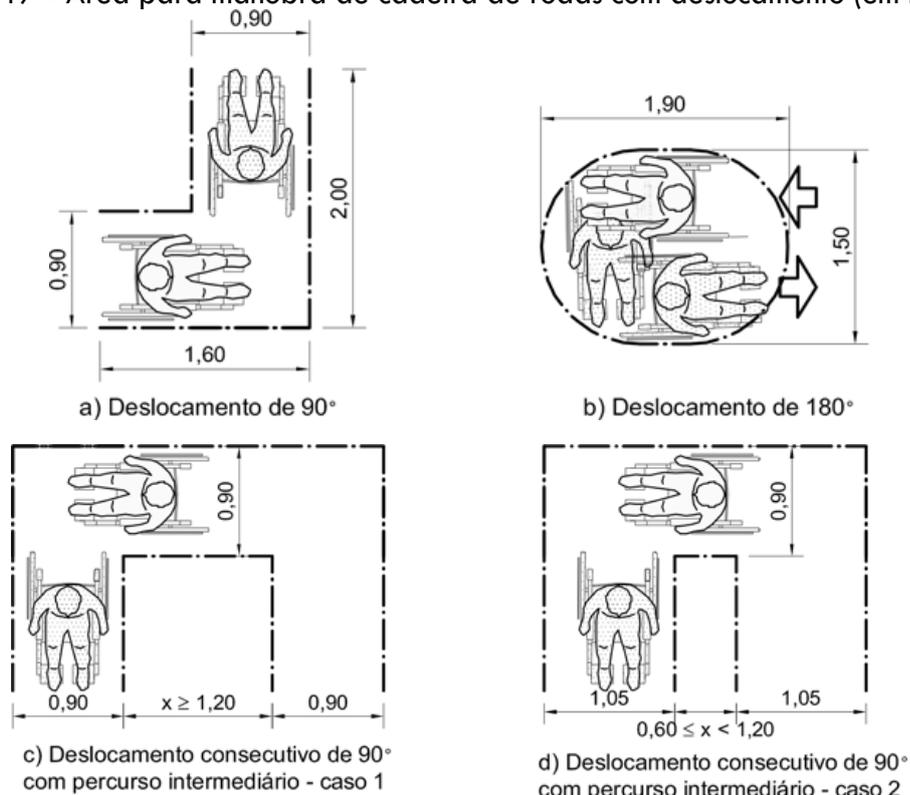
A NBR 9050 estabelece áreas para manobra de cadeiras de rodas sem e com deslocamento. Conforme a norma, as medidas necessárias para manobras sem deslocamento variam conforme a rotação, como indica a Figura 16. Para a realização de manobras com deslocamento, as medidas adequadas estão apresentada na Figura 17.

Figura 16 - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento (em metros).



Fonte: NBR 9050/2004.

Figura 17 - Área para manobra de cadeira de rodas com deslocamento (em metros).



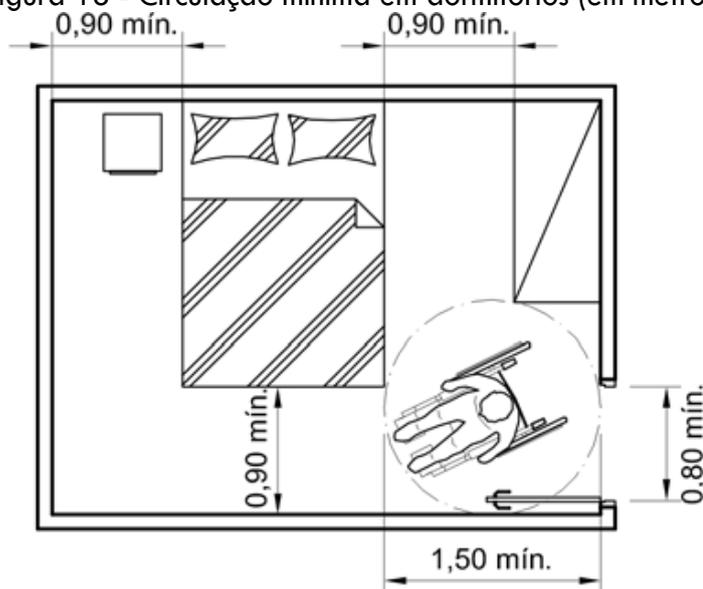
Fonte: NBR 9050/2004.

A norma salienta também que locais como restaurantes, refeitórios e bares devem possuir pelo menos 5% do total de mesas, com no mínimo uma, acessíveis a PCR., conforme item 9.3 da NBR, a qual refere-se a mesas ou superfícies para refeições ou trabalho. As mesas

devem ser distribuídas de forma a estar integradas às demais e em locais onde sejam oferecidos todas as comodidades e serviços disponíveis no estabelecimento, além de que, quando existe cardápio, deve-se conter ao menos um em braile.

A NBR 9050 ainda estabelece que, em locais de hospedagem, como hotéis, motéis, pousadas e similares, os auditórios, salas de convenções, salas de ginástica, piscinas, entre outros, devem ser acessíveis e que, pelo menos 5%, com no mínimo um do total de dormitórios com sanitário, devem conter acessibilidade. Estes dormitórios não podem estar isolados dos demais, mas distribuídos em toda a edificação de forma igualitária e localizado em rota acessível. A norma ainda recomenda que outros 10% do total de dormitórios sejam adaptáveis para acessibilidade. Além disso, os mobiliários destes dormitórios precisam atender as condições de alcance manual e visual de acessibilidade e ser dispostos de forma que não obstruam a faixa livre mínima de circulação interna de 90 cm de largura, prevendo área de manobras para o acesso ao sanitário, camas e armários, devendo haver pelo menos uma área com diâmetro de no mínimo 1,50 m que possibilite um giro de 360°, conforme Figura 18.

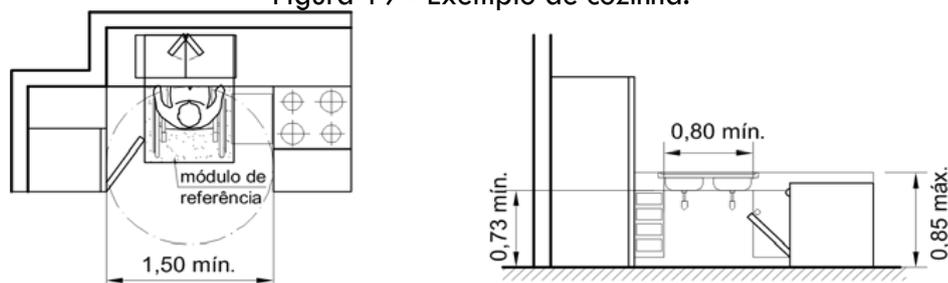
Figura 18 - Circulação mínima em dormitórios (em metros).



Fonte: NBR 9050/2004.

Para cozinhas, a garantia de circulação deve ser garantida, com aproximação e alcance de utensílios acessíveis. As pias devem possuir altura de no máximo 0,85 m, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m, conforme a Figura 19 mostra abaixo:

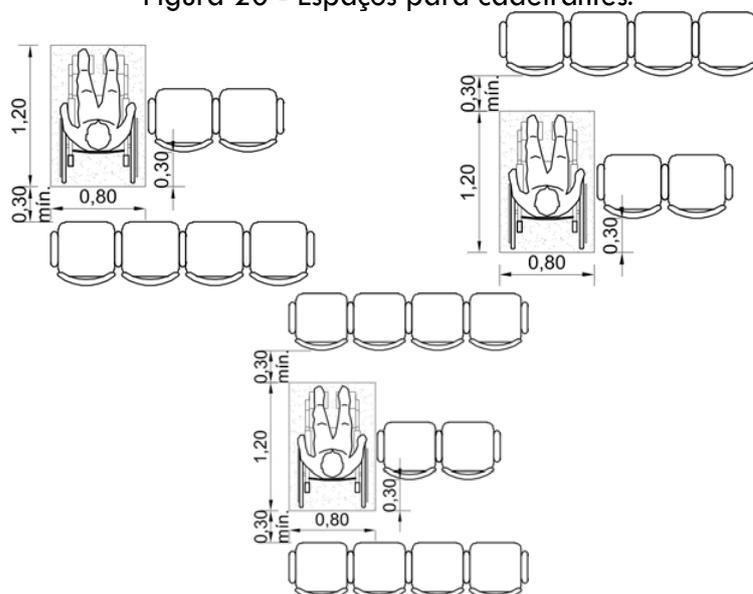
Figura 19 - Exemplo de cozinha.



Fonte: NBR 9050/2004.

Em auditórios planos, o espaço para o cadeirante deve possuir as dimensões mínimas de 80cm por 1,20m, acrescido 30cm na frente, atrás ou em ambas as posições, além de também estar 30cm deslocados em relação à cadeira ao lado para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção. Quando em fileiras intermediárias, os espaços para cadeirantes devem ser garantidos em faixas de no mínimo 30cm de largura atrás e na frente deles, conforme mostra a Figura 20.

Figura 20 - Espaços para cadeirantes.



Fonte: NBR 9050/2004.

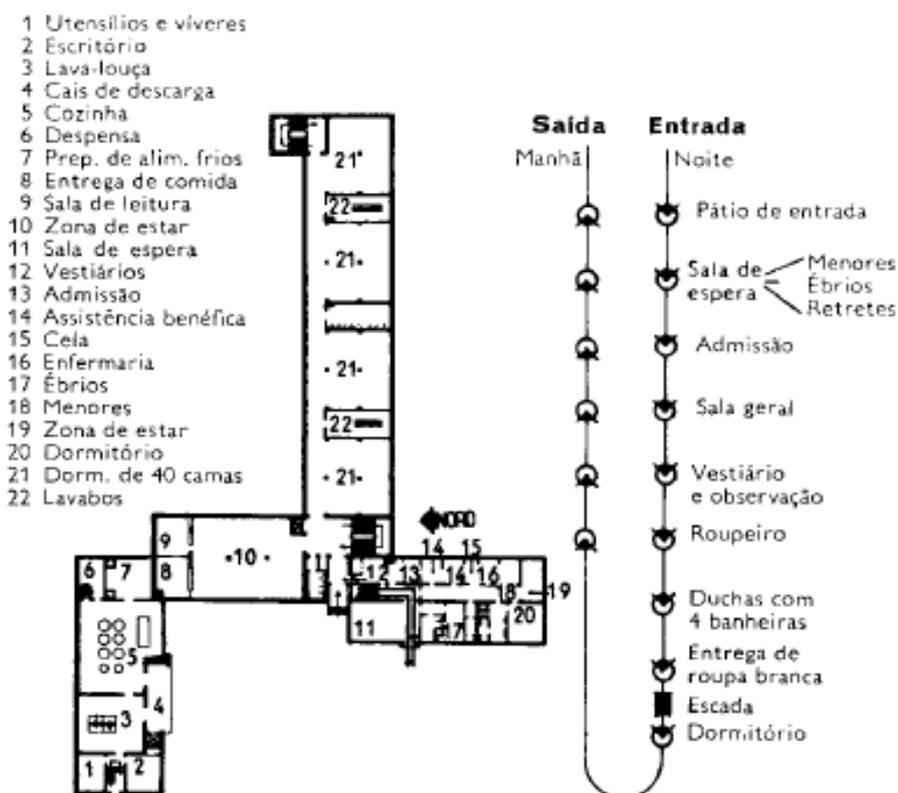
### 3.2.5 Neufert – Arte de Projetar em Arquitetura

O manual Arte de Projetar em Arquitetura, do escritor Ernest Neufert, abrange todos os dimensionamentos de equipamentos, espaços e ambientes necessários para o bom

funcionamento do espaço interno e externo dentro de um projeto de arquitetura. Reúne de forma sistemática os fundamentos, as normas e as receitas sobre ambientes, edifícios, exigências programáticas, relações espaciais, dimensões de edificações, locais, habitações e utensílios, sempre tendo o ser humano como medida e objetivo.

No manual, é descrito brevemente sobre albergues na Alemanha, voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade, nos quais eles podem pernoitar por até 5 vezes ao mês, precisando entregar suas roupas, passar por exame médico e tomar banho. Após essas etapas, os abrigados recebem um pijama e podem adentrar ou não na instituição. Os alojamentos ficam em volta de um pátio no qual, ao centro, encontram-se os banheiros. A administração fica junto à entrada principal, conforme visto em planta detalhada na e, ao lado, consta um esquema de funcionamento do albergue.

Figura 21 - Esquema de funcionamento de um albergue alemão.



Fonte: Neufert (1976).

4

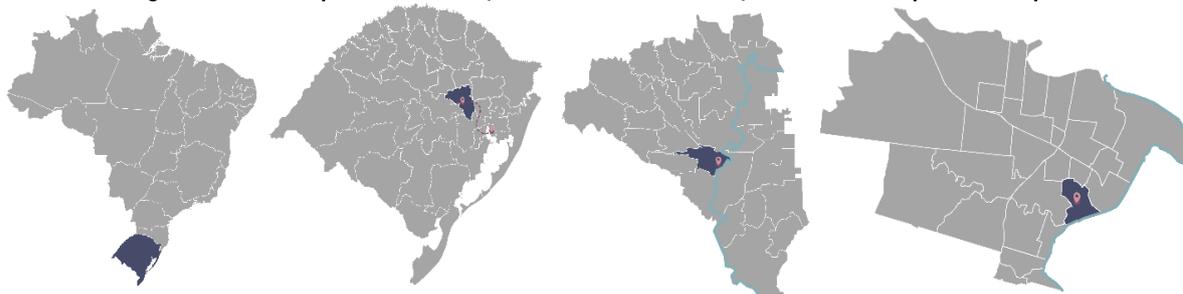
## 4 O TERRENO

O tema e programa anteriormente desenvolvidos estão diretamente ligados à escolha da área de intervenção da proposta. Assim, neste capítulo, serão apresentados os aspectos relativos ao terreno, abordando as concepções em macro e micro escala, partindo de análise da cidade, bairro e entorno imediato, além das particularidades do lote escolhido. A pesquisa destina-se ainda a questões morfológicas, de legislação, infraestrutura e justificativa de escolha do lote.

### 4.1 A cidade e o bairro Centro

O terreno escolhido para a execução da proposta encontra-se na cidade de Lajeado, no bairro Centro. O município se localiza no Vale do Taquari, importante polo de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Está em uma localização privilegiada, pois encontra-se a apenas 113 km da capital Porto Alegre. Entre as 36 cidades que formam o Vale do Taquari, é considerada a maior em população, essa estimada, pelo censo do IBGE de 2019, em 84.014 habitantes, possuindo densidade demográfica de 917,3 hab./km<sup>2</sup>, em uma área de 91.591 km<sup>2</sup>. Possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) marcado em 0,778, considerando-se a 16<sup>a</sup> cidade com melhor qualidade de vida do Estado.

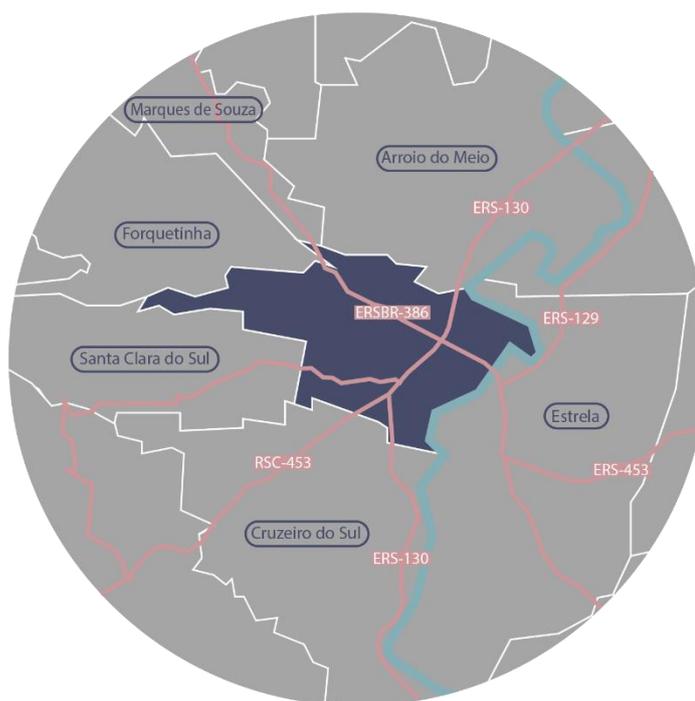
Figura 22 - Mapas do Brasil, Rio Grande do Sul, Vale do Taquari e Lajeado



Fonte: Snazzy maps com edições em Photoshop pela autora (2020).

O território faz divisa com outras cidades do Vale do Taquari, como Arroio do Meio, Forquetinha, Marques de Souza, Santa Clara, Cruzeiro do Sul e Estrela, todas pertencentes ao Vale do Taquari. Seus acessos são marcados por duas rodovias, a ERS-130 e a ERSBR-386, representada na Figura 23. A ERSBR-386 permite a chegada de Porto Alegre e região ao município, assim como o restante do centro do Estado. A ERS-130, permite os acessos das regiões do Vale do Rio Pardo e demais cidades do Vale do Taquari.

Figura 23 - Mapa de acessos e cidades vizinhas



Fonte: Autora (2020).

De acordo com o ranking da FIRJAN, que abrange as cidades mais desenvolvidas do Brasil, Lajeado ocupa a 13ª posição, sendo a primeira do Estado. É apontada também como a sétima melhor cidade para se viver durante a vida idosa, ocupando os primeiros postos dentro os municípios gaúchos, de acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. A cidade também possui selo de “Cidade Livre do Analfabetismo”, concedido pelo Ministério da Educação, por possuir uma taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de apenas 2,69%.

As principais atividades econômicas do município, de acordo com dados obtidos no site da Prefeitura de Lajeado, são voltadas à indústria alimentícia, sendo conhecida como “capital do Vale do Taquari” justamente por sua importância socioeconômica no mesmo. É cidade polo da alimentação, contando com grandes empresas, como Brasil Foods, Minuano, Docile Alimentos, Florestal Alimentos, Granja Cageri, Fruki e Sorvebom. Também é conhecida por possuir uma

distribuidora de combustíveis em nível estadual, a Charrua, e uma universidade, a Universidade do Vale do Taquari.

Lajeado é composta por 27 bairros, cada um com suas características. Os bairros São Cristóvão, Universitário e Conventos são aqueles que mais vem demonstrado crescimento nos últimos anos, com investimentos de empresas privadas e valorização imobiliária devido a Univates. No entanto, é no bairro Centro que se desenvolvem as principais atividades comerciais e serviços da cidade, o que oferece vitalidade a vida diurna do município. Hoje, conforme o censo do IBGE de 2010, o bairro Centro conta com uma população de cerca de sete mil pessoas. O uso é predominantemente comercial e de prestação de serviços, com uma população heterogênea e flutuante, devido à alta concentração de imigrantes. As vias que mais agregam movimento são a Avenida Benjamin Constant e Rua Júlio de Castilhos devido à grande oferta de lojas comerciais e serviço. É neste bairro também que se encontram as principais escolas do município, assim como as principais ofertas de lazer e equipamentos públicos.

Figura 24 - Mapa de vias do bairro Centro.



Fonte: Google Earth com edições da autora (2020).

## 4.2 Apresentação do terreno

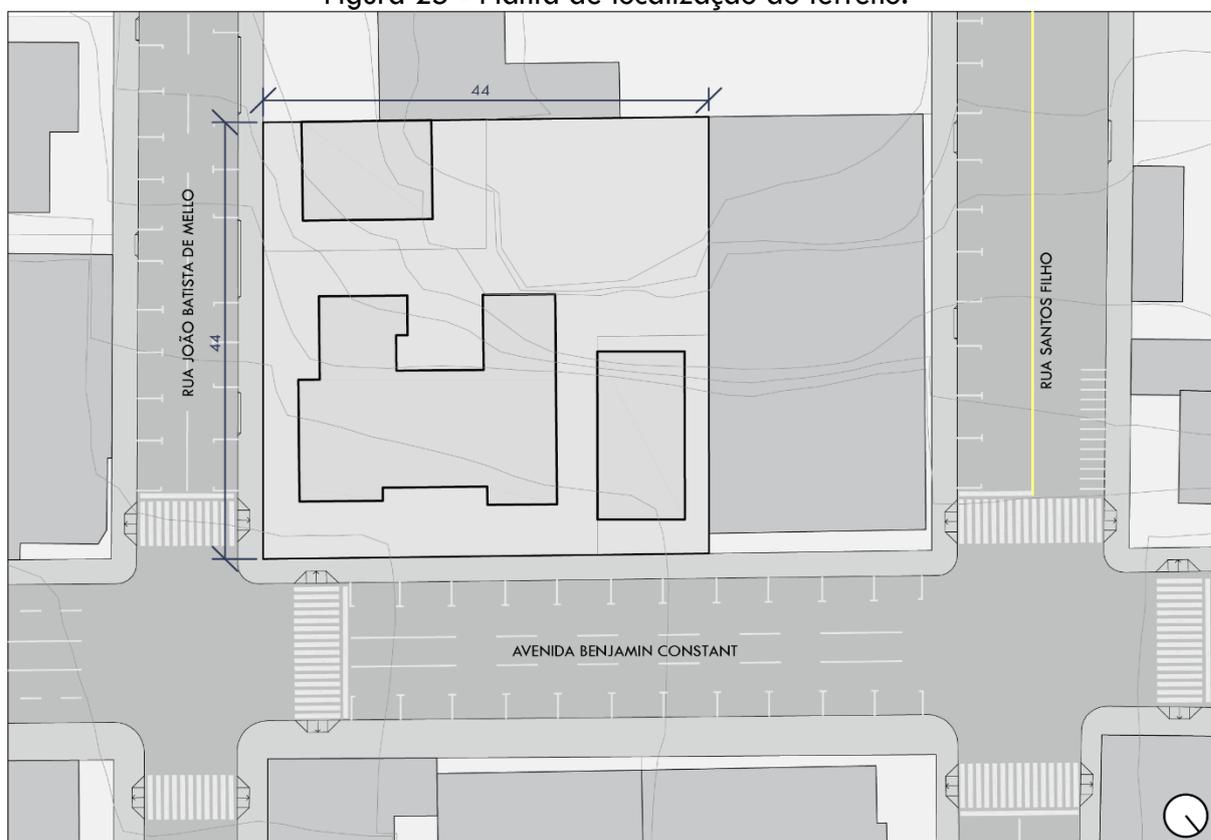
A área utilizada para a construção da proposta do CAR, situa-se na esquina entre a Rua João Batista de Mello e Avenida Benjamin Constant, no bairro Centro da cidade de Lajeado. O terreno é formado pela junção de três lotes, cadastrados na prefeitura de Lajeado

como 472, 478 e 488, resultando em uma área de 1.936 m<sup>2</sup>. Ambos os lotes possuem uma pré-existência, no entanto, apenas a do lote 478 será considerada devido ao seu valor arquitetônico atemporal e modernista. As imagens referentes ao terreno podem ser observadas na Figura 28.

A edificação do lote 488 trata-se de uma casa de uso misto, com dois pavimentos, sendo o primeiro destinado ao uso comercial e o subsolo a uso residencial. O terreno possui uma área de 287,10 m<sup>2</sup> e atualmente essa casa encontra-se bastante deteriorada devido a reformas que nunca foram terminadas e por causa as cheias, pois fica parcialmente submersa quando ocorrem enchentes.

No lote 472, a edificação é atualmente uma casa reformada para ser uma clínica médica. Anteriormente, funcionava como uma loja de revestimentos e, antes disso, era uma residência familiar. O terreno possui uma área de 245 m<sup>2</sup>. Apesar desta edificação estar em uso e parcialmente reformada, visto que o subsolo dela está abandonado, não se enxergou a necessidade de ela permanecer na proposta, já que ela ficaria isolada no meio de duas edificações devido a sua baixa altura.

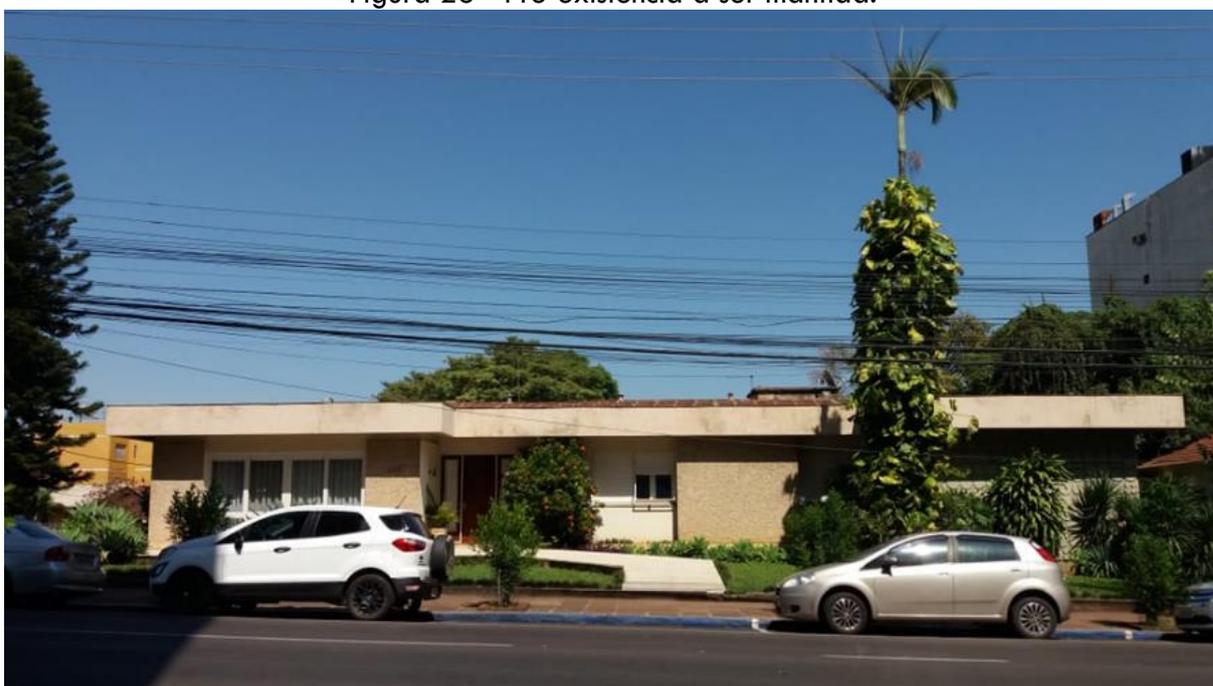
Figura 25 - Planta de localização do terreno.



Fonte: Arquivo DWG Prefeitura de Lajeado com modificações da autora (2020).

A pré-existência do lote 478 trata-se de uma residência familiar. Possui dois pavimentos, sendo, o primeiro deles, de uso privativo da família proprietária e, o subsolo, está sendo utilizada como aluguel para duas famílias. No total, são 670,9 m<sup>2</sup> de área construída em um lote de 1.403,90 m<sup>2</sup>.

Figura 26 - Pré-existência a ser mantida.



Fonte: Augusto Alves (2020).

Figura 27 – Mapa do levantamento fotográfico.



Fonte: Snazzy Maps com modificações da autora (2020).

Figura 28 – Levantamento fotográfico do terreno.



Fonte: Autora (2020).

O terreno possui acesso por meio da Rua Júlio de Castilhos, Rua Santos Filho e Rua João Abott, as quais, a partir delas, é possível chegar até o terreno por meio da Avenida Benjamin Constant ou Rua João Batista de Mello.

#### 4.2.1 A pré-existência

A residência do lote classificado como 478 pela Prefeitura de Lajeado, a ser mantida para a proposta do Centro de Acolhimento Resignificar, foi construída em meados dos anos 70 a pedido de Antônio Pretto Neto, proprietário do terreno. Seu projeto de construção iniciou-se ainda na década de 60 pelas mãos do arquiteto e urbanista porto alegreense Luiz Gaertner, atualmente falecido, sendo a construção finalizada apenas em dezembro de 1975.

Antônio Pretto Neto era morador da cidade de Lajeado desde a década de 1950, quando se mudou da cidade de Putinga, com sua esposa e filhos, para abrir uma filial do negócio da família no município, com seus irmãos de sócios. A família era dona de moinhos e não demorou para que os negócios comesçassem a crescer na nova cidade, permitindo que a família adquirisse muitos terrenos e abrisse outros empreendimentos em outros locais, como Porto Alegre, por exemplo, tornando-se uma família muito conhecida em Lajeado na época. Antônio era casado com Isolda de Mari Pretto e com ela teve sete filhos, sendo três meninas e quatro meninos.

No início, moravam em outro residência, com dois pavimentos e acesso a cobertura, a qual ainda existe até hoje na cidade, em frente ao antigo cinema da Avenida Benjamin Constant, mas, após a descoberta de uma grave doença no coração de Antônio, precisou-se adquirir um novo local para moradia, visto que, por recomendações médicas, era para ser evitado exercícios físicos, entre eles, subir escadas. Foi quando Luiz Gaertner foi procurado para projetar o novo lar da família.

O projeto da residência inicialmente possuía 554,76 m<sup>2</sup>, com proposta de uma caldeira, para aquecimento da casa, e adega no subsolo. No entanto, por praticidade, foi optado por construir outros ambientes no subsolo, uma espécie de segundo casa, visto que os filhos já eram adultos, resultando em uma área total de 670,90 m<sup>2</sup>. Além disso, Antônio havia começado a construir a residência ainda nos anos 60 com dinheiro próprio, mas, com os gastos aumentando exponencialmente na construção, necessitou recorrer ao banco para um empréstimo, dessa forma, o projeto da caldeira, que tinha se mantido, acabou por ficar incompleto e também levou a obra a ficar parada por alguns anos. A dimensão do terreno também era diferente da atual: os lotes 488 e 472 são resultado do desmembramento do lote 478 atual. Esses, foram vendidos para os irmãos de Antônio construírem suas casas.

Figura 29 - Construção da residência.



Fonte: Acervo da família Preto.

Figura 30 - Construção da residência, vista da fachada principal.

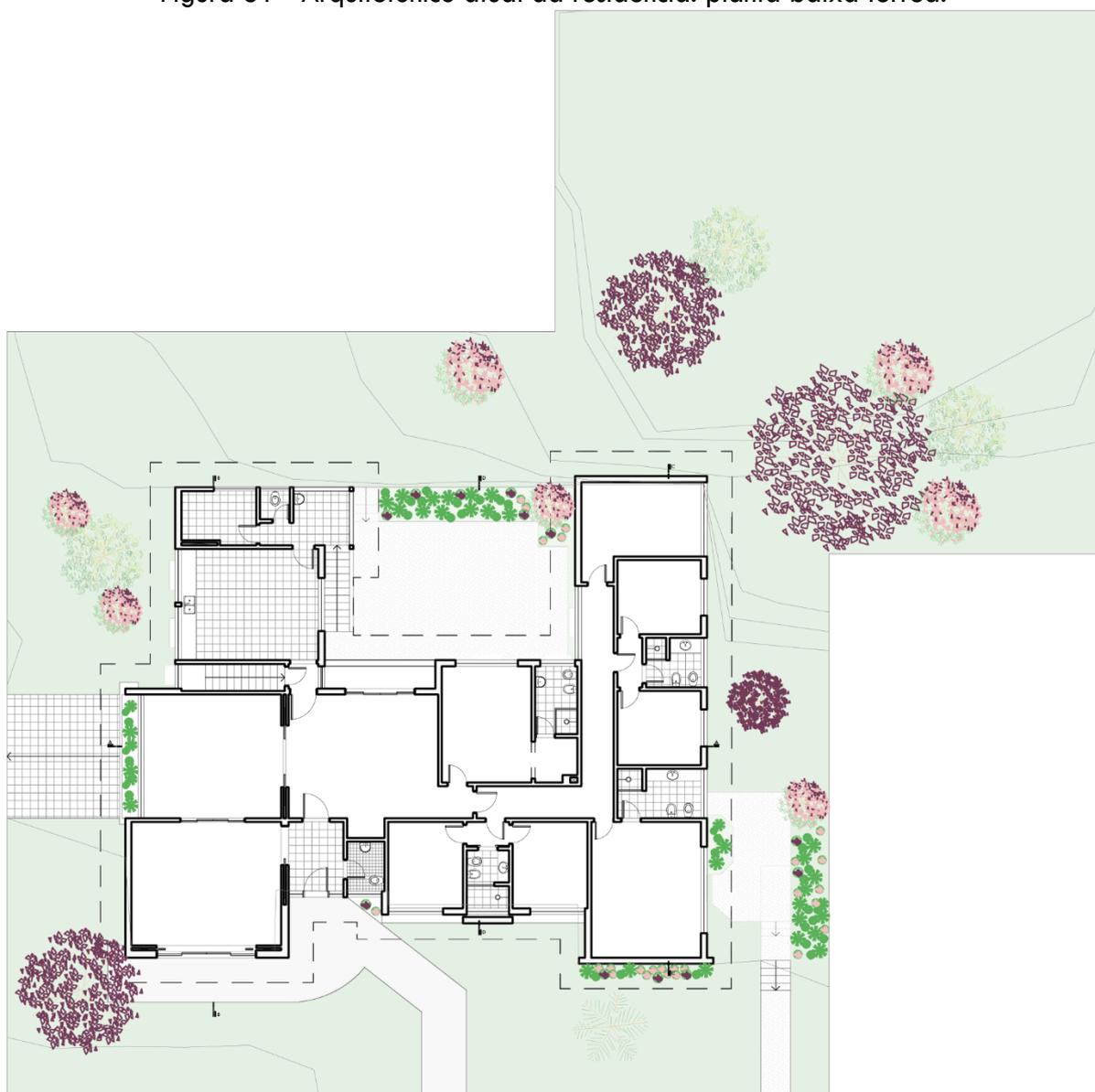


Fonte: Acervo da família Preto.

Atualmente, a residência se mantém, apesar de muita especulação imobiliária acima do terreno. É conhecida, por alguns, como uma das únicas residências sem cercamento na cidade. Isolda, mesmo depois de viúva, após Antônio falecer de uma parada cardíaca subindo as

escadas do seu escritório em Porto Alegre, permanece a residir no local, junto de seus dois filhos mais velhos, José e Santina, que são os responsáveis por cuidar e zelar pelo bem estar da mãe. O subsolo, transformado em duas moradias após alguns anos, principalmente depois da tentativa de transformar o local como uma pequena fábrica de calçados artesanais, passou a ser alugado para outras pessoas como uma fonte de renda para a família. A primeira peça, com um *layout* de um apartamento JK e a segunda, de uma casa completa, é alugado para duas famílias, sendo uma delas imigrante do Haiti.

Figura 31 - Arquitetônico atual da residência: planta baixa térrea.

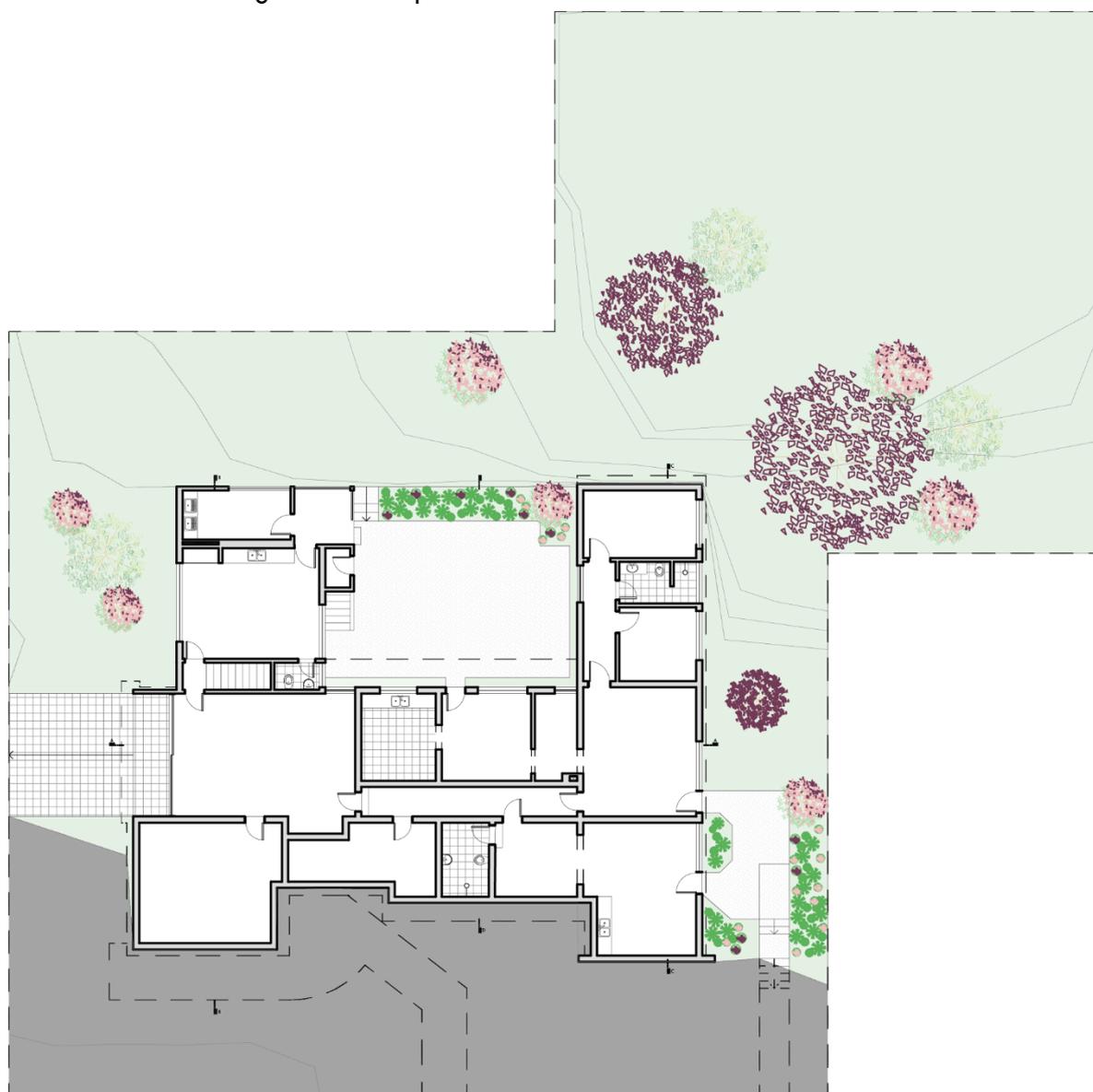


PLANTA BAIXA TÉRREA  
SEM ESCALA

Fonte: Acervo pessoal.

A casa possui no total, no primeiro pavimento, seis quartos, sendo um deles, de hóspedes, uma biblioteca, cinco banheiros com chuveiro e dois lavabos, uma sala de jantar, duas salas de estar, cozinha e despensa. No subsolo, encontra-se a garagem, dois depósitos – um deles seria o espaço destinado a caldeira – a churrasqueira com espaço para uma mesa de vinte pessoas, a lavanderia e um outro lavabo. As partes que são alugadas são compostas por um banheiro e um espaço estilo JK com cozinha e sala integrada, e, a segunda parte, com dois dormitórios, um banheiro, duas salas de estar, uma lavanderia e uma cozinha. É no subsolo que se acessa a área do pátio interno da residência.

Figura 32 - Arquitetônico atual da residência: subsolo.

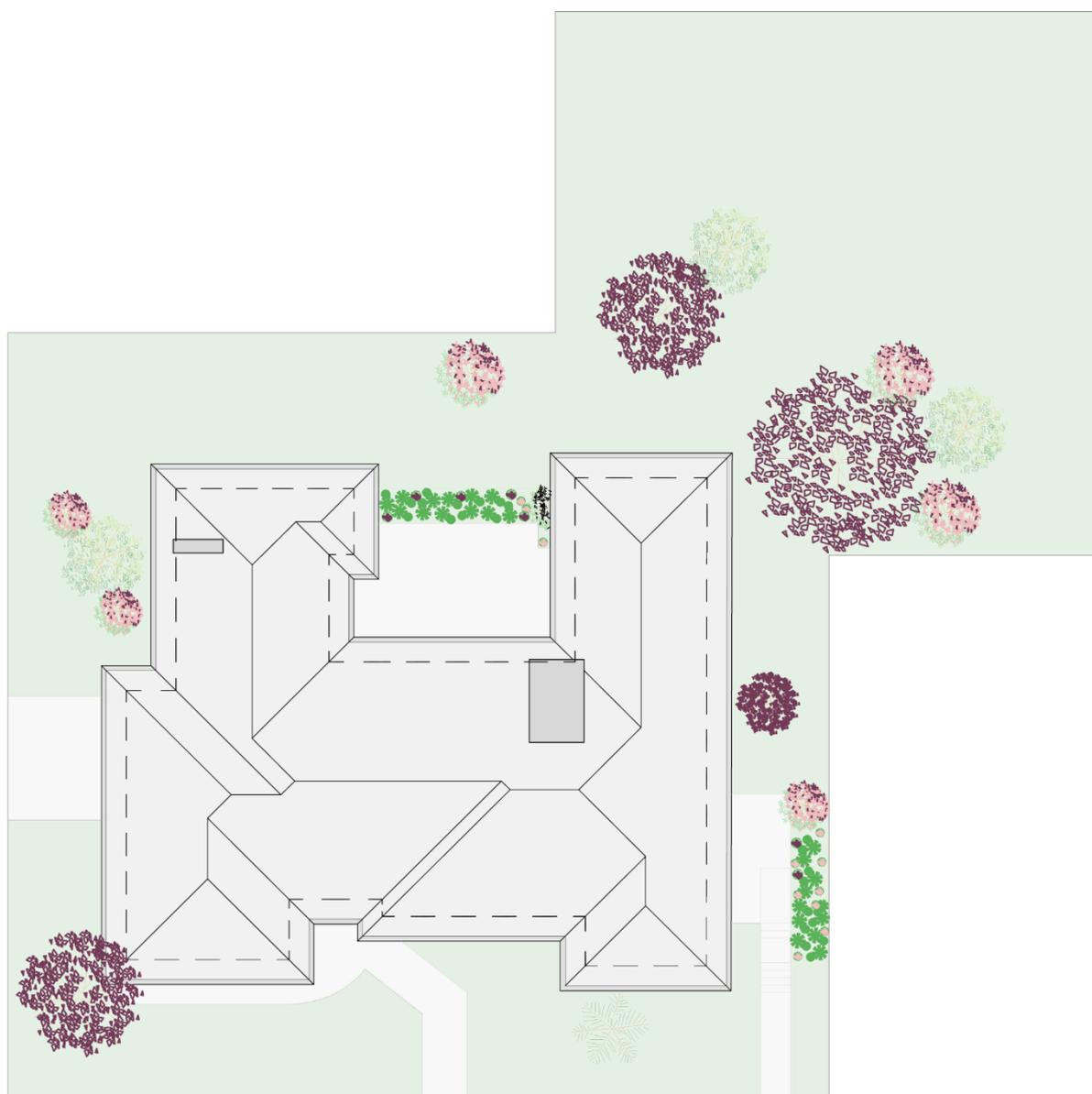


PLANTA BAIXA SUBSOLO  
SEM ESCALA

Fonte: Acervo pessoal.

A residência, apesar de ser ainda ocupada, apresenta algumas deteriorações, principalmente em relação a cobertura, que precisará ser trocada. As telhas de zinco são velhas e, devido à falta de manutenção ao longo dos anos, encontram-se enferrujadas e com algumas danificações causadas por chuva de granizo. Dessa forma, há alguns locais dentro da casa que apresentam goteiras e infiltrações, inclusive mofo. As instalações de água também necessitam de certa atenção, pois os canos são de cobre, algo não indicado nos dias atuais.

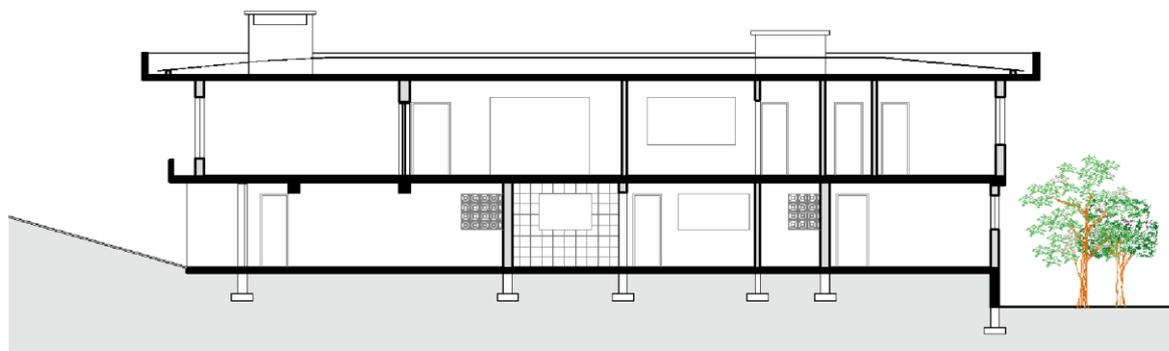
Figura 33 - Arquitetônico atual da residência: planta de cobertura.



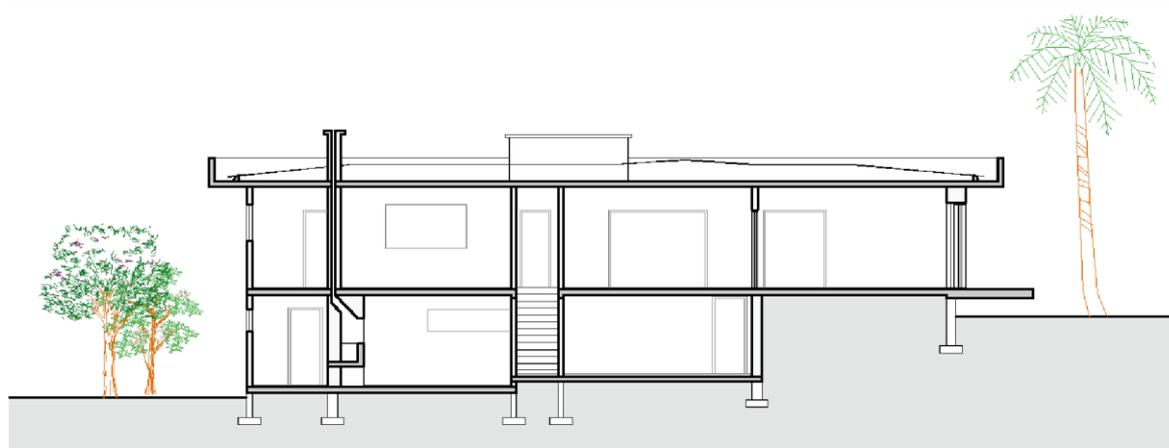
COBERTURA  
SEM ESCALA

Fonte: Acervo pessoal.

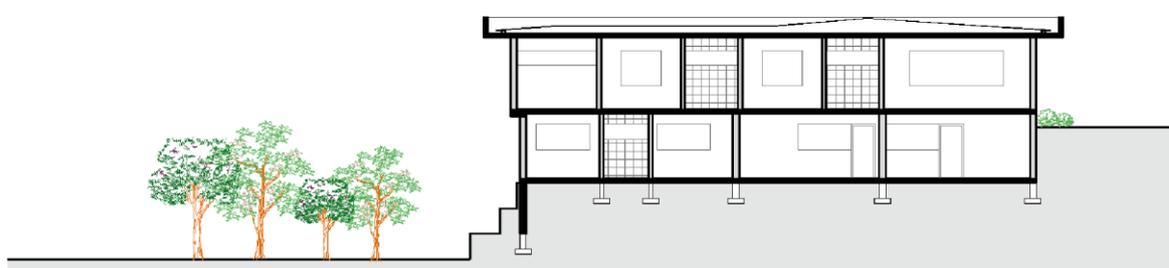
Figura 34 - Arquitetônico atual da residência: cortes.



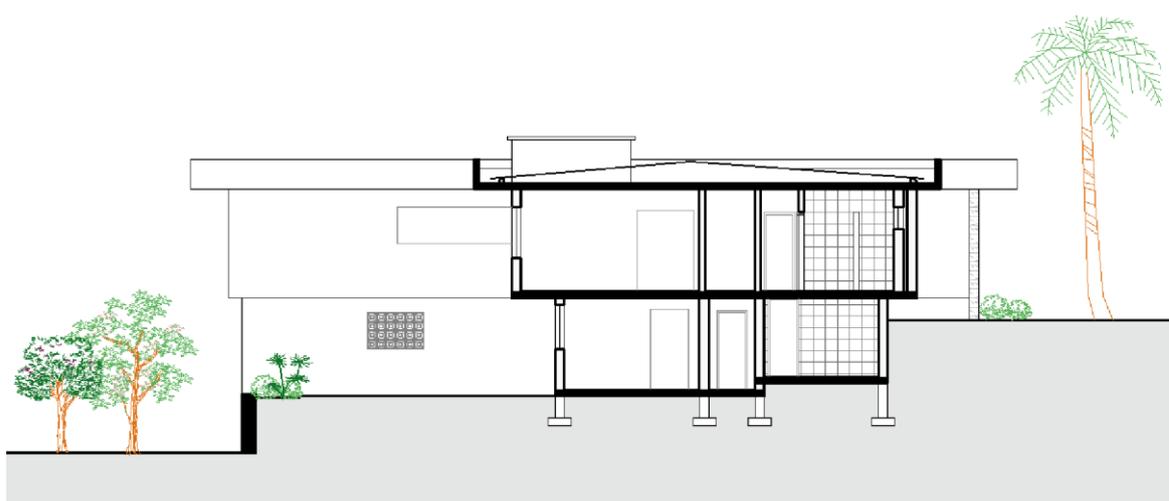
CORTE AA  
SEM ESCALA



CORTE BB  
SEM ESCALA



CORTE CC  
SEM ESCALA



CORTE DD  
SEM ESCALA

Fonte: Acervo pessoal.

Antônio e Isolda são os bisavós da autora do presente trabalho. Dessa forma, além do valor arquitetônico modernista da residência, há também um valor e sentimento patrimonial familiar envolvido ao utilizar essa edificação para a proposta.

#### 4.2.2 Microclima

A cidade de Lajeado possui um clima temperado com temperaturas variando regularmente ao longo do ano, com as quatro estações bem definidas. Segundo dados obtidos pelo Núcleo de Informações Hidrometeorológicas da Univates, as temperaturas médias mensais mínimas ocorrem no mês de julho, enquanto as médias máximas acontecem no mês de janeiro, com média anual de 20,3°C. Em relação a precipitação, pode-se determinar que é bem distribuída ao longo do ano, com média anual provisória de precipitação de 1.781,6mm. Os ventos no município são soprados predominantemente na direção norte-nordeste (NNE).

As edificações adjacentes ao terreno, por possuírem uma alta altura, oferecem riscos quanto a insolação e a presença de ventos. Atualmente, a implantação das edificações favorecem um maior aproveitamento da orientação leste e sul, no entanto, a zona é extremamente árida por se encontrar no centro da cidade. A presença de algumas árvores no passeio favorecem o conforto térmico e auxiliam na proteção de incidência solar.

Figura 35 – Microclima.



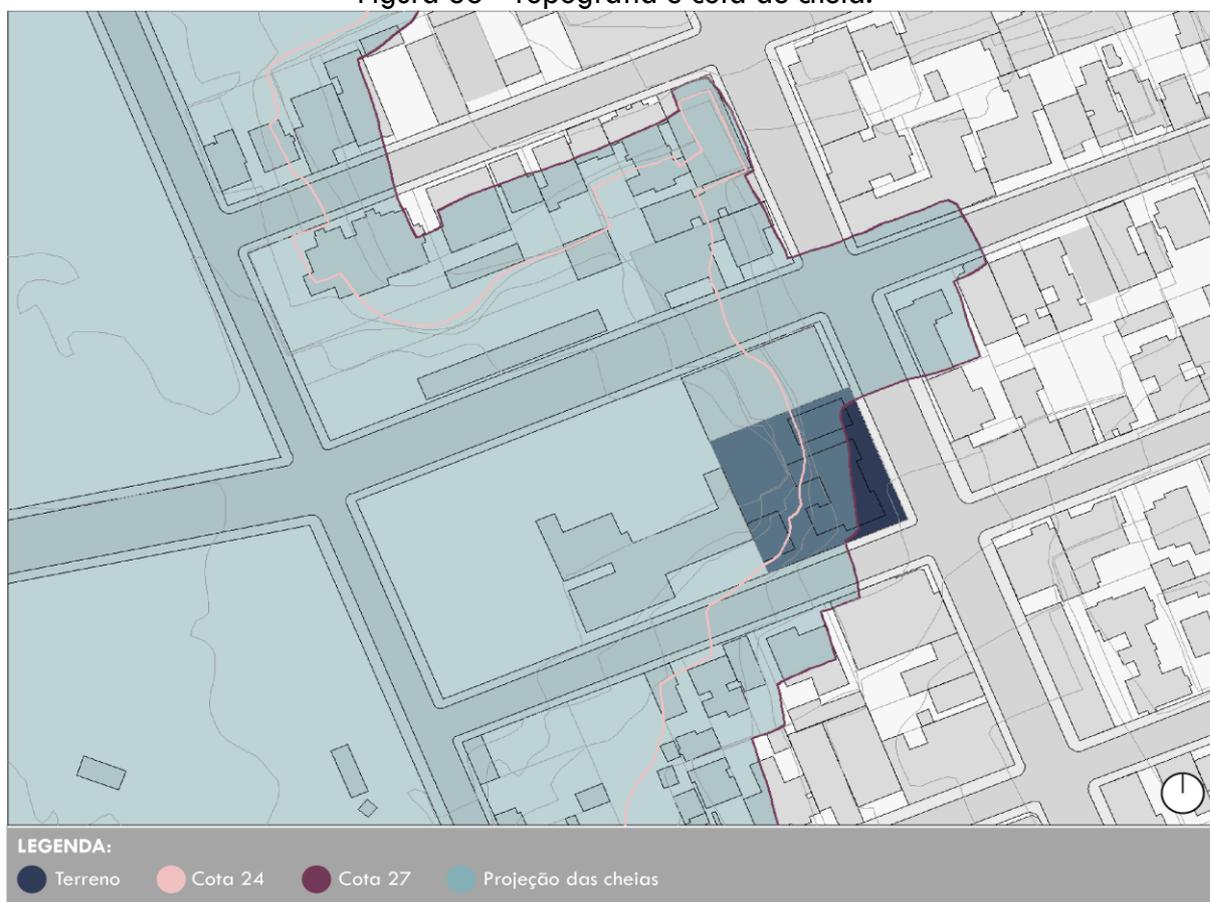
Fonte: Arquivo DWG Prefeitura de Lajeado com modificações da autora (2020).

No que diz respeito à poluição sonora, percebe-se ruídos nas duas extremidades do lote, apesar da Rua João Batista de Mello ser mais tranquila se comparada a Avenida Benjamin Constant, que possui constante movimentação de veículos e pedestres.

#### 4.2.3 Topografia e cota de cheia

O terreno adotado para a implantação do complexo do CAR, apresenta uma topografia bastante presente e considerável, uma vez que se apresenta na subida de um morro levemente inclinado. Os lotes em questão possuem oito metros de desnível, sendo considerado um local de área de cheia. Dessa forma, será necessário um cuidado especial para tratar esta questão, propondo um aterro, para subir um pouco o nível do terreno, e fazer o térreo em pilotis, visto que o Código de Edificações de Lajeado não permite construir área útil abaixo da cota 24. Esses maiores desníveis encontram-se em relação a Rua João Batista de Mello, fundos do terreno com a Delegacia de Polícia.

Figura 36 - Topografia e cota de cheia.



Fonte: Arquivo DWG Prefeitura de Lajeado com modificações da autora (2020).

#### 4.2.4 Relação com o entorno imediato

O entorno imediato da área de intervenção encontra-se bastante consolidado, com usos bem distintos. Na Figura 37, é possível perceber a variedade de equipamentos e edificações que se localizam próximo ao terreno. Também se percebe que diversos equipamentos e instituições de importância para a cidade encontram-se próximos ao local, como a Delegacia de Polícia, por exemplo, que se encontra ao lado do terreno, ou o Hospital Bruno Born, que se localiza a poucas quadras do lote. Equipamentos públicos, como a Prefeitura de Lajeado e o Posto de Saúde do Centro, também se encontram a apenas algumas quadras.

Figura 37 - Entorno imediato



Fonte: Google Earth, com edições pela autora (2020).

Quanto aos usos, a Figura 38 demonstra a predominância deles. Percebe-se que o uso comercial e misto é predominante ao longo da Avenida Benjamin Constant, podendo ser facilmente considerada como a via de maior importância ao projeto. A Rua João Batista de Mello se caracteriza por ser uma rua de menor movimentação, com equipamentos públicos e comércios de baixo impacto.

Figura 38 - Usos do entorno imediato



Fonte: Arquivo DWG Prefeitura de Lajeado com modificações da autora (2020).

Figura 39 - Imagens do entorno imediato ao terreno.



Fonte: Acervo pessoal.

As alturas das edificações imediatas ao CAR são de caráter mais alto, acima de seis pavimentos, como poder ser visto na Figura 40. Nessas edificações altas, se concentram edifícios de uso misto, de caráter residencial e comercial. A característica do bairro em possuir prédios altos decorre da alta especulação imobiliária da área, devido ser o Centro da cidade.

Figura 40 - Alturas do entorno imediato



Fonte: Arquivo DWG Prefeitura de Lajeado com modificações da autora (2020).

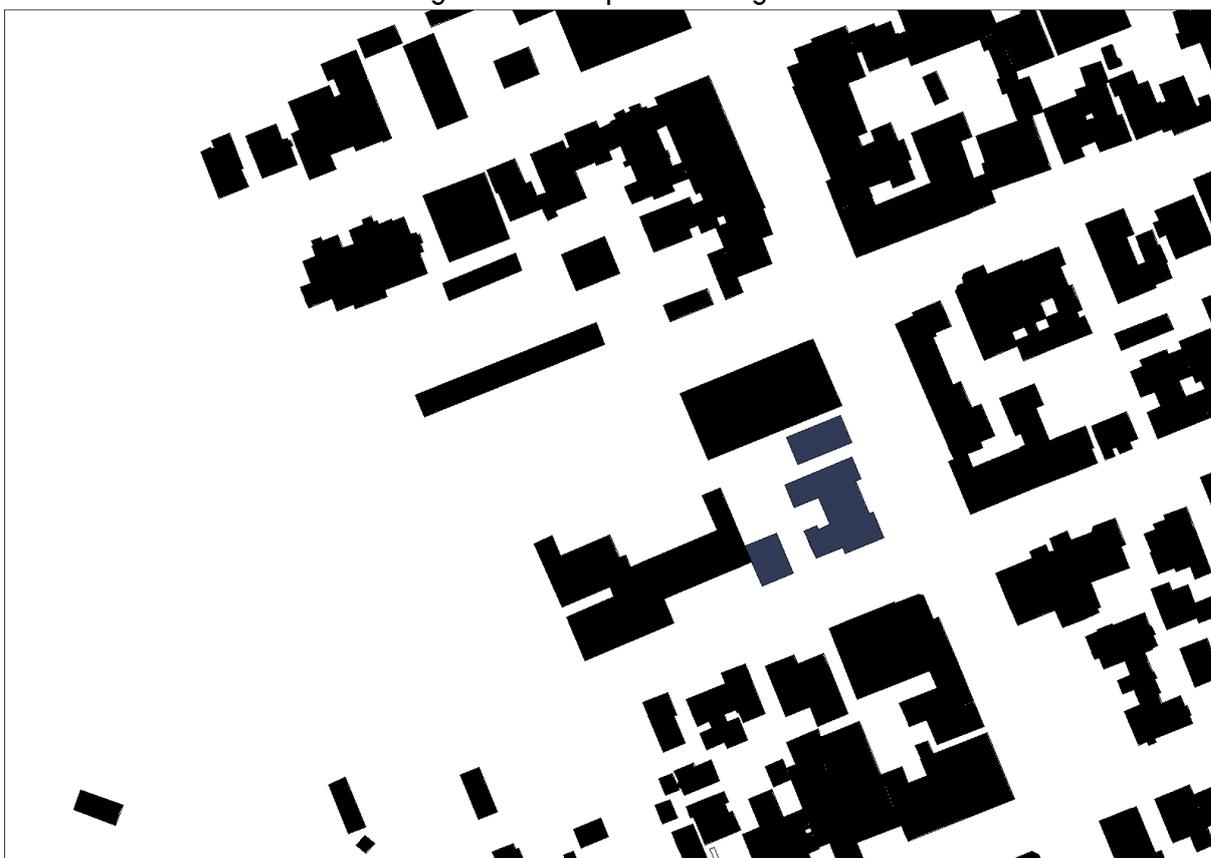
Figura 41 - Imagens do entorno imediato ao terreno.



Fonte: Acervo pessoal.

O terreno está inserido em uma malha consolidada e bem densificada, como dito anteriormente, em termos de ocupação de lotes. Nesta região, dificilmente encontra-se um terreno desocupado ou portador de alguma edificação abandonada, no entanto, o bairro Centro se caracteriza por concentrar o maior número de parques e praças. Analisando o mapa fundo-figura, na Figura 42, percebe-se a dispersão desses espaços que acabam por se relacionar aos lotes de serviços públicos, gerando alguns espaços vazios no mapa bastante consideráveis. No entanto, podem ser justificados devido ao fato de ser uma região alagável da cidade.

Figura 42 - Mapa fundo-figura.



Fonte: Arquivo DWG Prefeitura de Lajeado com modificações da autora (2020).

#### 4.3 Condicionantes legais do terreno

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da cidade de Lajeado, instituído pela Lei Municipal 7.650/2006, em 10 de outubro de 2006, o terreno localiza-se na Quadra 7, Setor 2, na zona de Polo de Comércio e Serviços, classificados na UTP 07. Os

terrenos em questão são de caráter privado e seus índices urbanísticos podem ser observados na

Tabela 10 abaixo:

Tabela 10 - Condicionantes Legais do terreno

UTP 07 PCS	AT 07	IA 07	TO 03	H 06	RC 05
	6	6 OBS.: As áreas inundáveis terão os seus respectivos índices reduzidos para 2/3 do seu valor.	Sem recuo = 2/3; Sem recuo de frente, mas com recuo lateral desde o térreo de 1,5m = 3/4; Com recuo mínimo de 2m = 3/4; Recuo de 2m de frente e com recuo lateral desde o térreo de 1,5m = 4/5; Recuo mínimo de 4m = 4/5	Altura livre, mas para construções no recuo de fundos, a altura máxima será de 5m, inclusive o telhado.	4m. OBS.: Terrenos de esquina terão de prever mais um recuo de ajardinamento de 1,5m.
As atividades (AT) permitidas na UTP 7 são: - Habitação unifamiliar / habitação coletiva - Comércio, serviços e indústria de baixo e médio impacto vinculado à habitação; - Comércio varejista; - Comércio atacadista e depósitos; - Serviços profissionais vinculados à habitação; - Serviços de reparação e conservação - oficinas; - Serviços pessoais; - Serviços domiciliares;			- Serviços de diversão; - Serviços de lazer e cultura, comunitários e sociais; - Serviços de transportes; - Serviços profissionais e técnicos; - Serviços de comunicação; - Serviços bancários; - Serviços auxiliares; - Serviços públicos; - Indústria de produtos alimentares; - Indústria de baixo impacto.		

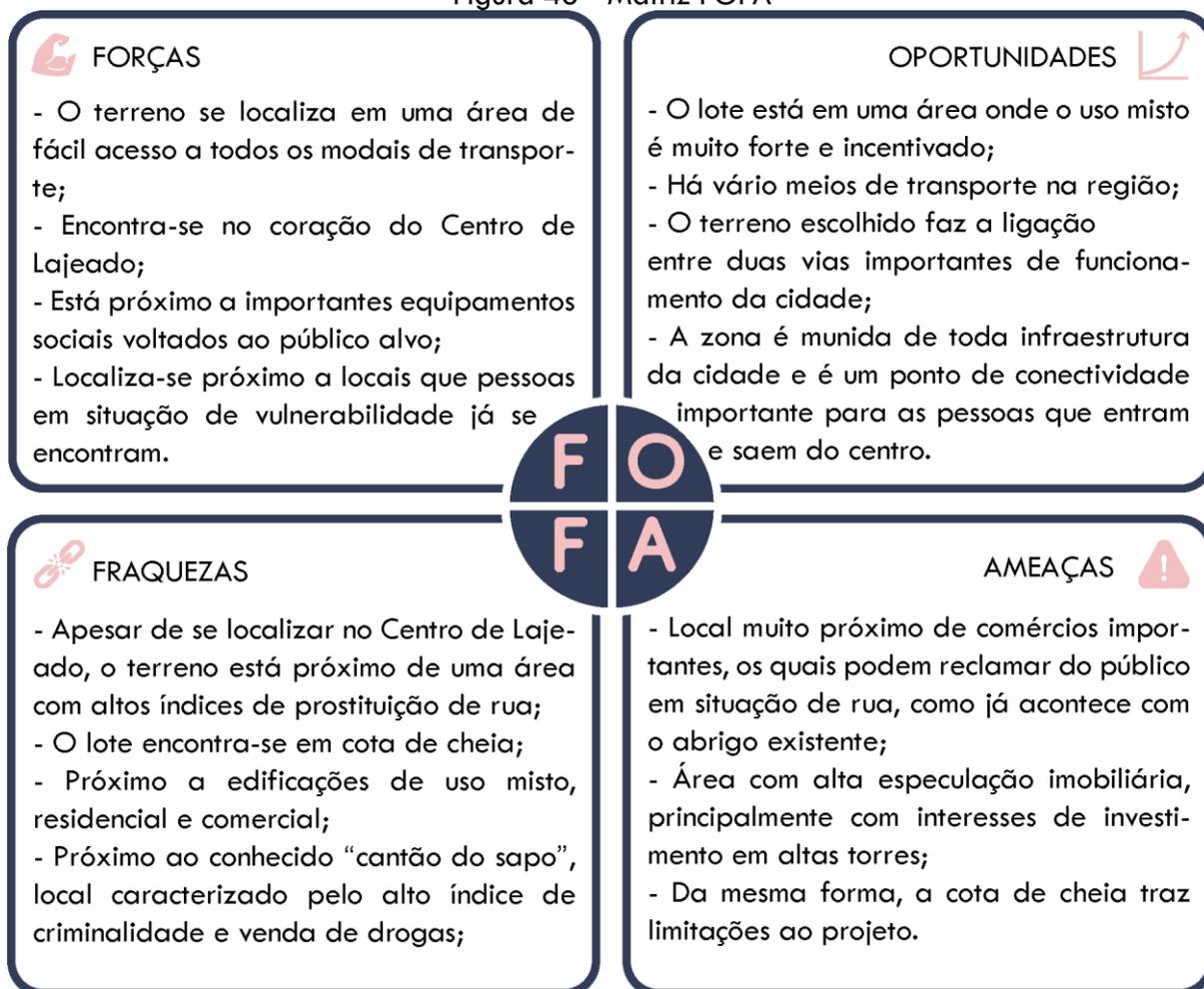
Fonte: Autora com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado (2020).

#### 4.4 Potencialidades e limitações da área

Utiliza-se como base de análise de potencialidades e limitações da área o método chamado FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Também conhecida como Matriz SWOT, dentro da Gestão do Desempenho Empresarial, é uma das ferramentas mais simples e, ao mesmo tempo, mais úteis que uma empresa, ou pessoa física, tem ao seu dispor para entender o ambiente em que está inserida e criar a base de informações necessárias para planejar seu futuro. A Matriz avalia alguma empresa ou empreendimento olhando para suas forças e fraquezas e levando em consideração os fatores internos e externos à organização. Sua finalidade é detectar os pontos fortes e fracos, com o objetivo de tornar algo mais eficiente, corrigindo assim as deficiências e obtendo o diagnóstico do projeto.

Observando a área de intervenção em lote de esquina localizado no bairro Centro de Lajeado, chega-se as seguintes conclusões:

Figura 43 - Matriz FOFA



Fonte: Autora (2020).

#### 4.5 Justificativa do local de implantação

A definição do terreno partiu da estratégia de projetar um centro de acolhimento o mais próximo possível de áreas onde pessoas em situação de vulnerabilidade social se encontram. Desta forma, escolher um terreno no bairro centro tornou-se um elemento chave para o desenvolvimento da proposta.

Um dos aspectos que fazem com que pessoas em situação de rua não recorram aos abrigos é o fato do local encontrar-se longe dos locais que ele costuma frequentar. Isto, somado a regra rigorosa de horários de entrada e saída, o afasta dos serviços de assistência social. Da mesma forma, imigrantes e refugiados procuram residir no bairro Centro ou Moinhos, devido ao fato de seus locais de trabalho concentrar-se nessas proximidades e possuir linhas de ônibus de fácil acesso ou, até mesmo, locomoção a pé de forma facilitada.



Assim, analisando estes termos pré-estabelecidos no contexto de escolha, o terreno tornou-se chave, visto que o local é acessível de inúmeras formas, como por exemplo, ao fato de possuir linhas de ônibus que passam em frente ao terreno, na Avenida Benjamin Constant.

Além disso, é próximo a equipamentos essenciais a essa parcela da população, como Hospital Bruno Born, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Delegacia de Polícia, Posto de Saúde e ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), sendo facilmente encontrados em rotas a pé. Outro ponto positivo a se salientar, é que o terreno é próximo ao parque público da cidade, o Parque Professor Theobaldo Dick, e as praças, como a praça da Matriz e a Praça Gaspar Silveira Martins, locais onde frequentemente se encontram pessoas em situação de rua.

Assim sendo, buscou-se um terreno próximo aos principais serviços públicos, de fácil deslocamento e próximo aos locais de preferência de permanência dos usuários. Apesar de ser considerado um ponto comercial e nobre na cidade, o local é caracterizado como ideal para a proposta pela coordenadora do Abrigo São Chico devido a todas as características já citadas acima. Não obstante, a pré-existência ganha um novo uso, valorizando sua edificação de grande valor arquitetônico modernista, a qual, devido a se encontrar em um local de alta especulação imobiliária, corre riscos de ser demolida para construção de alguma torre comercial ou de uso misto.

5

## 5 REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS

O quinto e último capítulo do presente trabalho, traz a descrição e análise de referenciais arquitetônicos e referenciais tipológicos, como modelo, que servirão de base e aprendizagem para o projeto arquitetônico a ser desenvolvido na etapa seguinte.

Os referenciais arquitetônicos servirão como modelo de estudo para implantação da proposta do tema escolhido, analisando como foi aplicado o conceito e o programa de necessidades, além do uso da forma e proposta de implantação a fim de aprofundar os conhecimentos e compreender melhor a realidade de funcionamento de abrigos destinados a essa parcela da população escolhida para ser atendida na proposta. Já os referenciais tipológicos, sendo ligados ou não a proposta, servirão como modelo para estudo de partido do projeto e bem como exemplos de propostas a serem utilizadas. Cada um deles será identificado conforme análises das obras.

### 5.1.1 *Shelter Home for the Homeless*

O abrigo *Shelter Home for the Homeless*, localizado na Espanha, com 995 m<sup>2</sup>, foi desenvolvido pelo arquiteto Javier Larraz no ano de 2010, de acordo com informações obtidas em artigo do Archdaily, uma plataforma virtual de materiais e artigos de arquitetura. O *Shelter Home* é um abrigo para pessoas em situação de rua que oferece, além das necessidades básicas de todo ser humano, acolhimento e alimentação, oportunidade de uma melhor qualidade de vida a um grupo socialmente excluído, cujas necessidades vão além do simples fato de encontrar um local para dormir.

Figura 44 - *Shelter Home for Homeless*



Fonte: Archdaily (2011).<sup>11</sup>

Sua proposta se define em um volume sólido, o qual assume com personalidade a intensidade do uso a que será submetido e, ao mesmo tempo, flexível em seu funcionamento, onde a configuração interior facilita a convivência entre os usuários. Apesar de ser um programa relativamente complexo, a proposta permite atender às diferentes necessidades apresentadas, apesar de seu espaço limitado: quartos, salas de jantar, oficinas ocupacionais, salas de lazer, entre outros. Além disso, teve como desafio realizar uma arquitetura simples com baixo orçamento e que pudesse ser executada em um curto espaço de tempo. Com a proposta de um volume semelhante a uma “caixa fechada”, obtém-se privacidade perante os espectadores do mundo de fora, integrando adequadamente sua escala em um ambiente acolhedor e urbano.

O programa do *Shelter Home* consiste em um exercício de cuidados em vários níveis. O centro oferece abrigo e comida aos seus usuários, no entanto, como troca, os indivíduos devem se envolver nas tarefas diárias de manutenção do local, como limpeza, jardinagem, pintura, lavagem de utensílios e roupas. Esse exercício tem como objetivo a busca ao compromisso pessoal e ao respeito positivo perante a instalação e acolhimento. Assim sendo, as propostas e objetivos deste abrigo são similares a proposta do Centro de Acolhimento Resignificar proposto para a cidade de Lajeado.

O arquiteto descreve o abrigo como uma proposta acessível e flexível, pois é formado pelo térreo seguido de mais um pavimento. O pavimento térreo, conforme observado na Figura 45, conta com dois acessos, que direcionam para salas de atendimentos, alfaiataria, depósitos,

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz>> Acesso em 18 mai. 2020.

espaço de estar e refeições, além de um banheiro e três unidades de habitação femininas e dez masculinas. Sua configuração interior é feita de modo a facilitar a convivência entre os usuários. Diferente do que será proposto no CAR, o *Shelter Home* não possui uma área destinada exclusivamente para funcionários. Trabalhadores do local e usuários do abrigo dividem o mesmo espaço e as mesmas circulações.

Figura 45 - Acessos e circulações do primeiro pavimento do *Shelter Home*.



Fonte: Javier Larraz com edições da autora (2020).

Figura 46 - Circulações do segundo pavimento do *Shelter Home*.



Fonte: Javier Larraz com edições da autora (2020).

Os acessos são alocados em cada uma das faces laterais, proporcionando descrição e privacidade. Um deles, o acesso secundário, é destinado ao setor feminino, o qual recebe três unidades habitacionais, além de sanitários, estar, refeitório e local para oficinas exclusivos a esse público. Como forma de segurança ao gênero feminino, tem-se uma sala de controle, a qual liga-se ao acesso principal, que leva ao setor masculino. Os sanitários, refeitório, salas de estar e outros setores, são de uso coletivo dos moradores para ambos os sexos. No CAR, as alas masculinas e femininas também serão separadas entre si como no *Shelter Home*.

Figura 47 - Análise setorial do primeiro pavimento *Shelter Home*.



Fonte: Javier Larraz com edições da autora (2020).

Já o segundo pavimento, visto na Figura 48, conta com um acesso pelas escadas que direciona para salas de atendimentos, alfaiataria, depósitos, espaço de estar e refeições compartilhados e dormitórios masculinos. No interior, no núcleo central, estão localizados os banheiros compartilhados, cozinha e lavanderias coletivas.

Figura 48 – Análise setorial do segundo pavimento *Shelter Home*.



Fonte: Javier Larraz com edições da autora (2020).

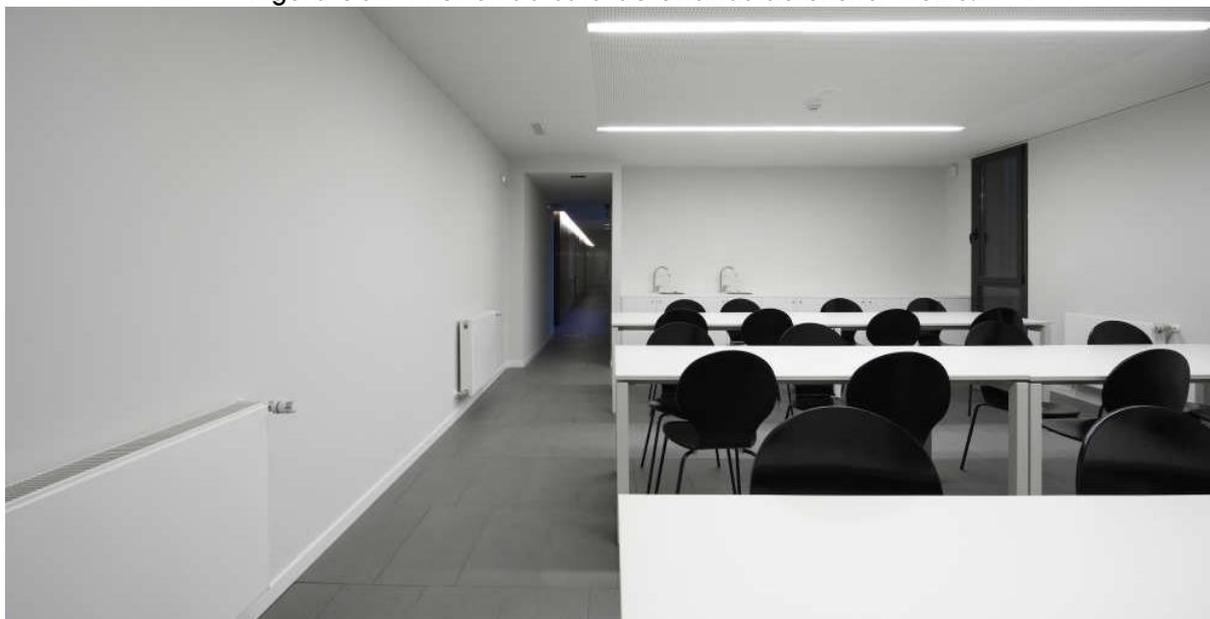
A materialidade exterior da edificação consiste por placas e brises metálicos de alumínio revestido, fixos através de guias metálicas parafusadas na laje, como pode ser visto na Figura 49. Com esses materiais sólidos, alcança-se o objetivo da proposta de se obter uma “caixa fechada” geradora de privacidade. Para entrada de iluminação nos ambientes, são utilizadas placas de policarbonato, além de vidro nos ambientes mais privativos. Apesar de serem materiais baratos na Espanha, no Brasil, são considerados alto custo e, provavelmente, não poderiam ser utilizados no CAR, visto que em obras públicas busca-se sempre por um baixo orçamento. Já no interior do edifício, predomina-se cores claras e materiais mais simples.

Figura 49 - Materialidade Shelter Home



Fonte: Larraz Arquitectos.<sup>12</sup>

Figura 50 – Interior da sala de oficinas do Shelter Home.



Fonte: Archdaily (2011).<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.larrazarquitectos.com/detalle-proyecto.php/idioma/en/nombre/centro-de-acogida-para-personas-sin-hogar/idp/3>>. Acesso em 18 mai. 2020.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz>>. Acesso em 18 mai. 2020.

## 5.2 Hidden Homeless

O *Hidden Homeless* é uma proposta do escritório inglês *Morris + Company* de abrigo para o concurso promovido pelo prefeito de Londres em companhia da *New Horizon Youth Center*, responsável pelo acolhimento de pessoas em situação de rua da cidade, conforme informações obtidas na plataforma digital do *Archdaily*, durante a crise dos sem teto que atingiu a cidade. A proposta reaproveita a estação de metrô abandonada *York Road* como um albergue e espaço de co-working, resultando em uma área de 2.016m<sup>2</sup>.

Figura 51 - *Hidden Homeless*



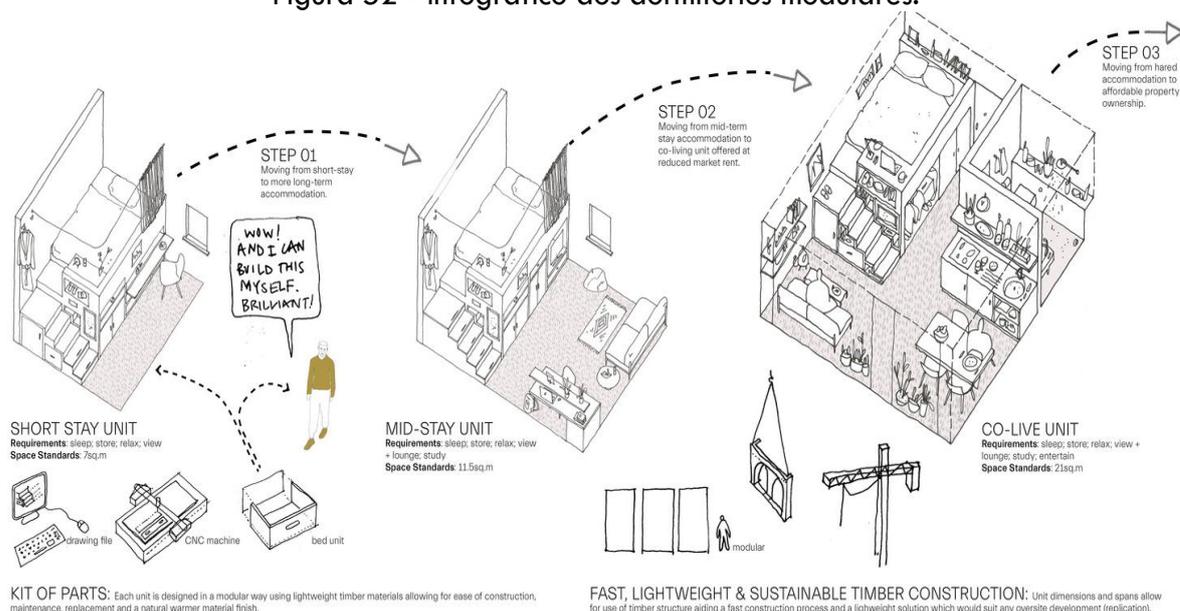
Fonte: Archdaily (2019).<sup>14</sup>

O programa de necessidades, intitulado “*Stepping Stones*”, procura fornecer “uma estratégia de terreno inclusiva, viável e holística que possa apoiar uma comunidade gerenciada e equilibrada, oferecendo aos jovens moradores de rua uma solução discreta para habitação de longo prazo”. (MORRIS + COMPANY, texto digital, livre tradução). Cada morador será tratado com dignidade através de princípios projetuais considerados e compartilhados. Espaços

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/909329/proposta-de-morris-plus-company-reaproveita-estacao-de-metro-de-londres-como-albergue-para-sem-tetos>>. Acesso em 18 mai. 2020.

de *co-working* acessíveis a todos os públicos e uma loja de caridade capacitam os moradores, que enxergam o seu lar compartilhado como um destino acolhedor e ativo. Além disso, os dormitórios são modulares, com espaços que variam conforme o tempo de estadia do indivíduo no abrigo, mas com a mesma proposta para todos eles. O local ainda conta com uma loja de caridade, que serve como uma fonte de renda extra para o abrigo. O CAR também contará com uma loja como essa, buscando-se autonomia dos usuários e manutenção do local.

Figura 52 - Infográfico dos dormitórios modulares.

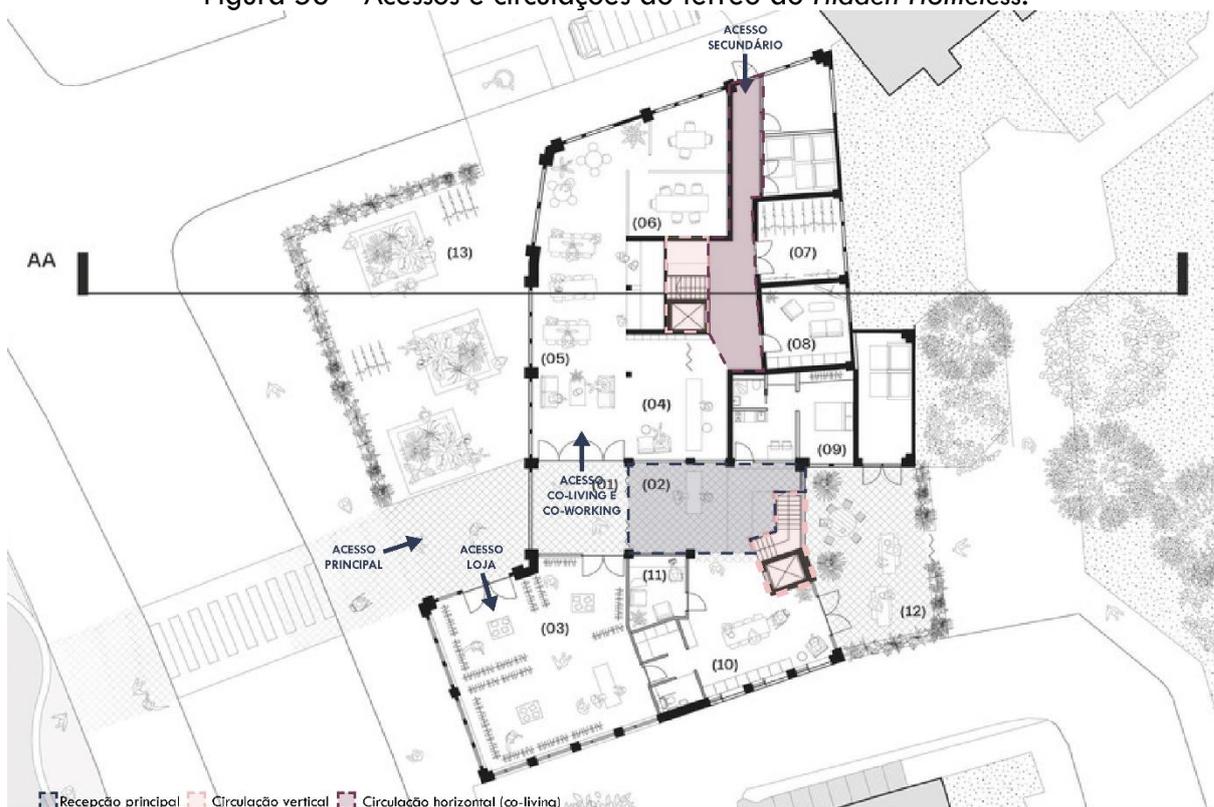


Fonte: Archdaily (2019).<sup>15</sup>

A proposta apresenta três acessos distintos, como pode ser observado na Figura 53, sendo cada um deles com determinada função. O acesso principal é o que leva à recepção do *Hidden Homeless*, na qual se direciona aos dormitórios de curta e média permanência, o qual é acessado pela circulação vertical em evidência na entrada, e ao *co-working*, além dos espaços compartilhados do abrigo, como, o jardim externo e a lavanderia compartilhada. O acesso secundário dedica-se a carga e descarga para abastecimento do local. O ponto comercial do projeto possui um acesso exclusivo pela rua e pelo acesso principal do projeto, dentro da edificação. A parte do *co-living* dá-se pela entrada localizada dentro do *co-working*, com uma mini recepção que direciona a uma escada e elevadores mais privativos, além de ser próxima ao acesso secundário.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/909329/proposta-de-morris-plus-company-reaproveita-estacao-de-metro-de-londres-como-albergue-para-sem-tetos>>. Acesso em 18 mai. 2020.

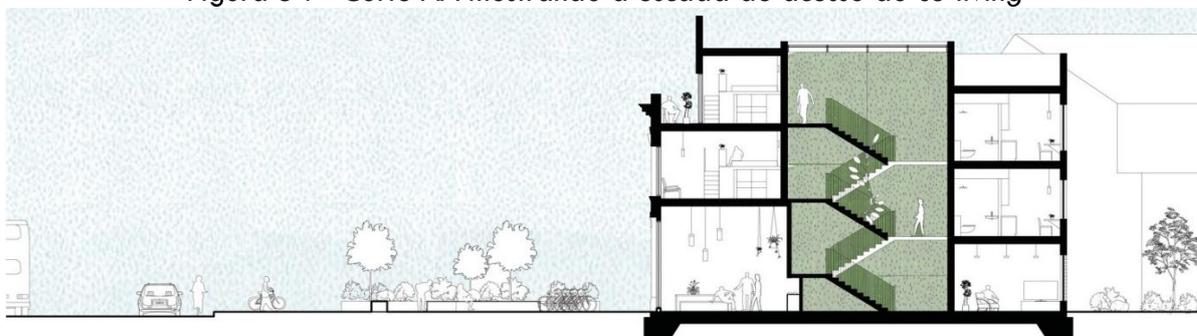
Figura 53 – Acessos e circulações do térreo do *Hidden Homeless*.



Fonte: Archdaily com edições da autora (2020).

A circulação vertical feita através das escadas tornam-se um ponto chave de organização do projeto, segundo o escritório *Morris + Company*, devido a sua localização estratégica (Figura 54). O pé direito alto obtido pelo vão da escada permitem uma observação passiva entre os andares, obtendo-se uma boa visão de todos os setores da edificação, além de permitirem a entrada de iluminação natural nos ambientes, pois uma grande claraboia é instalada no teto deste vão de escadas. Esse núcleo rígido de circulação vertical é destinado exclusivamente para o setor de dormitórios de curta permanência e média permanência.

Figura 54 - Corte AA mostrando a escada de acesso ao co-living

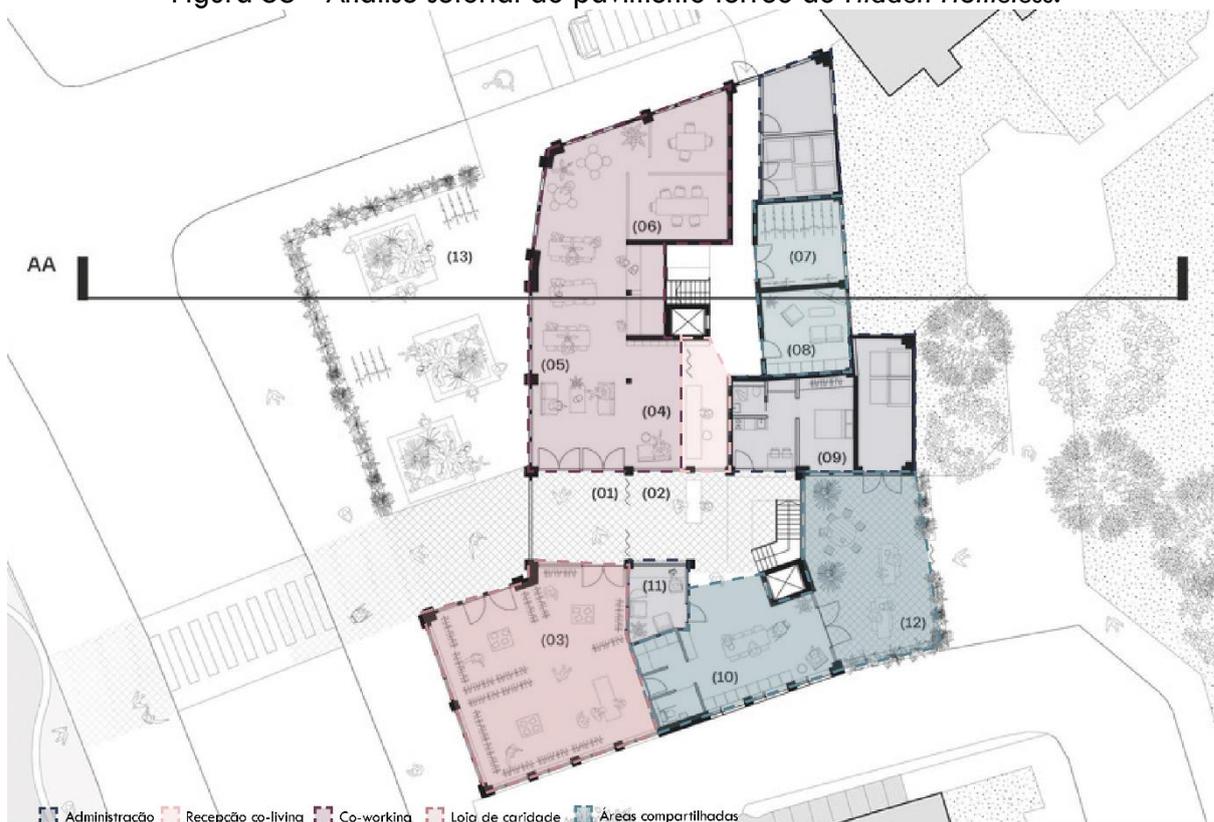


Fonte: Archdaily (2019).<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/909329/proposta-de-morris-plus-company-reaproveita-estacao-de-metro-de-londres-como-albergue-para-sem-tetos>>. Acesso em 18 mai. 2020.

O pavimento térreo abriga a loja de caridade, o co-working e a recepção de acesso ao co-living, as quais são localizadas no mesmo setor da edificação, e ainda espaços de convivência compartilhados, como uma sala de estar, lavanderia, um jardim. Além disso, abriga também setores da área administrativa, como depósitos, suíte operativa para o cuidador do local e um escritório.

Figura 55 - Análise setorial do pavimento térreo do *Hidden Homeless*.



Fonte: Archdaily com edições da autora (2020).

No pavimento tipo, visto na Figura 56, estão localizados os dormitórios de curta permanência, acessado pela escada com pé-direito triplo, como dito anteriormente, e ao setor de co-living, com uma sala de estar compartilhada entre todos os moradores. Cada dormitório da área de moradia compartilhada possui o seu próprio banheiro privativo, assim como uma mini sala de estar privativa, permitindo então, a criação dos chamados dormitórios modulares de acordo com a permanência de cada usuário, como demonstrado no infográfico acima. Já nos dormitórios de curta permanência, a sala de estar é compartilhada, bem como o banheiro. O curioso da proposta, é que não há nenhum espaço destinado ao setor administrativo neste pavimento, nem alguma sala de controle, há apenas a recepção do andar térreo. No CAR, cada pavimento de moradia ou dormitório possuirá uma sala de controle para vigilância.

Figura 56 – Análise setorial do pavimento tipo do *Hidden Homeless*



Fonte: Archdaily com edições da autora (2020).

No último pavimento, que pode ser observado na Figura 57, estão localizados os restantes dos dormitórios de *co-living*, os quais seguem as mesmas diretrizes do pavimento inferior, de dormitórios modulares com banheiros privados, e as residências de média permanência, que consistem em, basicamente, dois apartamentos privados com acesso a cobertura da edificação. Esses apartamentos possuem cozinha, sala de estar e banheiro individuais, sendo classificados, então, literalmente como uma moradia totalmente privativa. Este modelo é que se buscará adotar no CAR também. Diferente do andar inferior, este setor possui uma recepção que também serve como uma espécie de sala de controle, dando a sensação de que o usuário que aluga estes apartamentos estão de fato em um edifício convencional e não em um abrigo.

Figura 57 - Análise setorial do último pavimento do *Hidden Homeless*



Fonte: Archdaily com edições da autora (2020).

Para desenvolvimento da proposta e durante todo o processo do concurso, os arquitetos obtiveram a colaboração de importantes consultores, incluindo instituições de caridade voltadas para pessoas em situação de rua, provedores de abrigo, engenheiros, empreendedores, jovens vulneráveis e assistentes sociais.

### 5.3 Capslo Homeless Center

Localizado na Califórnia, Estados Unidos, o *Capslo Homeless Center* é um abrigo destinados a pessoas em situação de rua, projetado, a pedido da prefeitura da cidade de San Luis Obispo, pelo escritório de arquitetura *Gwynne Pugh Urban Design Studio*, em conjunto com

o escritório *Garcia architecture + design*. De acordo com a plataforma digital de Arquitetura, o Archdaily, em texto enviado pelo escritório, desde 1997 existiam dois abrigos que prestavam serviços à comunidade de rua na cidade, no entanto, quando o município ofereceu um local de melhor localização, foi determinado que um centro consolidado seria capaz de operar com muito mais eficiência, 24 horas por dia, capaz de atender toda demanda solicitada no município durante os 7 dias da semana.

Figura 58 - *Capslo Homeless Center*.

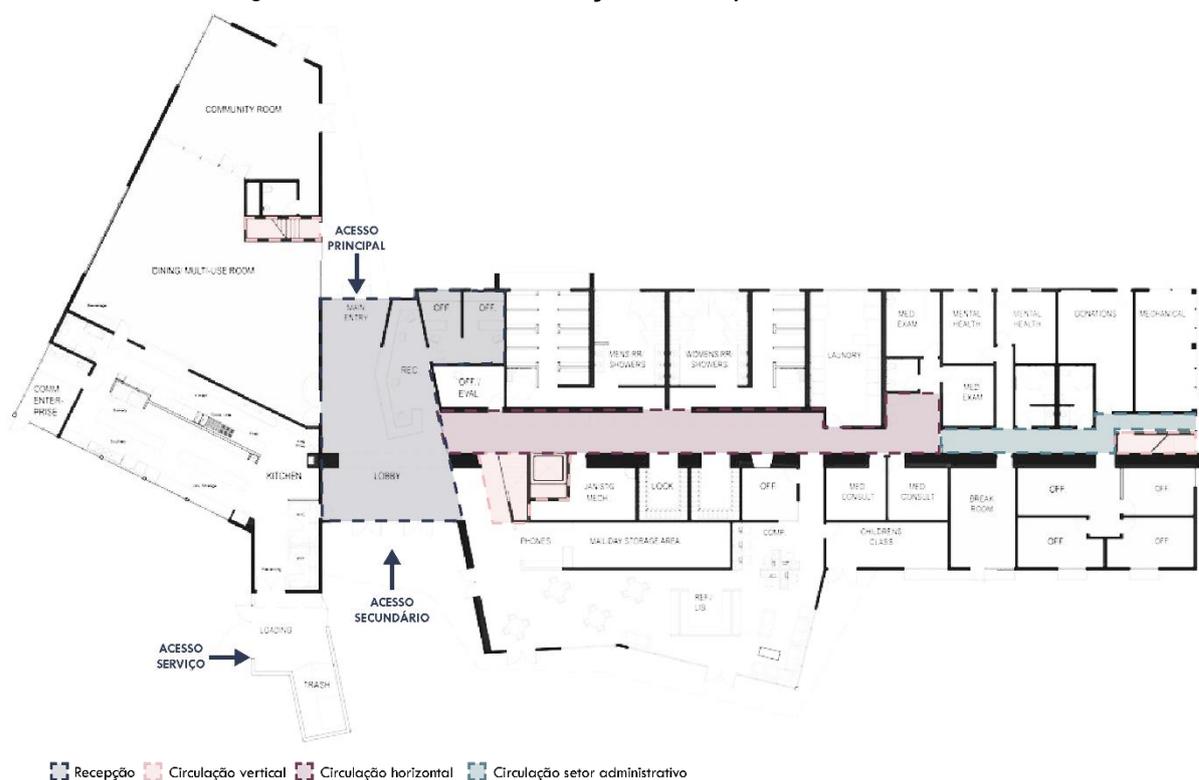


Fonte: Archdaily (2012).<sup>17</sup>

A edificação consta com dois acessos, classificados em acesso principal e secundário na imagem abaixo (Figura 59). Na intersecção desses dois acessos, encontra-se a recepção do local, a qual direciona os usuários que recorrem ao abrigo para duas salas onde os funcionários realizam a triagem – modelo que será implementado ao CAR. Espaços da administração do centro estão alocados junto das áreas destinadas aos usuários, no entanto, contam com certa demarcação mais privativa para determinados serviços, como a cozinha, por exemplo, que possui um acesso de serviço para carga e descarga de mantimentos e depósito de lixo e os setores de atuação médica, que possuem uma divisória, separando dos demais espaços. O local também possui uma biblioteca com um mini laboratório de informática e uma brinquedoteca, bem como será proposto no CAR, buscando o aperfeiçoamento do público usuário.

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispo-awarded>>. Acesso em 25 mai. 2020.

Figura 59 - Acessos e circulações do Capslo Homeless Center.



Fonte: Archdaily com modificações da autora (2020).

Figura 60 - Recepção Capslo Homeless Center.



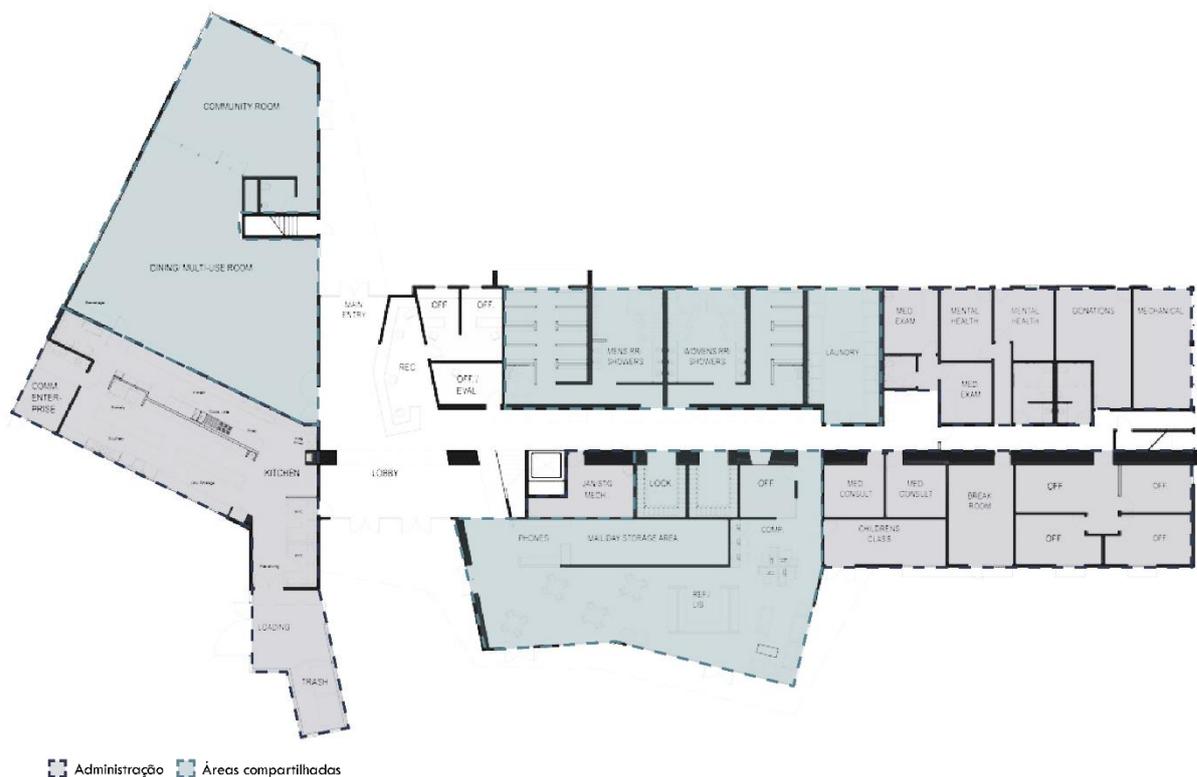
Fonte: Archdaily (2012).<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Disponível em: < <https://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispo-awarded>>. Acesso em 25 mai. 2020.

O *Capslo* possui uma infinidade de espaços que variam de salas comunitárias, áreas de serviços de uso diário, cozinha e espaços de estar compartilhados com a comunidade, como a biblioteca, mini laboratório de informática, além de áreas de acompanhamento de saúde, composta por salas médicas e de saúde mental, além do setor de acolhimento, composta por dormitórios masculinos, femininos e familiares. No total, são 200 vagas de dormitórios.

A equipe projetou a estrutura em torno de uma circulação central para ajudar na distribuição apropriada dos serviços e para fornecer uma organização clara que funcione de acordo com as instruções principais. A segurança se torna cada vez mais rigorosa à medida que se move do lado oeste do edifício para o leste. O lado oeste é dominado por espaços públicos do programas e uma forte conexão com o exterior, enquanto o lado leste do edifício é de caráter mais privativo. O design aproveita com eficiência a capacidade da equipe de monitorar o ambiente de forma eficaz.

Figura 61 - Análise setorial do térreo do *Capslo Homeless Center*.



Fonte: Archdaily com modificações da autora (2020).

No primeiro andar, concentra-se atividades uso mais público, enquanto o segundo andar, visto na Figura 62, concentra-se áreas mais privadas destinadas aos usuários. Este segundo pavimento consta com uma área de monitoramento de segurança, que separa a área masculina para a área dos apartamentos familiares, destinados a casais ou famílias que vivem nas ruas, e

femininos. Essa consideração é importante ao criar um ambiente confortável e seguro para o público usuário. Essa definição de dormitórios também será adotada no CAR, visando a inserção e procura de todos desabrigados de Lajeado.

Figura 62 - Análise setorial do segundo pavimento do *Capslo Homeless Center*.



Fonte: Archdaily com modificações da autora (2020).

#### 5.4 La casa Habitação de Apoio

O centro de habitação de apoio *La casa*, de acordo com informações obtidas no site dos arquitetos, é destinado às pessoas em situação de rua. Foi projetado pelo *Studio Twenty Seven Architecture*, com a parceria de Leo A. Daly, no ano de 2011 e possui uma área de 2.728 m<sup>2</sup>. O centro fica localizado na capital dos Estados Unidos da América. O projeto é um marco para o distrito que se esforça para redefinir o conceito de habitação para a comunidade sem-teto da cidade de Washington. Um dos desafios centrais do projeto do *La Casa* era de criar uma casa e não instituição. O local foi um desafio durante o projeto, pois possuía parâmetros rígidos e necessitava o encaixe do maior número possível de unidades de moradia. O sistema de construção e as decisões materiais foram motivadas por preocupações como custos e de materiais com duração de longo prazo, além manutenção e desempenho técnico.

Figura 63 - La Casa



Fonte: Studio Twenty Seven Architecture.<sup>19</sup>

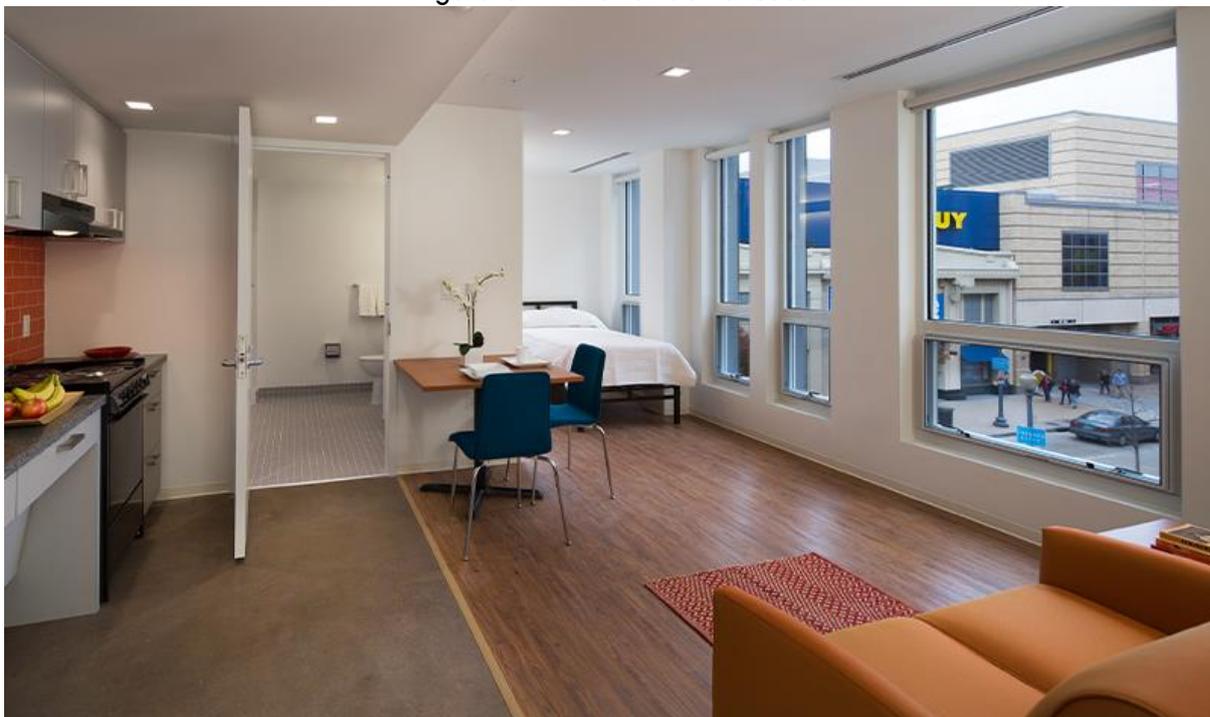
*La Casa*, além de funcionar como abrigo, provê hospedagem de apoio permanente para 40 pessoas em situação de rua através de apartamentos do tipo *studio*. Cada unidade é desenhada para uma única pessoa, proporcionando estabilidade e segurança para cada inquilino em seu dia-dia. Esse modelo será implementado no Centro de Acolhimento Resignificar

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www.studio27arch.com/casestudy/fragment-07-la-casa-permanent-supportive-housing/>>. Acesso em 26 mai. 2020.

voltado para os imigrantes e refugiados, através do chamado sistema de aluguel social. O projeto de habitação de apoio permanente do *La Casa* fornece às unidades de habitação espaços completos, cozinhas e banheiros. A estabilidade e a autonomia oferecidas pela habitação permanente ajudam os residentes a desenvolver estilos de vida mais saudáveis e independentes.

A noção de que *La Casa* é vista por seus moradores como um lar e não como instituição é crucial para seu sucesso como uma instalação habitacional de apoio. As unidades de *studio* são luminosas, simples e eficientes. As janelas de piso a teto dão a cada morador uma perspectiva única da paisagem urbana movimentada do lado de fora. Cozinhas completas e banheiros acessíveis permitem que os moradores cuidem de si mesmos. Os acabamentos internos são duráveis, mas com características domésticos, como por exemplo, um piso de madeira que traz aconchego, o brilho do azulejo colorido ou a pátina desgastada do concreto exposto são detalhes que ressoam à percepção humana.

Figura 64 - Interior do La Casa



Fonte: Studio Twenty Seven Architecture.<sup>20</sup>

O *La Casa* é um edifício eficiente e sustentável que não sacrifica do *design* aberto e ativo. Na escala da rua, suas fachadas se voltam em resposta a calçadas e parques

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.studio27arch.com/casestudy/fragment-07-la-casa-permanent-supportive-housing/>>. Acesso em 26 mai. 2020.

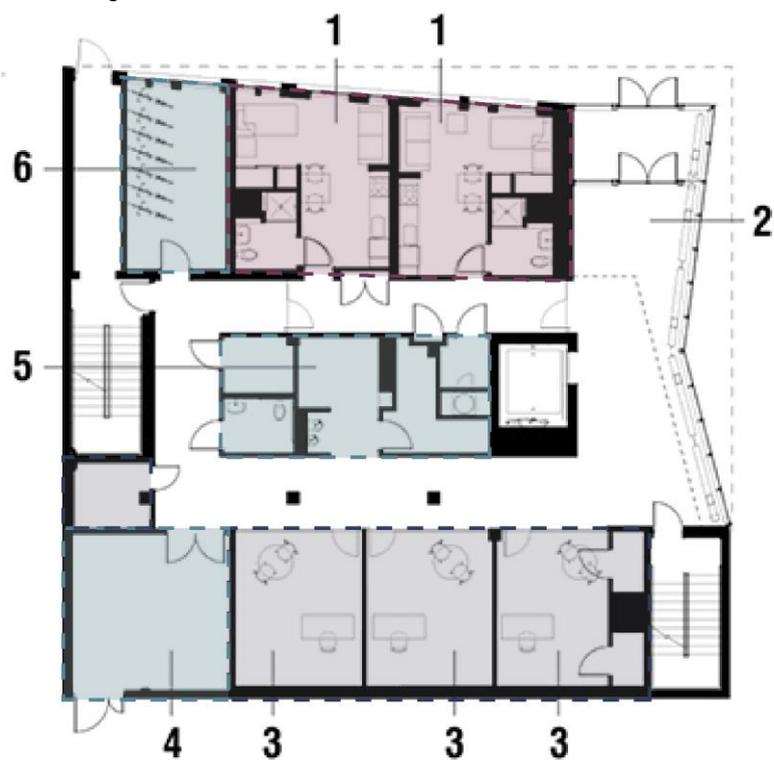
movimentados. O saguão de entrada, com pé direito duplo e totalmente envidraçado, fornece acesso visual ao interior, convidando os membros da comunidade que estão passando a participar da missão do projeto. A instalação possui três acessos, sendo o principal no saguão de pé-direito duplo e um secundário, para a área externa da edificação, funcionando mais como um acesso de serviço, e um terciário, mais discreto, destinado para saída de emergência, vistos na figura abaixo.



Fonte: *Studio Twenty Seven Architecture* com modificações da autora (2020).

O edifício possui sete pavimentos e ainda consta com um subsolo. Além das unidades individuais de apartamentos, a edificação ainda possui uma sala compartilhada e um pátio externo para uso dos moradores, localizadas no segundo pavimento. O local ainda possui salas de atendimento, nas quais os moradores podem procurar aconselhamento, gerenciamento de casos e assistência para emprego (Figura 66). O pavimento tipo, que ocorre nos outros cinco pavimentos, possui apenas unidades de habitação. Cada unidade é totalmente acessível a deficientes, utilizando princípios de *design* universal para atender os participantes do programa que têm deficiências físicas. Todas as áreas públicas são equipadas com entradas de portas automáticas, os corredores são bem iluminados e todas as sinalizações do edifício são táteis.

Figura 66 - Análise setorial do térreo do La Casa.



Administração
 Unidades de habitação
 Áreas compartilhadas

Fonte: *Studio Twenty Seven Architecture* com modificações da autora (2020).

Figura 67 - Análise setorial do segundo pavimento do La Casa.



Unidades de habitação
 Áreas compartilhadas

Fonte: *Studio Twenty Seven Architecture* com modificações da autora (2020).

Figura 68 - Análise setorial do pavimento tipo do *La Casa*



Unidades de habitação

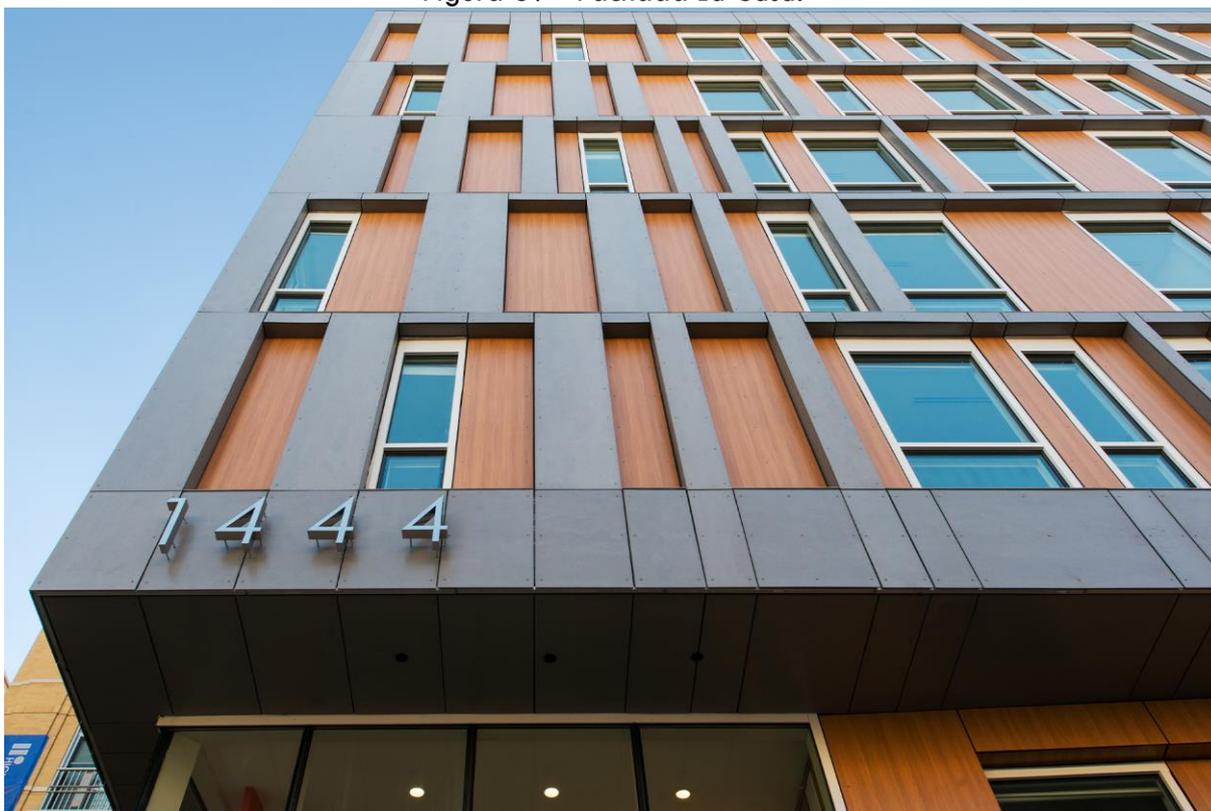
Fonte: Studio Twenty Seven Architecture com modificações da autora (2020).

Não é exatamente um prédio de apartamentos, nem um dormitório ou abrigo, o *La Casa* é uma nova tipologia para abrigar os sem-teto. É um edifício que aproveita o poder da autonomia espacial com o contexto de um ambiente seguro e favorável para incentivar a reabilitação de seus residentes. Não obstante da magnificência da proposta, o *La Casa* foi projetado com o padrão *LEED Gold* do *US Green Building Council*. Dessa forma, era importante que suas paredes externas fossem barreiras térmicas altamente eficientes. Para maximizar o desempenho energético do edifício, o conjunto das paredes externas foram cuidadosamente compostos para impedir a entrada ou saída de ares frios/quentes.

O conjunto hermético da parede tinha que ser capaz de lidar com a chuva através de suas camadas externas, que necessitaram de extremo cuidado, pois sem o ar se mover através da parede para secar a chuva, a umidade poderia ficar presa e causar danos extensos. O conjunto da parede externa adota uma abordagem em camadas para vedar o interior contra a filtragem do ar e da água. Em vez de depender de uma única barreira, o revestimento é uma tela que impede que a maioria da umidade atinja o conjunto das paredes, as quais são protegidas por barreiras de ar contínuas, por dentro e por fora. O ritmo do revestimento exterior combina a forma fixa do horizonte urbano com a atividade da rua da cidade. Se a

placa de cimento é a moldura, os painéis Trespa de madeira são o tapete de enquadramento, um plano contra o qual as janelas alternam entre imagens nuas e claras. O ritmo das fachadas procurará ser adotado no CAR, no entanto, utilizando materiais mais em conta com a realidade de obras públicas-privadas brasileiras.

Figura 69 - Fachada *La Casa*.



Fonte: Studio Twenty Seven Architecture.<sup>21</sup>

## 5.5 *The Peak*

Projetado pelo escritório australiano Grimshaw para a NestdTM, uma empresa social da *Kids Under Cover*, que trabalha para evitar a falta de moradia para jovens na Austrália, *The Peak* é uma pequena casa acessível e sustentável, com uma área útil de 32,5 m<sup>2</sup>. Como uma das três residências oferecidas pela empresa, *The Peak* é a de melhor classificação entre elas, com um sofisticado planejamento interno e uma estética exterior contemporânea, feita para atender a uma variedade de ambientes e de estilos de vida, segundo texto digital do obtidos na plataforma do Archdaily. Sua entrada de pé-direito duplo é pontuado por grandes painéis

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.studio27arch.com/casestudy/fragment-07-la-casa-permanent-supportive-housing/>>. Acesso em 26 mai. 2020.

de vidro, com a intenção de aprimorar a sensação de espaço e permitir uma abundância de luz natural no interior.

Figura 70 - *The Peak*.



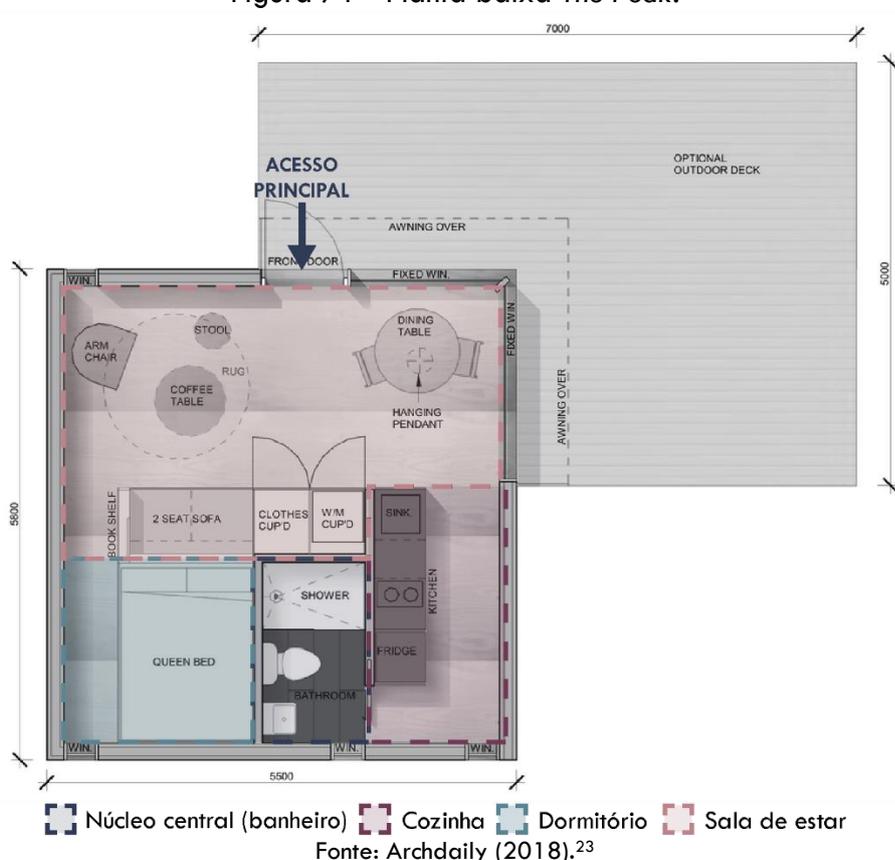
Fonte: Archdaily (2018).<sup>22</sup>

Os espaços de cozinha, banheiro, lavanderia, quarto e sala de estar são integrados, mas de certa forma separados por um compartimento centralizado, feito totalmente em marcenaria, no qual é alocado o banheiro, que, aproveitando-se das instalações hidrossanitárias, na parede adjacente, é instalada a cozinha (Figura 71). Esse núcleo central permite que o planejamento do interior seja predominantemente voltado para o exterior, criando uma conexão com a paisagem circundante e um ambiente confortável e espaçoso, em uma espécie de espiral. O banheiro marca o início da espiral, seguido pelo nicho da cozinha, sala de jantar e sala de estar e, finalmente, a cama, no final da espiral. Apesar da pequena área ocupada, o casulo separa as várias áreas da casa sem a necessidade de paredes divisórias que tornariam o espaço de estar menor.

<sup>22</sup> Disponível em: <[https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_all](https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad_source=search&ad_medium=search_result_all)>. Acesso em 26 mai. 2020.

Além disso, o núcleo central incorpora quantidades generosas de armários para armazenamento e inclui nichos que foram projetadas para acomodar uma variedade de módulos padrão, tornando-se uma oportunidade para o *The Peak* ser adaptado e estilizado com facilidade, de acordo com a estética e o orçamento dos próprios ocupantes. É este modelo de moradia modular que buscará ser adotada no Centro de Acolhimento Resignificar para a cidade de Lajeado, voltado para o público dos imigrantes e refugiados e inserido nos apartamentos do tipo *studio* de um dormitório.

Figura 71 - Planta baixa *The Peak*.



Os acabamentos de madeira natural no interior proporcionam uma atmosfera acolhedora, enquanto a colocação cuidadosa da iluminação de tira embutida traz uma sensação de calor e maximiza a sensação de espaço. A estrutura do *Peak* é feita de madeira LVL de origem sustentável e revestimento de paredes externas de metal, enquanto o ângulo do telhado permite o desempenho fotovoltaico ideal.

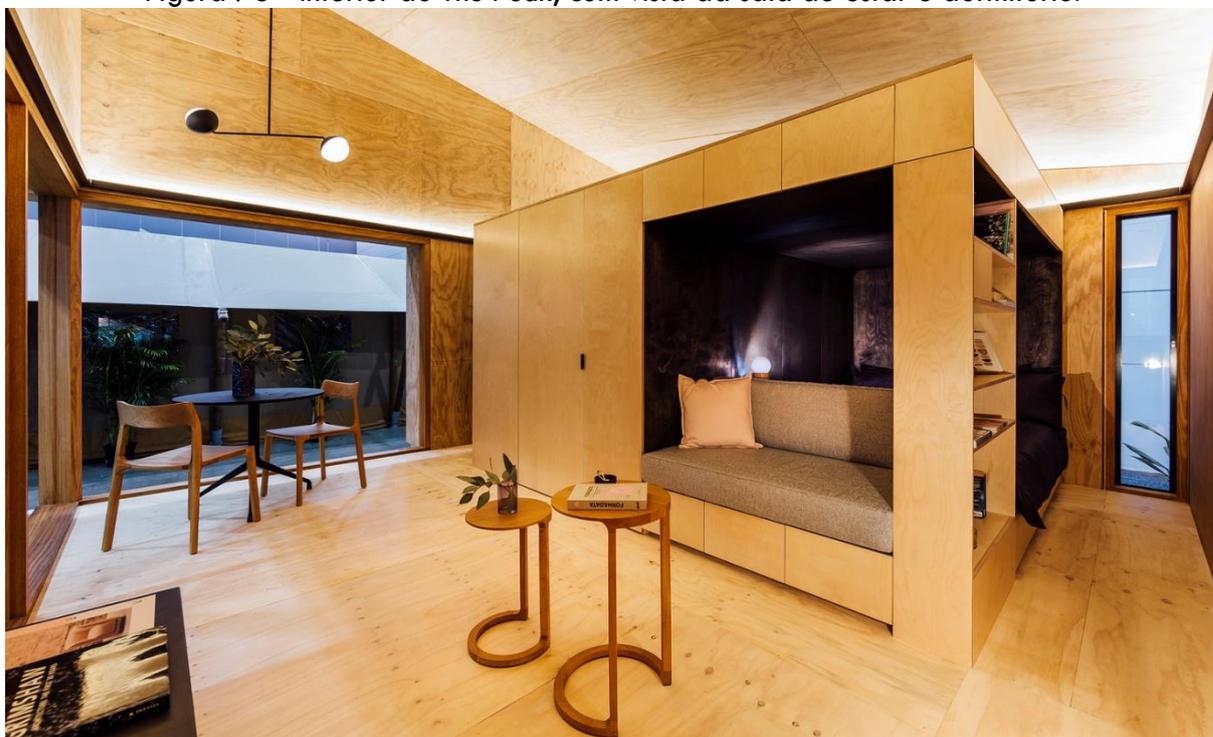
<sup>23</sup> Disponível em: <[https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_all](https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad_source=search&ad_medium=search_result_all)>. Acesso em 26 mai. 2020.

Figura 72 - Interior do *The Peak*, com vista da cozinha e sala de estar.



Fonte: Archdaily (2018).<sup>24</sup>

Figura 73 - Interior do *The Peak*, com vista da sala de estar e dormitório.



Fonte: Archdaily (2018).<sup>23</sup>

<sup>24</sup> Disponível em: <[https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_all](https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad_source=search&ad_medium=search_result_all)>. Acesso em 26 mai. 2020.

# REFERÊNCIAS



ACNUR no Brasil. **ACNUR**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>>. Acesso em 13 abr. 2020.

ACNUR. **Nações Unidas do Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/acnur/>>. Acesso em 13 abr. 2020.

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, p. 49-91, 2001.

ALVES, Daniel. Descobrimto do Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/descobrimtobrasil.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

ARCHDAILY. **Shelter Home for Homeless**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz>>. Acesso em 22 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Morris + Company reaproveita Estação de metrô de Londres como albergue para sem-tetos**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/909329/proposta-de-morris-plus-company-reaproveita-estacao-de-metro-de-londres-como-albergue-para-sem-tetos>>. Acesso em 22 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Capslo Homeless Center**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispo-awarded>>. Acesso em 25 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **The Peak**. Disponível em: <[https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_all](https://www.archdaily.com/903712/the-peak-grimshaw?ad_source=search&ad_medium=search_result_all)>. Acesso em 26 mai. 2020.

BITENCOURT, Karina. **Arquitetura dos excluídos: Por um novo habitar para população em situação de rua**. 2016. 28 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UNILESTE, Coronel Fabriciano, 2016.

BOTTONI, Natália. Aluna da Univates pesquisa políticas públicas de acolhimento aos imigrantes de Lajeado. **UNIVATES**, 16 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.univates.br/noticia/25248-aluna-da-univates-pesquisa-politicas-publicas-de-acolhimento-aos-imigrantes-de-lajeado>>. Acesso em 14 abr. 2020.

BRASIL registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Brasília, 22 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>>. Acesso em 13 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em 14 abr. 2020.



\_\_\_\_\_. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm)>. Acesso em 13 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em 14 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm)>. Acesso em 13 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/participacao-social/conselho-nacional-de-assistencia-social>>. Acesso em 08 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?** Brasília, n. 2, jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em 14 abr. 2020.

CASA de Acolhida auxilia na reabilitação de moradores de rua. **A Hora**, Lajeado, 22 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.jornalahora.com.br/conteudos/2016/07/22/casa-de-acolhida-auxilia-na-reabilitacao-de-moradores-de-rua/>>. Acesso em 07 abr. 2020.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. 2011. 96 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CLIMATOLOGIA preliminar. **Núcleo de Informações Hidrometeorológicas da Univates**. Disponível em: <<https://www.univates.br/nih/historico-de-dados/climatologia-preliminar>>. Acesso em 18 abr. 2020.

CONARE. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>>. Acesso em 13 abr. 2020.

COSTA, Flávio. Só no frio: moradores de rua explicam por que vão ou não aos abrigos de SP. **UOL Notícias**, 17 jun. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/17/so-no-frio-moradores-de-rua-explicam-por-que-vao-ou-nao-aos-abrigos-de-sp.htm>>. Acesso em 14 abr. 2020.

DADOS sobre refúgio no Brasil. **ACNUR**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em 13 abr. 2020.

ENRICONE, Louise. A história mundial é uma história de migrações. **Politize!** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/>>. Acesso em 06 abr. 2020.



ENRICONE, Louise. Imigrante, refugiado e asilado: quais são as diferenças? **Politize!** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/>>. Acesso em 13 abr. 2020.

FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, **Ediplat**, 2003.

FONSECA, Cauê. Frio, família e arepas: a vida dos imigrantes venezuelanos depois de um ano no Rio Grande do Sul. **Zero Hora**, 28 set. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/09/frio-familia-e-arepas-a-vida-dos-imigrantes-venezuelanos-depois-de-um-ano-no-rio-grande-do-sul-ck144tff1016b01r2umw7gojp.html>>. Acesso em 14 abr. 2020.

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o Programa de Colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, 01 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em 06 abr. 2020.

HERNANDES, Thamara Halushuk. **Políticas abertas x Cidades fechadas**. 2016. 82 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2016.

IBGE Censo 2019. **IBGE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado>>. Acesso em 18 abr. 2020.

IKMR. **Refúgio no mundo**. Disponível em: <<http://www.ikmr.org.br/refugio/refugio-no-mundo/>>. Acesso em 06 abr. 2020.

ISAÍAS, Cláudio. Número de migrantes no Rio Grande do Sul chega a 50 mil. **Correio do Povo**, 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/n%C3%BAmero-de-migrantes-no-rio-grande-do-sul-chega-a-50-mil-1.234002>>. Acesso em 13 abr. 2020.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. **Moradores de rua** – um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: a realidade do Centro POP de Rio do Sul/SC. Artigo de pós-graduação em Educação e diversidade e redes de proteção social. UNIDAVI, Itaporanga, 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2020.

LA CASA. **Studio Twenty Seven Architecture**. Disponível em: <<https://www.studio27arch.com/casestudy/fragment-07-la-casa-permanent-supportive-housing/>>. Acesso em 26 mai. 2020.

LAJEADO. Lei Municipal nº 7.650/2006, de 10 de outubro de 2006. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado**. Disponível em: <<https://www.lajeado.rs.gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=UGxhbm8gRGlyZXRvci5wZGY%3D&nomeArquivo=Plano%20Diretor&categoriaDownload=1>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Mapa Hidrográfico e Topográfico**. Disponível em: <<https://www.lajeado.rs.gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=SUIJIC0gQW5leG8gMDMgLSBhYXBlEhpZHZJvZ3LhZmljbyBlIFRvcG9ncuFmaWNvLnBkZg%3D%3D&nomeArquivo=Mapa%20Hidrogr%20e%20Topogr%20e%20Topogr%20e%20Topogr&categoriaDownload=1>>. Acesso em 20 abr. 2020.



LEITE, Josmar. Mesmo com formação universitária, imigrantes enfrentam dificuldades para encontrar emprego em Porto Alegre. **G1**, 23 jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/07/23/mesmo-com-formacao-universitaria-imigrantes-enfrentam-dificuldades-para-encontrar-emprego-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em 14 abr. 2020.

LOPES, Reinaldo José. Luzia: a vítima mais preciosa do incêndio no Museu Nacional. **Super Interessante**, 06 set. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/luzia-a-vitima-mais-preciosa-do-incendio-no-museu-nacional/>>. Acesso em 21 abr. 2020.

MERLIN, Guacira. Um ano após início da interiorização, Rio Grande do Sul já tem mais de 1,7 mil venezuelanos. **G1**, 06 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/09/06/um-ano-apos-inicio-da-interiorizacao-rio-grande-do-sul-ja-tem-mais-de-17-mil-venezuelanos.ghtml>>. Acesso em 14 abr. 2020.

MIAGUTI, Melissa. **Arquitetura e Espaço Urbano**. 2016, 132 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

MILHOMEM, Thiago Damasceno Pinto. Entendendo o Refúgio e os Refugiados. **Ogro Historiador**, 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.ogrohistoriador.com/thiago-damasceno-refugio-refugiados>>. Acesso em 06 abr. 2020.

MOREIRA, Julia Bertino; ROCHA, Rossana Reis. Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, volume 18, nº 37, outubro de 2010, p. 17-30. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782010000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 06 abr. 2020.

NASCIMENTO, Andréia Moreira. **Centro de apoio a pessoas em vulnerabilidade social**. 2017. 93 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2017.

NÚMERO DE pessoas deslocadas no mundo chega a 70,8 milhões, diz ACNUR. **Nações Unidas Brasil**. 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-pessoas-deslocadas-no-mundo-chega-a-708-milhoes-diz-acnur/>>. Acesso em 13 abr. 2020.

OGG, Helena D'ávila. **Centro de assistência à população em situação de rua**. 2014. 82 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

OS NOVOS imigrantes sob a ameaça dos coiotes. **Zero Hora**. 18 ago. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/08/Os-novos-imigrantes-sob-a-ameaca-dos-coiotes-4577705.html>>. Acesso em 15 mai. 2020.

OS PAÍSES que mais recebem refugiados sírios. **BBC**. 12 set. 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910\\_vizinhos\\_refugiados\\_lk](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910_vizinhos_refugiados_lk)>. Acesso em 15 mai. 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. Primavera Árabe. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm>>. Acesso em 13 abr. 2020.



PERFIL do município de Lajeado. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/555](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/555)>. Acesso em 18 abr. 2020.

QUEIROZ, Maurício de Campos. **O ponto de vista dos sujeitos**: Representação social da população em situação de rua. 2009. 95 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2009.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. História da Imigração no Brasil. **História do Brasil**. Disponível em: <<https://www.historiadobrasil.net/imigracao/>>. Acesso em 06 abr. 2020.

RAQUEL, Sara Alves. **Desafios para o atendimento à população em situação de rua em Florianópolis**: um estudo do núcleo de apoio à família-rodoviário. 2012, 51 f. Monografia (trabalho de conclusão de curso) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROLLSING, Carlos; TREZZI, Humberto. Novos imigrantes mudam o cenário do Rio Grande do Sul. **Zero Hora**, 16 ago. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/08/Novos-imigrantes-mudam-o-cenario-do-Rio-Grande-do-Sul-4576728.html>>. Acesso em 13 abr. 2020.

SANTOS, Renan Rosa dos. As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro. **Por dentro da África**, 04 set. 2019. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/educacao/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920-uma-reflexao-sobre-o-racismo-estrutural-brasileiro>>. Acesso em 05 jun. 2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SISTEMA ÚNICO DE Assistência Social. **Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo**. Disponível em: <[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_sistema](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema)>. Acesso em 08 jun. 2020.

SNAZZY MAPS. Disponível em: <<https://snazzymaps.com/>>. Acesso em 23 jun. 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Povoamento da América. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/ocupacao-continente-americano.htm>>. Acesso em 06 de abr. 2020.

SPINELLI, Fabiana Braun; BRAGA, Andrea da Costa; SCHEIBE, Aline Cristiane. Integração Socioespacial de imigrantes haitianos na cidade de Lajeado, Brasil: Um estudo configuracional – análise da centralidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 2, p. 371-397, jan. 2018.

TAVEIRA, José Carlos; ALMEIDA, Regina Stela Andreoli de. **O morador de rua de Campo Grande**. Condições de vida, Mato Grosso do Sul, 2002.

VASCONCELOS, Andressa. Imigração no Brasil – Aspectos, histórias e fluxo migratório. **Escola e Educação**. Disponível em: <<https://escolaeducacao.com.br/imigracao-no-brasil/>>. Acesso em 06 abr. 2020.

# APÊNDICES



## APÊNDICE A – Conversa com coordenadora do CRAS

Conversa com Luciane via e-mail, com objetivo de melhor compreensão da situação atual de imigrantes e refugiados na cidade de Lajeado/RS. Foi questionado quantos imigrantes há atualmente na cidade de Lajeado, de onde vem, qual o motivo, se conseguem residência fácil ou ficam em pensionatos/hotel, se existem locais de acolhimento, se há ou não refugiados, como funciona a permanência deles no município.

Luciane respondeu que o CRAS não possui um dado concreto de quantos imigrantes ou refugiados há na cidade, mas trabalham com um número aproximado de 800 a 900 pessoas, que migram de diversos países como Haiti, Bangladesh, Senegal, Índia, Colômbia e Venezuela. A maioria vem em busca de trabalho e melhor qualidade de vida.

A permanência deles no município se dá através do visto de refugiado, que em sua maioria são colombianos, e outros com visto humanitário. Muitos já migram com trabalho garantido em empresas do ramo alimentício ou da construção civil, mas já outros migram sem definição de emprego, com a coragem de encontrar quando chegam aqui.

A maioria dos imigrantes/refugiados encontram-se em condições de moradia precária ou moram de aluguel em pensões ou peças, junto de três a quatro pessoas. Quando migram já conhecendo alguém do local, esses auxiliam com espaço físico e alimentação.

## APENDICE B – Entrevista com Assistente Social

Entrevista com **Fátima Machado**, assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na cidade de Lajeado/RS, prestando assistência aos imigrantes que chegam até a região.

**Pergunta:** O que motiva a vinda ao Brasil?

**Resposta:** Trabalho e melhores condições de vida.

**Pergunta:** Em geral, qual é a perspectiva desses imigrantes?

**Resposta:** Trabalhar e ajudar a família que ficou no país de origem.

**Pergunta:** De qual país geralmente eles vêm?

**Resposta:** Grande parte do Haiti.

**Pergunta:** Qual a maior dificuldade que eles encontram aqui?

**Resposta:** A língua.

**Pergunta:** Muitos vem com família? Como funciona sua estadia aqui quando eles não migram sozinhos?

**Resposta:** Muitos vem inicialmente sozinhos e depois de estarem organizados trazem os outros integrantes do grupo familiar, ficam em alojamentos coletivos, pensões e dividem despesas de aluguel.

**Pergunta:** Conseguem emprego facilmente? Ou há dificuldade?

**Resposta:** Alguns sim, mas muitas vezes a língua dificulta.

**Termo de consentimento de entrevista:**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Fátima Luciane L. Machado, cuja atividade/função exercida/cargo é ASSISTENTE SOCIAL, no Município de Lajeado/RS, aceito, pelo presente Termo, participar de entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari, de Lajeado/RS, Bruna Petter, orientada pelo Prof. Arq. Me. Augusto Alves.

**Pelo presente Termo fico ciente que:**

1. A atividade/o trabalho tem por objetivo estudar a acolhida para pessoas em situação de vulnerabilidade social (imigrantes/refugiados e pessoas em situação de rua) e sua importância de implantação na cidade de Lajeado/RS.
2. A coleta de informações será feita mediante entrevista estruturada, na modalidade escrita via e-mail.
3. Posso pedir esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da atividade antes e durante o seu desenvolvimento;
4. Posso abandonar a entrevista antes e durante o seu curso, sem quaisquer prejuízos para mim;
5. É-me garantido o sigilo quanto à origem das informações, não podendo ser revelada a minha identidade, caso seja solicitado pelo entrevistado;
6. Por este trabalho se espera como benefício contribuir para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso e pelo levantamento de dados.
7. As informações coletadas serão interpretadas e gerarão uma parte do trabalho da acadêmica Bruna Petter, cujo resultado será apresentado no mês de Junho de 2020, garantindo-se o sigilo da fonte das informações caso seja solicitado;
8. Caso a atividade/trabalho, após sua apresentação/defesa em aula/evento, seja enviada para a Biblioteca da Univates, este Termo não a acompanhará, devendo ser enviado para o Arquivo Central de documentos da Instituição. Ficará como Anexo da atividade uma cópia em branco deste Termo;
9. Frente a qualquer dúvida, o professor orientador e a acadêmica estarão à disposição pelo telefone (51) 98288-9203 – Bruna Petter, ou pelo e-mail [bruna.petter@universo.univates.br](mailto:bruna.petter@universo.univates.br)

Assim, este Termo será expedido em duas vias, sendo uma via da acadêmica Bruna Petter, para inserção na atividade/trabalho de aula e outra do entrevistado.

Lajeado, 03 de abril de 2020.

Bruna Petter  
Acadêmica/estudante

Fátima Luciane L. Machado  
Entrevistado



## APÊNDICE C – Visita a Associação Abrigo São Chico

No dia 28 de Fevereiro de 2020, a psicóloga Paula Vetorello, trabalhadora da Associação Abrigo São Chico, bem como a coordenadora, receberam-me no Abrigo para uma conversa e esclarecimento de dúvidas sobre a temática escolhida para o trabalho de conclusão de curso.

Durante a conversa, por meio de questionamentos, informaram-me sobre o funcionamento do Abrigo e suas problemáticas. No início do atendimento, constavam com apenas 30 vagas, mas, devido à crescente demanda de solicitações, necessitou-se aumentar o número de leitos para 44, sendo quatro femininas. A coordenadora salienta que, desde 2017, o número de vagas solicitadas por mulheres tem aumentado, bem como a demanda crescente a população transexual. Quando questionada se havia questão de preconceito perante a eles, a coordenadora respondeu que não, que são todos muito respeitosos dentro do local e nunca houve problemas quanto a isso.

Hoje, o abrigo estima que há 80 pessoas em situação de rua na cidade, sem contar os chamados andarilhos, que migram de uma cidade a outra durante o mês. Além disso, estes pouco recorrem ao Abrigo devido ao fato de serem pedintes nas sinaleiras e, como o local possui toque de recolher às 19h, estes acabam não solicitando vagas, já que é este o horário de maior rendimento, visto que é considerado o horário de pico na cidade. No entanto, recorrem em busca de refeição e higiene, mas não dormem lá.

Em relação aos atendimentos, aqueles que recorrem ao Abrigo São Chico e deixam de frequentar por mais de 7 dias, possuem retorno máximo de 30 dias e, pessoas em situação de rua andarilhas só possuem acesso a casa por uma vez, para evitar criar um ciclo migratório. Cada um é responsável pela cama e roupa que o Abrigo fornece, por isso, cada vaga possui um armário com chave para cuidado próprio. Além disso, a autonomia é incentivada através de pequenos exercícios diários, como, por exemplo, preparar sua própria refeição ou refeição para o coletivo.

Quando perguntado a respeito do que seria ideal conter em um Abrigo, as duas respondem que deve ser um ambiente plano ou com disponibilidade de elevadores quando não for possível ser uma planta térrea, visto que há diferentes solicitações por cada indivíduo que recorre ao Abrigo. É necessário também conter um refeitório de bons dimensões e uma cozinha industrial, além de uma lavanderia coletiva para que os moradores possam lavar suas roupas,

que geralmente são obtidas através de doações. Dessa forma, é necessário haver também uma sala destinada a esse uso, com espaço para triagem. Em relação aos dormitórios, a coordenadora diz que o ideal seria conter quatro indivíduos por quarto, com disponibilidade de banheiro coletivos e vestiários, capazes de comportar a demanda total do abrigo. É ideal também que mulheres e homens possuam alas separadas e que se tenha algum dormitório destinado a população LGBT. Além disso, o bairro ideal sempre será o Centro, no entanto, há reclamações dos moradores porque enxergam o local sempre como um local “sujo”.

Quanto ao serviço de saúde, Paula salienta que o Abrigo não possui autorização de possuir técnicas de saúde para tratamento de eventuais problemas de saúde e que isto é uma demanda que é bastante solicitada pela parte deles, visto que as pessoas em situação de rua recorrem ao Abrigo em estados, muitas vezes, deploráveis. Assim, necessitaria que fosse instaurado na parceria um vínculo com os postos de saúde do município, que não fossem aceitos só os encaminhamentos, mas também atendessem em domicílio.

Quando questionadas a respeito das pessoas em situação de rua que possuem animais, a coordenadora relatou que não é comum acolher pessoas que os possuem, no entanto, permitem a entrada desde que o dono cumpra suas responsabilidades com o animal. Quando isto acontece, é necessário chamar um serviço de veterinária para que o bichinho seja vacinado e vermifugado, pois só assim a vigilância sanitária permite o estabelecimento destes junto ao dono.

Em relação as atividades de ressocialização, o Abrigo São Chico promove oficinas em parcerias com salão de cabeleireiros, clubes de oração e leitura. Há uma biblioteca disponível no local para que os moradores pratiquem o hábito da leitura, no entanto, como muitos são analfabetos, o espaço torna-se subutilizado. Há também parcerias com o sistema de transporte público do município, com passagens gratuitas com destino aos postos de saúde.

Para ser recebido no local, a pessoa em situação de rua passa por uma triagem junto da assistente social e do monitor responsável pelo turno. Verificam se o indivíduo possui passagem pela polícia ou se é foragido – quando isto acontece, liga-se para a Delegacia de Polícia e é feito a prisão. Quando não possuem registros, verifica-se a existência de documentos e o propósito de se encontrar na rua. Após, são direcionados para o acolhimento e atendimento psicossocial. Com estes atendimentos, a assistente social e a psicóloga realizam um relatório mensal que precisa ser enviado para a Prefeitura de Lajeado, que posteriormente é enviado a vigilância socioassistencial que enviam ao governo federal.



## APÊNDICE D – Questionário de percepção

Pesquisa para concepção de Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo. Proposta de criação de um complexo de acolhimento e apoio para pessoas em situação de vulnerabilidade social (imigrantes, refugiados e pessoas em situação de rua).

### 1. Qual a sua idade?

- 16-20
- 21-25
- 26-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61 anos ou mais

### 2. Você mora no Vale do Taquari ou outra região? Em qual cidade?

R: \_\_\_\_\_.

### 3. Você considera que na sua cidade há muitas pessoas em situação de rua?

- Sim, muitos.
- Nem muitos, nem poucos.
- Poucos.
- Não há pessoas em situação de rua.

### 4. E imigrantes/refugiados?

- Sim, muitos.
- Nem muitos, nem poucos.
- Poucos.
- Não há imigrantes e nem refugiados.

### 5. Você conhece alguma política de assistência social? Qual a sua opinião sobre ela?

R: \_\_\_\_\_.

### 6. Qual motivo você acredita que leva as pessoas a ficarem em situação de rua? (questão de múltipla escolha)

- Alcoolismo
- Drogas e dependência química
- Desentendimentos familiares
- Deficiência física
- Problemas de saúde mental
- Desemprego
- Gravidez
- Outro: \_\_\_\_\_.



**7. Você costuma ajudar pessoas em situação de rua com doações de roupas, alimentos, etc.?**

- ( ) Sim.
- ( ) Às vezes.
- ( ) Não.

**8. Você costuma dar esmolas para pessoas em situação de rua?**

- ( ) Sim.
- ( ) Às vezes.
- ( ) Não.

**9. Você conhece algum abrigo ou albergue que acolhe pessoas em situação de rua? Qual a sua opinião sobre eles?**

R: \_\_\_\_\_.

**10. Qual a sua percepção sobre a vinda de imigrantes/refugiados ao Brasil?**

- ( ) Considero bom que o país receba os imigrantes/refugiados para acolher quem necessita de ajuda humanitária.
- ( ) Acho que os imigrantes/refugiados precisam de ajuda humanitária e devem migrar para cá, porém, considero o Brasil um país pobre e com muitos problemas sociais, então o governo deveria limitar sua ajuda a eles.
- ( ) Sou a favor da entrada de imigrantes/refugiados no país, contanto que seja estabelecido um número limite máximo de imigrações e que as regras sejam mais rígidas.
- ( ) Sou contra a entrada de imigrantes/refugiados no Brasil, pois considero que cada país deve resolver os problemas de suas populações.

**11. Quais motivos você acredita que levam pessoas a migrarem de seu país?**

- ( ) Oferta de melhores salários
- ( ) Emprego
- ( ) Guerras
- ( ) Desastres ambientais
- ( ) Fome
- ( ) Liberdade religiosa
- ( ) Democracia
- ( ) Outro: \_\_\_\_\_.

**12. Você, em uma situação hipotética, como empregador, contrataria um imigrante/refugiado para trabalhar na sua empresa?**

- ( ) Sim.
- ( ) Talvez.
- ( ) Não.

**13. Em uma escala de 0-5, quão importante você considera existir um espaço de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade?**

Não é importante. ( ) 0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 Muito importante.